



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

THAÍS DE OLIVEIRA SANT'ANNA CAMPANHÃ

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS NACIONAIS DE PAÍSES IBERO-AMERICANOS:
UM ESTUDO DIAGNÓSTICO**

Rio de Janeiro

2021

THAÍS DE OLIVEIRA SANT'ANNA CAMPANHÃ

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS NACIONAIS DE PAÍSES IBERO-AMERICANOS:
UM ESTUDO DIAGNÓSTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Rio de Janeiro
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

C186

Campanhã, Thaís de Oliveira Sant'Anna

Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico / Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã.
- Rio de Janeiro, 2021.

160f.

Orientador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.

Coorientadora: Mariângela Spotti Lopes Fujita.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2021.

1. Política de indexação. 2. Bibliotecas nacionais. 3. Biblioteca Nacional (Brasil). 4. ABINIA. I. Miranda, Marcos Luiz Cavalcanti de. II. Fujita, Mariângela Spotti Lopes. III. Título.

CDD - 025.4

CDU – 025.4::027.54

Ficha catalográfica elaborada por Thaís Campanhã (CRB-7/6088).

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã

Título: Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico

Aprovado em: 01 de Setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - Presidente
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita - Vice-Presidente
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília – UNESP

Prof^a. Dra. Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei – Titular Interno
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dra. Olívia Manuela Marques Pestana – Titular Externo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI
Universidade do Porto - UP

Prof^a. Dra. Naira Christofolletti Silveira – Suplente Interno
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof^a. Dra. Paula Regina Dal'Evedove – Suplente Externo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI
Universidade de São Carlos – UFSCar

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e sempre, a Deus pelo dom da vida e por Seu amor incondicional que me impulsiona e renova em todos os momentos.

A Nossa Senhora, por ser o meu amparo e refúgio.

À minha mãe Sandra, por seu amor absoluto e orações diárias que me fortalecem e, seu cuidado e carinho, mesmo de longe.

Ao meu pai José (*in memoriam*), que em vida sempre se orgulhou dos meus estudos e comemorou minhas conquistas.

Ao meu marido William, por ser meu porto seguro e maior incentivador.

Aos meus irmãos, padrasto, tias e toda minha família que torcem e vibram por mim.

Aos meus queridos orientadores, professor Marcos Miranda e professora Mariângela Fujita, sem os quais, essa pesquisa não teria acontecido. Obrigada por tanto ensinamento, por acreditarem em mim, me incentivarem e por todo apoio e carinho nesses 2 anos de orientação.

Às amigas Bruna e Fernanda por toda ajuda, apoio e disponibilidade, sem hesitar.

Às amigas Alexandra e Valéria, que o mestrado me deu e aproximou, por toda amizade e momentos de “terapia”.

Aos amigos Allan, pelo incentivo de iniciar o mestrado, e Gabi pela torcida de sempre.

Às amigas: Amanda, Josi, Ju, Karol, Leidy, Lorrane e Mel pela torcida, orações e por me ouvirem sempre que precisei.

À prima Mariane e amiga Maria Ju pela dedicação e expertise no português e inglês.

A todos os amigos que se preocupam, oram por mim e entenderam meus momentos de ausência.

À Fundação Biblioteca Nacional, instituição da qual tenho grande honra em fazer parte e que foi a grande motivação para que este estudo acontecesse.

Aos colegas do setor de Classificação da FBN, com os quais aprendo todos os dias. E a todos os amigos conquistados nestes seis anos de trabalho nesta instituição.

Às minhas chefes Celia e Luciana, pela compreensão.

A todo PPGb, professores e funcionários, pela oportunidade e aprendizado.

Aos colegas da turma de mestrado 2019.2, pela partilha.

Às bibliotecas nacionais da ABINIA que participaram do estudo e responderam aos contatos feitos, mesmo em meio a uma pandemia.

Aos membros da banca por aceitarem o convite e terem contribuído com observações valiosas para o aprimoramento e finalização desta pesquisa.

*“A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original”
(Albert Einstein)*

*“É justo que muito custe o que muito vale”
(Santa Teresa D'Ávila)*

RESUMO

As bibliotecas nacionais são guardiãs da memória nacional e precisam se preocupar com a indexação dos itens armazenados para que sejam acessados e divulgados. No âmbito de bibliotecas nacionais, os requisitos de suas atividades de gestão, assim como os elementos e variáveis da política de indexação, são característicos e necessitam estar alinhados ao contexto de seus usuários em nível nacional e representar a identidade cultural e social de seu povo. Os seguintes questionamentos norteiam a pesquisa: Qual a importância da política de indexação no processo de indexação em bibliotecas nacionais? Existem políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos? Quais as semelhanças/diferenças entre as políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos? O estudo sobre política de indexação no âmbito das bibliotecas nacionais tem como objetivo verificar a existência de tais políticas em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos integrantes da Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (ABINIA), suas características e relevância no processo de indexação dessas bibliotecas. Adota como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica, empírica e documental. Na pesquisa bibliográfica foram realizadas buscas sobre bibliotecas nacionais, indexação e política de indexação nas bases de dados brasileiras (BRAPCI e BDTD) e estrangeira (LISA) cujos resultados das buscas totalizaram quarenta e três itens úteis para a investigação, dentre esses, nenhum específico sobre política de indexação em biblioteca nacional. Para a pesquisa empírica foi utilizado um questionário para a coleta de dados com a participação de oito bibliotecas nacionais da ABINIA cujas respostas foram analisadas e compiladas para conhecer os procedimentos adotados no processo de indexação por estas bibliotecas, assim como delinear o panorama da política de indexação nas mesmas. A pesquisa documental consistiu na exploração dos oito documentos enviados pelas bibliotecas nacionais e aplicada análise de conteúdo para comparar os elementos que constituem as políticas de indexação com identificação dos indicadores e categorias para a fase de tratamento, inferência e interpretação dos dados. Aprofunda os estudos na Biblioteca Nacional do Brasil com pesquisa realizada mediante documentação e publicações disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Os resultados obtidos referem-se à descrição da ABINIA acompanhadas do panorama das políticas de indexação das bibliotecas nacionais ibero-americanas o qual indicou que setenta e cinco por cento destas bibliotecas nacionais possuem política ou manual de indexação, embora a maioria não esteja publicada. A análise comparativa entre os documentos recebidos com identificação dos elementos da política de indexação evidenciou que estas bibliotecas estão preocupadas em documentar suas decisões sobre o processo de indexação. A pesquisa histórica sobre a Biblioteca Nacional do Brasil em cento e trinta e oito edições de seus Anais demonstrou que não há política de indexação publicada. Conclui que a política de indexação é de suma relevância para o processo de indexação em bibliotecas nacionais devido à importância dessas instituições e o que representam para seu país, por isso deve ser publicada, bem como estar disponível e atualizada. Como produto, este trabalho propõe diretrizes para a política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil e faz recomendações para as bibliotecas nacionais da ABINIA.

Palavras-Chave: política de indexação; bibliotecas nacionais; Biblioteca Nacional (Brasil); ABINIA.

ABSTRACT

National libraries are guardians of national memory and need to be concerned with the indexing of stored items to be accessed and disseminated. Within the scope of national libraries, the requirements of their management activities as well the elements and variables of the indexing policy are characteristic and must be aligned with the context of their users at the national level and represent the cultural and social identity of their people. The following questions guide the research: What is the importance of the indexing policy in the indexing process in national libraries? Are there indexing policies in national libraries in Ibero-American countries? What are the similarities/differences between indexing policies in national libraries in Ibero-American countries? The study on indexing policy in the scope of national libraries aims to verify if there are indexing policies in national libraries of Ibero-American countries that are members of the Association of National Libraries of Ibero-America (ABINIA), their characteristics and relevance in the process of indexing these libraries. It adopts bibliographical, empirical, and documentary research as methodological procedures. In the bibliographical research, it was conducted searches on national libraries, indexing, and indexing policy in Brazilian (BRAPCI and BDTD) and foreign (LISA) databases, whose search results totaled forty-three items that are useful for the investigation, among these, none specific on indexing policy in national library. For the empirical research, a questionnaire was used to collect data from eight national ABINIA libraries, whose answers were analyzed and compiled to know the indexing process procedures adopted by these libraries, as well as to outline their indexing policy panorama. The documental research comprised exploring the eight documents sent by national libraries and applying content analysis to compare the elements that constitute the indexing policies with the identification of indicators and categories for the data treatment, inference, and interpretation phase. It deepens the studies in the National Library of Brazil with research carried out through documentation and publications available in the Brazilian Digital Library of the National Digital Library of Brazil. The results obtained refer to the description of ABINIA accompanied by the panorama of indexing policies of Ibero-American national libraries, which showed that seventy-five percent of these national libraries have an indexing policy or manual, although most are not published. The comparative analysis between the documents received with identification of the elements of the indexing policy showed that these libraries are concerned with documenting their decisions about the indexing process. Historical research on the National Library of Brazil in one hundred and thirty-eight editions of its Annals revealed the inexistence of a published indexing policy. It concludes that the indexing policy is of paramount relevance for the indexing process in national libraries due to the importance of these institutions and what they represent for their country, which is why it must be published, as well as available and updated. As a product of this work, it proposes guidelines for the indexing policy of the National Library of Brazil and makes recommendations for the national libraries of ABINIA.

Keywords: indexing policy; national libraries; National Library (Brazil); ABINIA.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Etapas da indexação	39
Quadro 2 -	Fatores que podem afetar a qualidade da indexação.....	41
Quadro 3 -	Elementos da Política de indexação.....	46
Quadro 4 -	Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação	48
Quadro 5 -	Fases da política de indexação por Rubi (2008)	49
Quadro 6 -	Elementos de política de indexação das bibliotecas nacionais ou Agências Bibliográficas Nacionais	50
Quadro 7 -	Recomendações para política de indexação das Agências Bibliográficas Nacionais.....	52
Quadro 8 -	Resumo bibliotecas nacionais	55
Quadro 9 -	Resultados das buscas na BRAPCI	60
Quadro 10 -	Resultados das buscas na BDTD	61
Quadro 11 -	Resultados das buscas na LISA	62
Quadro 12 -	Resumo da Pesquisa	67
Quadro 13-A -	Resumo das bibliotecas nacionais da ABINIA	85
Quadro 13-B -	Resumo das bibliotecas nacionais da ABINIA	86
Quadro 14 -	Documentos recebidos	88
Quadro 15 -	Panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA	89
Quadro 16-A -	Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA	97
Quadro 16-B -	Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA	98
Quadro 17 -	Campos MARC usados pelo Setor de Classificação da FBN	109
Quadro 18 -	Campos MARC usados para o controle de autoridades da FBN	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - OC/RC, OI/RI	34
Figura 2 - Os subsistemas de uma biblioteca ou SRI	36
Figura 3 - Eixos da política de indexação	45
Figura 4 - Países da ABINIA	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Manual de indexação.....	75
Gráfico 2 -	Grau de especificidade da indexação.....	75
Gráfico 3 -	Indicação da quantidade de termos da indexação.....	76
Gráfico 4 -	Indicação de tempo da indexação.....	76
Gráfico 5 -	Utilização de linguagem natural na indexação	78
Gráfico 6 -	Avaliação periódica da indexação	80
Gráfico 7 -	Relatórios da avaliação da indexação	80
Gráfico 8 -	Política de indexação	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
ABINIA	Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América
ABN	Agência Bibliográfica Nacional
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDPI	Biblioteca Digital do Patrimônio Ibero-americano
BEC	Biblioteca Euclides da Cunha
BN	Biblioteca Nacional
BNE	Biblioteca Nacional da Espanha
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CCH	Centro de Ciências Humanas e Sociais
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CI	Ciência da Informação
CPP	Centro de Processamento e Preservação
FBN	Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISBN	International Standard Book Number
LISA	Library and Information Science Abstracts
LC	Library of Congress
LCSH	Library of Congress Subject Heading
MPB	Mestrado Profissional em Biblioteconomia
PPGB	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
TTI	Tratamento Temático da Informação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UM	Universidade de Múrcia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISIST	United Nations Information System in Science and Technology
UP	Universidade do Porto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E BIBLIOTECAS NACIONAIS	19
2.1	O papel das bibliotecas nacionais na sociedade: memória, identidade e patrimônio bibliográfico nacional	19
2.1.1	Memória, identidade e biblioteca	20
2.1.2	Biblioteca nacional – patrimônio da Humanidade	24
2.2	A indexação como processo de Organização e Representação da Informação: elementos e variáveis de uma política de indexação	33
2.2.1	Indexação	36
2.2.2	Política de indexação	42
3	METODOLOGIA	54
3.1	Pesquisa bibliográfica	59
3.2	Pesquisa empírica	63
3.3	Pesquisa documental	64
3.4	Biblioteca Nacional do Brasil	66
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
4.1	Campo empírico: ABINIA	69
4.2	Processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA	71
4.3	Panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA	84
4.4	Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA ...	90
5	BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL	101
5.1	Um pouco de história	101
5.2	Características de uma biblioteca nacional	104
5.3	Cenário da representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil	107
5.4	Proposta de diretrizes para construção de política de indexação para a Biblioteca Nacional do Brasil	111
6	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	116
6.1	Conclusões	116
6.2	Recomendações.....	119
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	134
	APÊNDICE B - GUIA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL)	140

ANEXO A - MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA ENVIADO ÀS BIBLIOTECAS NACIONAIS	156
ANEXO B - PARECER PLATAFORMA BRASIL	157

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se enquadra dentro da linha de pesquisa Organização e Representação do Conhecimento do curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Apresenta como tema principal as políticas de indexação em bibliotecas nacionais. A carência de estudos na literatura sobre o assunto e a experiência na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) no Setor de Classificação do Centro de Processamento e Preservação (CPP) desta instituição despertaram a necessidade deste estudo. Assim, surgiu a intenção de averiguar a institucionalização de documentos guias, como as políticas, tão importantes para o funcionamento de uma biblioteca, sobretudo, das bibliotecas nacionais.

As bibliotecas nacionais são as guardiãs da memória de um povo e devem se preocupar com a indexação dos itens de seu acervo, considerando que seu catálogo remete ao patrimônio de sua nação. Esta atividade faz parte do processamento técnico da informação - especificamente o tratamento temático - e, os termos atribuídos aos documentos são fundamentais para a devida recuperação da informação. Neste contexto, as políticas de indexação funcionam como guia no processo da indexação.

As bibliotecas em geral são compostas por diversos processos e todas as suas atividades devem estar voltadas para satisfazer às demandas do usuário. As principais funções biblioteconômicas são divididas em três grandes blocos: Formação, desenvolvimento e organização das coleções, Dinamização do uso de coleções e Funções gerenciais - o primeiro bloco está ligado às funções operacionais, de seleção, aquisição, desenvolvimento e organização. Dentro do processo de organização das coleções está o processamento técnico que é um dos principais pilares da Biblioteconomia e sempre fez parte da rotina da biblioteca. Sua função é dar acesso ao documento, para que o usuário possa encontrar o que procura. Essa atividade envolve a descrição dos dados físicos extraídos do documento, e a descrição do conteúdo do documento, a qual inclui as atividades de classificação, catalogação de assuntos, indexação e redação de resumos, mas vamos nos ater à atividade de indexação de assuntos, embora muitas vezes neste trabalho seja chamada apenas de indexação. E, especialmente, sobre as políticas de indexação, que serão nosso objeto de estudo.

Entre as principais atribuições de uma biblioteca nacional está a de reunir o conhecimento produzido em seu país. E são as atividades técnicas que permitirão a recuperação e disponibilização desses documentos para o público. Segundo Fonseca (2007, p. 54, grifo do autor),

Embora circunstâncias históricas e nacionais possam diferenciar esta categoria de uma nação para outra, pode-se estabelecer como objetivos básicos de uma biblioteca nacional: a) reunir, preservar e difundir a documentação bibliográfica e audiovisual produzida no território nacional (ela se vale, para reunir, do chamado *depósito legal* e para difundir da *bibliografia nacional corrente*); b) reunir o que em qualquer parte se publica a respeito da nação; c) coordenar a permuta nacional e internacional de publicações; d) coordenar programas nacionais de aquisição de publicações estrangeiras; e) coordenar a rede nacional de bibliotecas; f) manter catálogo coletivo nacional de livros e periódicos.

O êxito na representação do documento torna eficiente o caminho entre o usuário e a informação e, no âmbito das bibliotecas nacionais, facilita o acesso aos catálogos do patrimônio nacional. Esse patrimônio reflete a identidade de seu povo. Logo, o processo de indexação, especialmente, deve ser acompanhado de muito cuidado, de forma a representar toda a diversidade que compõe sua nação.

Segundo Pinheiro (1978, p. 109), “na recuperação da informação, a indexação é um processo fundamental e deve ser, tanto quanto possível, consistente”. Para a autora (1978), esta consistência depende de alguns instrumentos de ajuda à indexação como regras em manuais, por exemplo.

Almeida (2005, p. 6) observa que “as políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que definem linhas mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização”. A autora (2005) traz esse conceito como um dos instrumentos do planejamento de bibliotecas e com isso, nota-se que o equilíbrio nos serviços biblioteconômicos pode ser alcançado por meio de políticas sólidas e parâmetros documentados.

Nesse contexto, a política de indexação, segundo Carneiro (1985, p. 221), é uma ferramenta muito útil aos indexadores, pois serve “[...] como um guia para tomada de decisões”. A autora (1985) ainda orienta que as decisões tomadas sejam registradas para tornar o serviço mais eficiente e orientar na verificação de falhas futuras. Assim, as políticas de indexação influenciam diretamente na representação dos registros armazenados nos catálogos das bibliotecas.

Tratando de bibliotecas nacionais e suas características tão importantes para a memória de seu país, é imprescindível o empenho na atividade de indexação de assuntos, pois esta refletirá diretamente na recuperação do patrimônio bibliográfico nacional. Seu acervo é valiosíssimo para sua nação, pois espelha sua história e identidade. Os bibliotecários que nela atuam têm a tarefa, dentre outras, de indexar cada item desse patrimônio. E, nesse universo, a

representação temática é essencial, pois tem a função de uni-los e de facilitar seu acesso e localização.

Conforme relatado, nossa vivência na FBN nos despertou o interesse desse estudo, pois o ano de 2019 foi marcado por muitos pedidos de aposentadorias do Setor de Classificação. Isso causou preocupação com procedimentos e diretrizes que pudessem ser perdidos com a saída desses servidores, por não estarem registrados. Tais inquietações nos levaram ao problema desta pesquisa, tamanha a necessidade de ter orientações escritas e padronizadas para treinamento e estudos de futuros funcionários.

Diante disso, surgiram alguns questionamentos que norteiam a presente pesquisa: Qual a importância da política de indexação no processo de indexação em bibliotecas nacionais? Existem políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos? Quais as semelhanças/diferenças entre as políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos?

Os professores Mariângela Spotti Lopes Fujita e Isidoro Gil Leiva realizaram pesquisa semelhante em bibliotecas e arquivos nacionais da América Latina registrada em capítulo de livro editado pelos mesmos (FUJITA; GIL LEIVA, 2012). Os autores traçaram um panorama das políticas de indexação em países da América Latina. O presente estudo tem este trabalho como referência, portanto, nossa intenção é dar continuidade à pesquisa já iniciada e abarcar outros países não contemplados por esses autores, porém com foco somente em bibliotecas nacionais. Por isso, como campo empírico de observação, escolhemos as bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos que integram a Associação de Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (ABINIA).

A Ibero-América compreende os países ou territórios onde o português ou espanhol são as línguas predominantes. Assim, vamos incluir a América Latina, como o estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), e também abranger outros países. Os procedimentos metodológicos serão detalhados na seção Metodologia. Espera-se que, após a finalização da pesquisa, seja possível conhecer as políticas de indexação dessas bibliotecas nacionais. Assim teremos um panorama do que está sendo realizado em outros países para que seja eficiente a difusão e o acesso dos conteúdos dos documentos aos usuários.

Posto isto, o **objetivo geral** deste estudo é verificar a existência de políticas de indexação em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos integrantes da ABINIA, suas características e relevância no processo de indexação dessas bibliotecas.

E como **objetivos específicos**:

1. Identificar as políticas de indexação formalizadas utilizadas em bibliotecas nacionais da ABINIA;
2. Examinar os procedimentos adotados no processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA;
3. Delinear o panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA;
4. Comparar o cenário das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA;
5. Propor diretrizes para construção de política de indexação para Biblioteca Nacional do Brasil.

Sendo as bibliotecas nacionais instituições significativas para seus países, acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento da prática de indexação na Biblioteca Nacional do Brasil, e quiçá para outras bibliotecas nacionais, com intuito de propor aperfeiçoamento na gestão do processamento técnico, na perspectiva da indexação.

Além disso, a biblioteca nacional é referência para as demais bibliotecas e instituições de informação de seu país. Por isso optamos por pesquisá-las e, deste modo, examinarmos a importância de se documentar as diretrizes a serem tomadas no processo de indexação em bibliotecas nacionais.

Assim, a segunda seção compõe o referencial teórico, que foi construído a partir de pesquisa bibliográfica com buscas em bases de dados especializadas a fim de entender o que é uma biblioteca nacional, seu papel na sociedade e a função da política de indexação para o processo de indexação, bem como suas características, elementos e variáveis.

A seção três descreve os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa que se caracteriza como exploratória e descritiva do ponto de vista dos objetivos, apresenta abordagem qualitativa e de natureza aplicada. Foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, empírica e documental, além de aprofundamento na Biblioteca Nacional do Brasil.

A quarta seção expõe os resultados e discussões de dados coletados no questionário enviado às bibliotecas nacionais da ABINIA com delineamento do panorama de suas políticas de indexação, identificação dos documentos que guiam o processo de indexação destas bibliotecas e análise de conteúdo para indicação dos elementos da política de indexação em seus documentos.

A quinta seção aprofunda os estudos na FBN com pesquisa histórica em seus Anais e apresenta proposta de diretrizes para sua política de indexação, que caracteriza o produto desta pesquisa.

A sexta seção reflete as conclusões obtidas com os resultados e sugere recomendações para contribuição de novos estudos e aplicação prática para as bibliotecas nacionais.

E por último, no apêndice B, incluímos um guia para elaboração da política de indexação da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).

2 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E BIBLIOTECAS NACIONAIS

Para atingir os objetivos propostos, é necessário compreender o papel das bibliotecas nacionais e da política de indexação neste contexto. Assim, nas seções “2.1 O papel das bibliotecas nacionais na sociedade: memória, identidade e patrimônio bibliográfico nacional” e “2.2 A indexação como processo de Organização e Representação da Informação: elementos e variáveis de uma política de indexação” abordaremos estas questões.

A seção 2.1 está dividida em “2.1.1 Memória, identidade e biblioteca”, que reflete a importância das bibliotecas na salvaguarda da memória e na construção da identidade de um indivíduo ou de um grupo; e “2.1.2 Biblioteca nacional – patrimônio da Humanidade” onde apresentamos conceitos de bibliotecas nacionais, suas funções e como atuam na preservação da memória coletiva nacional.

A seguir, na seção 2.2, iniciamos com uma breve introdução sobre a organização e representação da informação. Em seguida, em “2.2.1 Indexação”, abordamos o processo de indexação e suas etapas e em “2.2.2 Política de indexação” tratamos a importância da política bem como seus elementos e variáveis.

Para tanto, nos baseamos no levantamento feito na pesquisa bibliográfica, a qual foi de suma importância para fundamentar nosso estudo sobre política de indexação em bibliotecas nacionais.

2.1 O papel das bibliotecas nacionais na sociedade: memória, identidade e patrimônio bibliográfico nacional

A necessidade de armazenar registros, de fazer viva a memória vem desde os primórdios dos tempos. Desde que o homem passou a dominar a escrita, as coleções já eram feitas, de forma consciente ou não. A informação contida nas coleções é a base do conhecimento no futuro, o elo entre o passado e o presente. Os documentos dessas coleções contam sua história e formam sua memória. Essa memória registrada em documentos escritos requer padrão e controle. Aqui entram as tão importantes instituições, que são as bibliotecas.

Os mais de 6000 (seis mil) anos de história das bibliotecas lhes conferem o status de espaços privilegiados do saber, nos quais o **patrimônio**, a **memória coletiva** e a **herança cultural** dos homens encontram solo profícuo para edificarem as bases onde seus **vínculos identitários** se constituem, se nutrem e se valorizam. Ou seja, captar, conservar, preservar e compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos

poderes (e perigos) que as bibliotecas nos oferecem (SILVEIRA, 2010, p. 69, grifo nosso).

As bibliotecas têm como função primordial guardar, organizar e difundir o conhecimento produzido pelo homem. Elas têm papel importantíssimo na preservação da memória para posteridade, logo ajudam na construção da identidade e na continuidade da história. No caso das bibliotecas nacionais, suas funções estão diretamente ligadas à preservação do patrimônio e cultura de sua nação, por isso essas instituições são nosso principal objeto de estudo.

Abordaremos nessa seção o papel da biblioteca nacional na preservação da memória e patrimônio bibliográfico atuando na constituição da identidade nacional.

2.1.1 Memória, identidade e biblioteca

A memória está sujeita a mudanças e transformações (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993). Ela é moldada de acordo com a vivência de cada pessoa e submetida a constantes variações. Nora (1993, p. 9) a define assim:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Pollak (1992) compartilha desta ideia, no entanto, recorda que em toda memória existem também marcos ou pontos não suscetíveis a mudanças. O autor indica os elementos que constituem a memória, tanto individual, quanto coletiva: acontecimentos, pessoas ou personagens e lugares. Estes elementos podem ter sido vividos e conhecidos da própria pessoa ou “por tabela”, quando é passado pelo grupo ou coletividade que o indivíduo pertence, o que o autor também chama de transferência por herança.

Para Halbwachs (1990), o indivíduo não é o único responsável por suas lembranças, pois sofre influências de seu convívio social. Segundo o autor, a memória não é algo estritamente individual, mas partilhada com o coletivo, construída baseada nas experiências vividas em grupo, ao qual o indivíduo está inserido. Halbwachs dedicou-se ao estudo da memória coletiva e a vê como um tipo de coesão social, pois as lembranças em comum unem as pessoas, é um fenômeno construído coletivamente.

Uma das características da memória, segundo Pollak (1992), é o seu caráter seletivo, pois nem tudo fica gravado. Ela é herdada e estruturada de acordo com as preocupações pessoais ou políticas do momento. Tudo isso influencia na memória que será registrada, logo, o autor entende que a memória é um fenômeno construído, social e individualmente. Sobre isto, afirma que “[...] quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 204).

A identidade está relacionada a representações e símbolos, aquilo que identifica um indivíduo ou grupo. Silveira (2010) nota que a identidade conecta-se com as origens e semelhanças, mas também com as diferenças, pois cada pessoa carrega uma bagagem cultural que a influencia e modifica. O autor vale-se da ideia de França (2002) quando diz que a identidade se sustenta nos discursos, objetos e práticas simbólicas. Os referenciais simbólicos são preservados por diferentes grupos sociais - família, escola, igreja, trabalho e outras – que compartilham suas práticas culturais, como ritos religiosos, a maneira de se alimentar ou de enterrar os mortos. Esses costumes e tradições se perpetuam por gerações, dão caráter de continuidade e atuam na formação da identidade.

Para Silveira (2010, p. 68) “[...] é o movimento de apropriação desses repertórios simbólicos que possibilita ao sujeito e mesmo a uma coletividade inteira construir e consolidar seus vínculos identitários”, logo a identidade está em constante formação. Consoante a isto, conforme Pollak (1992), a memória é fator importante de continuidade e coerência de uma pessoa, ela atua na construção da identidade. Essa construção não acontece isoladamente, assim como não está isenta de mudanças.

A memória coletiva, antes ancorada na oralidade - nos testemunhos e relatos passados pelas famílias, contados por idosos, grupos, religiões - sofre transformações com o surgimento da escrita (LE GOFF, 1990). Merlo e Konrad (2015, p. 28) afirmam que “desde que o homem passou a registrar suas atividades e pensamentos, aos poucos foi imprescindível adotar uma forma de armazenamento”. A escrita facilitou a multiplicação da informação e o homem passou a ter necessidades de suportes, do concreto. Por conseguinte, a história das bibliotecas se funde com a invenção da escrita.

As bibliotecas fazem parte de um conjunto chamado “lugares de memória”. A expressão “lugares de memória” surgiu com os estudos de Pierre Nora. Para o autor (1993), eles nascem do sentimento de que não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, organizar celebrações, existe uma necessidade de continuidade. Silveira (2010, p. 68, grifo nosso) os definiu como “[...] instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de

apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de **representação coletiva**". O autor acredita que a memória não é capaz de preservar as experiências vividas pelo homem em sua totalidade. O medo do esquecimento torna necessária a criação desses lugares para manter viva a cultura de um grupo social.

Segundo McGarry (1999, p. 62), cultura inclui "crenças, habilidades, artes, moral, costumes e qualquer outra aptidão física ou intelectual adquirida por seres humanos como membros da sociedade". Num sentido mais amplo, o autor continua dizendo que a cultura incluiria "as várias entidades e instituições criadas para colocar o precedente em prática" (MCGARRY, 1999, p. 62). As bibliotecas estão entre estas instituições responsáveis pela propagação da cultura.

Conforme Le Coadic (1996, p. 6) o advento da escrita teve como consequência, "[...] multiplicar a informação (cópia de manuscritos, imprensa, fotocópia) e memorizá-la, permitindo assim exteriorizar, primeiro nas bibliotecas, uma das funções do cérebro humano, que é a memória". Nesse sentido, Silveira (2010) lembra que a biblioteca, guardiã desses registros, é uma forma de memória coletiva.

À memória biológica, que pertence à espécie e à memória cerebral, que pertence ao indivíduo, **acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se insere**. Inscrita sob a forma de documento, essa memória requer sua **reunião, organização e meios específicos para sua disseminação**, tendo-se em vista um amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para sua formação (SILVEIRA, 2010, p. 69, grifo nosso).

As primeiras bibliotecas eram mais voltadas para a função de armazenamento, de depósito. Desde Alexandria, é possível verificar que o principal objetivo da biblioteca era de acumular. Com o sonho quase irreal de reunir todo conhecimento escrito da Terra, a biblioteca de Alexandria era vista como "[...] modelo fundador de todo projeto de acumulação da memória escrita" (JACOB, 2000, p. 45). Toda essa acumulação trouxe a necessidade de gerir a memória. Jacob (2000) recorda que isso motivou a classificação das obras, inclusive por assuntos, ainda que inicialmente o foco principal estivesse no livro. Mas essas instituições evoluem e se adaptam aos contextos, então logo foram adquirindo novas funções, além de se voltar mais aos usuários e suas necessidades, que também mudam e evoluem com o tempo.

Para satisfazer às demandas dos usuários e oferecer um serviço eficiente de busca e recuperação da informação é preciso organização, pois "não há acesso sem organização, e uma organização que não vise ao acesso não se justifica" (SMIT, 2013, p. 14).

Maciel e Mendonça (2000) consideram que a biblioteca deve ser vista como uma organização, pois acredita que isso facilita seu gerenciamento, melhora a qualidade de seus produtos e serviços e ainda salienta seu papel social junto às comunidades.

A palavra organização pode ser aplicada em dois sentidos. Um deles é o ato de organizar ligado à função administrativa, o qual Smit (2013) se referia. O segundo é o que Maciel e Mendonça (2000) aludiam, e “[...] refere-se a uma entidade que reúne pessoas que desenvolvem um trabalho coordenado, estruturado em torno de metas definidas, consistindo de vários grupos ou subsistemas interrelacionados” (CAMPELLO, 2000, p. 35).

Maciel (1995, p. 12) explica que

Embora não se caracterize exatamente como uma empresa, pois seu objetivo maior não é o lucro financeiro, a biblioteca é uma organização formalmente estruturada para fornecer aos indivíduos o maior e mais impalpável dos bens: a leitura, a informação, o conhecimento acumulado nos registros bibliográficos e multimeios. Para atingir este objetivo a biblioteca conta com uma estrutura algo complexa, onde se incluem as coleções (acervo) de que dispõe, os serviços, recursos e critérios que ela adota para traduzi-las e levá-las aos usuários (catálogos, serviços de alerta, referência, etc.), o pessoal interno que aciona o sistema, o espaço físico que a abriga, etc.

Mueller (1984) reforça que suas atividades básicas de preservar, organizar e disseminar a informação não mudam, mas sim a forma de desempenhá-las. Rodrigues (2015) considera que,

Independentemente da sua tipologia, bibliotecas passaram ao longo do tempo a ser identificadas como organismos culturais, instituições onde se promove a salvaguarda do patrimônio bibliográfico, estabelecimentos onde é possível ter acesso ao conhecimento produzido e acumulado pelos seres humanos, lugares onde a memória coletiva encontra sua materialização através do registro escrito e de onde é possível obter referências por meio das quais nossa memória individual e coletiva e nosso patrimônio cultural se fazem perceber (RODRIGUES, 2015, p. 243).

As bibliotecas sempre tiveram um papel social conforme pondera Mueller (1984). Em seu artigo “Bibliotecas e sociedade” (1984) a autora preparou uma revisão de literatura sobre a função das bibliotecas na sociedade e a responsabilidade social dos bibliotecários. Como resultado de seu levantamento e resumindo as ideias levantadas, entre suas conclusões está o uso da biblioteca na preservação da identidade e a biblioteca vista como instituição social, que influencia e é influenciada pelo ambiente. O serviço prestado ao indivíduo pode refletir em um bem para a sociedade, e o serviço prestado ao grupo pode alcançar um bem ao indivíduo.

A função social da biblioteca também é vista por Silveira (2010) atrelada à sua missão principal de preservação, organização e disseminação. Nestas circunstâncias, o autor ressalta a ligação da biblioteca na reafirmação da identidade.

Enquanto “lugares de memória”, as bibliotecas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis, enfim, tentam dar sentido ao saber e a fazer com que o mesmo se torne um instrumento de reafirmação da "identidade" individual ou coletiva humana (SILVEIRA, 2010, p. 69).

A memória atua na constituição da identidade e essa memória registrada em documentos é preservada pelas bibliotecas que são “lugares de memória”. O registro, bem como sua preservação, é importante para continuidade da cultura e tradição de um povo. A noção de memória está diretamente ligada à identidade, logo também com a noção de cultura e patrimônio. O patrimônio herdado e repassado ajuda a manter vivas as práticas e referenciais simbólicos que o caracteriza. Tudo isso diz respeito às representações que identificam o ser humano.

As bibliotecas atuam na perpetuação da memória, pois têm papel primordial na preservação e difusão do saber registrado nos documentos sob sua custódia. Documentos aqui no sentido amplo, independente do suporte, que armazenam e servem como testemunhas da história. Aqui se encaixa perfeitamente o papel de uma biblioteca nacional, entre as instituições de memória mais importantes de um país, pois é quem tutela seu patrimônio bibliográfico.

Uma biblioteca nacional, mais do que funcionar como uma organização, é uma instituição. Segundo o dicionário Michaelis (c2021) uma instituição é “[...] regida por estatutos ou leis, cujo objetivo é satisfazer as necessidades de uma sociedade ou de uma comunidade de projeção mundial”. Assim, a biblioteca nacional é uma instituição de grande responsabilidade com sua nação, especialmente na salvaguarda da memória e identidade nacional, deve então, cumprir sua função social e atender a todo o povo.

2.1.2 Biblioteca nacional – patrimônio da Humanidade

As bibliotecas sempre guardaram tesouros, de um povo, de uma cultura, da história, da Humanidade. Suas preciosidades são consideradas patrimônios, seja para seus donos em casos de bibliotecas particulares, seja para as instituições a qual estão vinculadas em casos de

bibliotecas escolares, universitárias e empresariais, seja para uma comunidade em casos de bibliotecas públicas, seja para a nação no caso das bibliotecas nacionais.

A palavra patrimônio, de origem no latim, vem de *pater* que significa pai (RUSSO, 2017). Patrimônio está ligado à herança e identidade de valor cultural, social, institucional, familiar, nacional. Gonçalves (2005, p. 18) diz que “a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela que é adquirida”. A ideia de legado, sucessão e posse lembra o apego e sentimentalismo associados ao patrimônio. Palma Peña (2013, p. 33, tradução nossa) afirma que patrimônio “[...] refere-se àqueles bens herdados, históricos, culturais e naturais elaborados em alguma nação”.

A percepção de patrimônio também mudou ao longo do tempo. Antes focado nas propriedades e heranças individuais, adquiriu então o caráter de coletividade e posteriormente passou a incluir não somente os bens materiais, mas também os imateriais, como saberes e fazeres. Segundo Rodrigues (2015, p. 247), o conceito de patrimônio cultural se solidificou com a Revolução Francesa, no século XVIII, quando surge a ideia de “[...] legado que une os cidadãos de uma nação entre si” e passam a valorizar mais o que é comum ao grupo. Na visão de Palma Peña,

O patrimônio cultural da humanidade não é apenas valioso por seus elementos significativos, mas também porque, devido à sua capacidade de formar **identidades**, proporcionar conhecimento sobre o passado e permitir construir o presente e visualizar o futuro, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades (PALMA PEÑA, 2013, p. 51, grifo nosso, tradução nossa).

É também dos ideais da Revolução Francesa e das concepções do iluminismo que vêm a visão das bibliotecas nacionais como fator constituinte da identidade nacional (BETTENCOURT, 2014). Essa noção de compartilhamento e pertencimento vindo do conceito de patrimônio demonstra nas bibliotecas nacionais a formação da memória e identidade coletiva.

Rodrigues (2015) observa três dimensões do patrimônio cultural: dimensão simbólica, dimensão política e dimensão econômica. A autora trabalha a relação com as bibliotecas nacionais e constata que elas apresentam as duas primeiras dimensões: a dimensão simbólica devido aos “valores culturais da nação e à identificação coletiva de seus membros”; e a dimensão política, “já que são o resultado de um processo de construção intencional (político) das instituições às quais estão subordinadas” (RODRIGUES, 2015, p. 258).

As bibliotecas nacionais são representantes da memória nacional, logo participam da construção da memória coletiva. Pollak (1989; 1992) considera a memória nacional como a mais legítima das memórias coletivas. Para o autor ela é muito organizada e fortemente constituída, além de sofrer interferências políticas e sociais que podem influenciar no que ficará gravado na memória de um povo.

Não se pode falar em bibliotecas nacionais sem falar no aspecto político devido à sua subordinação administrativa e o papel do Estado na preservação da memória coletiva. Barbosa (2019) produziu relevante estudo onde discutiu as bibliotecas nacionais a partir das relações entre política, informação e poder que se estabelecem entre os Estados nacionais, as instituições modernas e o mercado.

As Bibliotecas Nacionais (BN's), instituições que surgiram e se consolidaram no decorrer da modernidade entre os séculos XVIII e XX, ligadas aos processos de consolidação dos Estados Nacionais, de emancipação política dos países e de ascensão do nacionalismo - perpetuavam metas políticas e socioculturais alinhadas a esse período histórico, como a construção, o fortalecimento e a manutenção identitária dos países (BARBOSA, 2019, p. 13).

Mas é seu valor simbólico e papel social como guardiãs da memória nacional que dão às bibliotecas nacionais o *status* de “templos do saber”. Elas “[...] nascem com o propósito explícito de se tornarem instituições de preservação do patrimônio intelectual das nações, convertendo-se, assim, em **“lugares de memória”** da produção racional que confere indícios **identitários** à localidade onde se inserem” (SILVEIRA, 2012, p. [10], grifo nosso). Para Nora (1993), os lugares de memória possuem efeito nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional. O autor (1993, p. 21) diz que “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”.

Souza (2014, p. 11) considera a biblioteca nacional como “[...] repositório bibliográfico oficial e único. De valor incalculável, deve ser preservado de forma perene. É patrimônio de indiscutível interesse histórico-cultural, próprio e único de cada país”. As bibliotecas nacionais são detentoras de acervo rico e raro, muitas vezes herdado das famílias reais. Grings (2018, p. 25) relata que “[...] as instituições hoje denominadas ‘bibliotecas nacionais’ tiveram suas origens nas coleções das famílias reais europeias, na época medieval”. Segundo Monte-Mór,

A organização das bibliotecas nacionais remonta ao século XVIII, quando, em 1795, a Convenção Nacional Francesa declarou de propriedade nacional a então Biblioteca Real e garantiu-lhe o depósito de exemplares de todas as publicações impressas na França. Ficava estabelecida a prerrogativa do ‘depósito legal’ - característica comum às atuais bibliotecas nacionais (MONTE-MÓR, 1987, p. 163).

Monte-Mór (1987) trazia as ideias de Daniel Bell de que viveríamos uma “sociedade pós-industrial” baseada na informação, onde esta passou a ser valorizada e negociada. Com isso, bibliotecas e outros centros de informação passaram a ser mais estimados. O papel da biblioteca nacional, como detentora do registro do conhecimento de seu país, também é ampliado. A autora (1987, p. 163) enfatiza que “as bibliotecas nacionais, com objetivo primordial de registro e guarda da produção bibliográfica de cada país, desempenham, portanto, o papel de órgão por excelência da memória do conhecimento”.

As bibliotecas nacionais são as principais instituições de salvaguarda da memória coletiva nacional. Bettencourt (2014) compartilha dessa visão ao afirmar que a biblioteca nacional preserva e garante aos cidadãos o acesso à memória documental sob sua guarda.

Há certa dificuldade em chegar a uma definição do que de fato é uma biblioteca nacional (GRINGS, 2018; BARBOSA, 2019). Apesar de seu caráter secular, somente a partir da segunda metade do século XX começaram a surgir mais discussões a respeito do conceito de bibliotecas nacionais. Foi quando suas funções se tornaram mais consolidadas. Fuentes Romero (2003a) atrela esse aumento à crise que essas instituições sofreram com relação ao seu papel de depositária diante do grande número de publicações após a Segunda Guerra Mundial.

Tanto Grings (2018) quanto Monte-Mór (1987) apontam o estudo de Arundell Esdaile¹, em 1934, como impulsionador para essa preocupação com a definição para as bibliotecas nacionais. Em 1950, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) promoveu a Conferência Internacional sobre a Melhoria dos Serviços Bibliográficos que trouxe importantes debates sobre o papel destas instituições. Foi deste evento que originou a recomendação da criação de um Centro de Informação Bibliográfica Nacional em cada país.

No ano de 1952 foi criada a Seção de Bibliotecas Nacionais e Científicas da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), hoje chamada Seção de Bibliotecas Nacionais. Esta apresenta sua definição do que seria uma biblioteca

¹ Em 1934, Arundell Esdaile, à época diretor da Biblioteca do Museu Britânico, publicou uma das primeiras obras de caráter geral sobre bibliotecas nacionais no mundo. A obra intitulada “National libraries of the world” foi reeditada em 1957 (FUENTES ROMERO, 2003).

nacional, que segundo Fuentes Romero (2003a), é uma definição “funcionalista”. Para a IFLA,

As bibliotecas nacionais têm responsabilidades particulares, frequentemente definidas por lei, dentro do sistema bibliotecário e de informação da nação. Suas responsabilidades variam de país para país, mas geralmente incluem: a coleta, via **depósito legal**, das publicações nacionais (quer se trate de material impresso ou eletrônico) e sua **catalogação e preservação**; a provisão de **serviços centrais** (isto é, referência, bibliografia, preservação, empréstimo) **aos usuários**, tanto diretamente como através de outras unidades de informação; **a preservação e promoção do patrimônio cultural nacional**; a aquisição de uma coleção pelo menos expressiva de publicações estrangeiras; a promoção da política cultural nacional; e a liderança em campanhas nacionais de alfabetização (IFLA, 2020, tradução nossa, grifo nosso).

Outros dois eventos marcantes para essa conceituação foram o Colóquio de Viena de 1958 e a Conferência Geral da UNESCO de 1970. Monte-Mór (1987) traz algumas recomendações do Colóquio de Viena para as bibliotecas nacionais, entre as quais: que tenham flexibilidade na administração de seu orçamento, a responsabilidade de adquirir e conservar a totalidade da produção nacional e publicações estrangeiras necessárias, a adoção de regras comuns de catalogação, a produção das bibliografias nacionais, disponibilizar técnicas de conservação e restauração de livros, entre outras. A definição para bibliotecas nacionais adotada pela Conferência de 1970 tem ênfase em suas funções e responsabilidades:

Bibliotecas que, independentemente de seu título, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações significativas publicadas no país e funcionam como uma biblioteca de "depósito", seja por lei ou por meio de outros acordos. Normalmente também desempenharão algumas das seguintes funções: produzir uma bibliografia nacional e manter atualizada uma ampla e representativa coleção de literatura estrangeira, incluindo livros sobre o país; atuar como um centro nacional de informações bibliográficas: compilar catálogos coletivos; publicar a bibliografia nacional retrospectiva. Bibliotecas que podem ser chamadas de 'nacionais', mas cujas funções não correspondem às definições acima, não devem ser colocadas na categoria 'bibliotecas nacionais' (UNESCO, 1971, p. 145, tradução nossa).

A partir destes marcos, as bibliotecas nacionais passaram a fazer parte de importantes discussões em âmbito internacional, em geral protagonizadas pela IFLA e pela UNESCO, que são instituições de grande conceito no referido tema.

A UNESCO, em conjunto com a IFLA, encomendou três estudos sobre bibliotecas nacionais: Sylvestre (1987), Line (1989) e Cornish (1911), que foram condensados por Fuentes Romero (2003b). Cada um trouxe diferentes apontamentos acerca destas instituições.

O estudo de Sylvestre, “*Guidelines for national libraries*”, de 1987, visa dar assistência no planejamento de serviços das bibliotecas nacionais. O autor toma como partida a definição de bibliotecas nacionais dada pela UNESCO em 1970, embora a considere excludente, pois as bibliotecas podem cumprir diferentes tarefas. Para Sylvestre,

As bibliotecas nacionais não existem isoladamente, nem devem ser criadas ou modificadas sem uma clara consciência do papel de outras instituições nacionais relacionadas. Deve ser um elemento fundamental da rede de informação do país e, da mesma forma, poder participar efetivamente nos planos de cooperação internacional, pelo menos naqueles de âmbito regional que possam trazer mais benefícios ao país. Ao seguir essas diretrizes, toda a atenção deve ser dada em todos os momentos ao contexto nacional e internacional no qual uma biblioteca nacional é criada ou seus serviços são melhorados ou modificados (SYLVESTRE, 1987, p. 3, tradução nossa).

Line escreveu “*National and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries*” em 1989. Com a intenção de completar o trabalho de Sylvestre (1987), Line (1989) trouxe uma visão mais ampla sobre bibliotecas nacionais. Para ele, as funções de uma biblioteca nacional devem estar voltadas para as necessidades da nação. Embora muitas das quais se assemelhem, cada país possui sua particularidade, sobretudo entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. O autor pensa que

Nenhuma suposição é feita de que deva existir uma biblioteca nacional; em vez disso, é o caso de provar sua necessidade, porque esta pode ser uma forma eficaz de descobrir precisamente que tipo de biblioteca nacional é necessária em diferentes condições (LINE, 1989, p. 1, tradução nossa).

Cornish (1991) em “*The role of national libraries in the new information environment*” objetivou estudar a influência das novas tecnologias no papel das bibliotecas nacionais. Aponta funções que ele considera de uma biblioteca nacional, embora ressalte que nem todas são realizadas por todas as bibliotecas nacionais:

- a) Configura uma **coleção central** dos materiais produzidos no país ou região em que a biblioteca nacional está localizada.
- b) Mantém uma ampla coleção de publicações estrangeiras.
- c) **Fornece liderança nacional em assuntos de bibliotecas e informações.**
- d) **É o eixo da Biblioteconomia e a força motriz do desenvolvimento das bibliotecas.**
- e) Oferece um **sistema nacional de informações** que facilita o desenvolvimento econômico e social, tanto no nível nacional como pessoal.
- f) **Recebe materiais por meio da legislação sobre depósitos legais.**
- g) Atua como catálogo nacional de materiais não publicados.
- h) Cria o registro bibliográfico nacional.
- i)

Disponibiliza suas coleções para toda nação. j) Atua como ponto central do sistema internacional de fornecimento de documentos. k) Atua como recurso nacional de materiais não impressos. l) Oferece um serviço de referência nacional. m) Compromete-se a **preservar o patrimônio nacional** impresso. n) Fornece um **ponto central de coordenação para a pesquisa** em Biblioteconomia e Ciência da informação. o) Presta serviço nacional para pessoas com deficiência (CORNISH, 1991, p. 2, grifo nosso, tradução nossa).

Um quarto estudo, “*Guidelines for legislation for national libraries services*”, foi conduzido por Lor e Sonnekus em 1997. Embora os quatro tenham abordado aspectos distintos, todos perpassam suas funções e responsabilidades. Este último traz a seguinte definição para biblioteca nacional:

Uma instituição financiada, principalmente (direta ou indiretamente), pelo Estado, a qual é responsável por recolher, registrar bibliograficamente, preservar e disponibilizar o patrimônio documental (materiais publicados de todos os tipos) que emana ou tem relação com o seu país; e que promove o funcionamento eficaz e eficiente das bibliotecas do país através da gestão de coleções nacionais significativas, da provisão de infraestrutura, da coordenação das atividades do sistema de bibliotecas e informações do país, ligação internacional, e o exercício da liderança (LOR; SONNEKUS, 1997, p. 7, tradução nossa).

Em estudo mais recente, em 2016, a Seção de Bibliotecas Nacionais da IFLA realizou uma pesquisa sobre as funções das bibliotecas nacionais. Este estudo teve resposta de quarenta e seis bibliotecas nacionais e, a respeito do gerenciamento de coleções, concluiu que

O desafio para as bibliotecas nacionais é fornecer dados de catalogação o mais rápido possível após os documentos serem adquiridos a fim de listar o material na bibliografia nacional / catálogo on-line e, assim, fornecer metadados de catalogação para editores e bibliotecas. A pesquisa confirmou que as bibliotecas nacionais consideram esta uma de suas funções principais (LANDRY, 2017, p. 3, tradução nossa).

Voltando ao estudo de Cornish (1991), as funções das bibliotecas nacionais levantadas pelo autor, apesar de ser um grande número, são bem interessantes e muitas vão ao encontro do seu papel de guardião da memória e referência nacional. O autor (1991) identifica três características comuns entre as bibliotecas nacionais:

a) são financiadas fundamentalmente por fundos públicos (aqui há que se lembrar de sua subordinação administrativa e seu papel político);

b) estão abertas ao público (cumprindo sua função social);

c) atuam como arquivo principal dos materiais produzidos dentro do país ou da região em questão (desempenham sua missão de guardiãs do patrimônio material e também imaterial da nação).

Como um dos artificios para preservar e difundir o patrimônio nacional, as bibliotecas nacionais contam com o depósito legal, que é uma de suas principais responsabilidades. O depósito legal prevê que seja depositado ao menos um exemplar de toda publicação reproduzida em território nacional. Apesar de não ser uma regra, normalmente as bibliotecas nacionais são as instituições incumbidas desse compromisso. O depósito legal é definido por lei e visa contribuir para salvaguarda da memória nacional auxiliando também no controle dessas publicações. Nesse contexto encontra-se o principal papel das bibliotecas nacionais que é captar e preservar a memória de seu país. Essa prerrogativa lhe garante poder e controle e também é vista como garantia de preservação do patrimônio bibliográfico nacional (RODRIGUES, 2016a).

A disponibilização da bibliografia nacional também está entre as funções citadas como pertencente a uma biblioteca nacional. Para se entender o que é uma bibliografia nacional, é preciso voltar-se à bibliografia como disciplina. Conforme Araújo,

É uma disciplina constituída por interfaces teóricas e práticas que, desde sua origem, tem fundamentado o tratamento documental, seja do ponto de vista de sua descrição, classificação, circulação e mediação. Paralelamente, a Bibliografia se ocupa do mapeamento e da representação dos saberes e do conhecimento (ARAÚJO, 2015, p. 119).

As bibliografias pretendem ser uma fonte para acesso às publicações, logo também têm seu papel na preservação da memória bibliográfica. Podem ser elaboradas por autor, área do conhecimento ou localidade. Com a invenção da imprensa, algumas tentativas de construir uma bibliografia universal foram realizadas, entre elas vale mencionar duas: a primeira é a *Bibliotheca Universalis* (1545), do suíço Conrad Gesner - considerado o “pai da bibliografia” -, que reuniu um catálogo com autores de obras publicadas em latim, grego e hebraico. A obra foi publicada em quatro partes e é considerada um “[...] marco da bibliografia e do controle bibliográfico” (CAMPELLO, 2006, p. 10). A segunda obra é o *Repertoire Bibliographique Universel* (1895), dos belgas Henri La Fontaine e Paul Otlet - chamado o “pai da documentação” -, um catálogo em fichas com obras de bibliotecas da Europa e Estados Unidos, incluindo sua localização. Foi considerado por Campello (2006, p. 10) como um projeto ambicioso “[...] com o objetivo de reunir toda a produção bibliográfica mundial”.

Essas duas obras foram muito relevantes, mas nenhuma conseguiu cobrir toda exaustividade da literatura mundial, pois esta é uma tarefa muito complexa.

Ao longo do tempo, o crescimento exponencial do número de publicações de variados tipos tornou não só desejável, como imprescindível, o controle dessa produção, o qual é denominado controle bibliográfico. A ideia desse controle permeia o trabalho bibliotecário desde sempre, mas a partir do século XX, o que antes era feito de forma individual, passa a ser feito por instituições. Foi na década de 1970, que a IFLA e a UNESCO instituíram o Controle Bibliográfico Universal (CBU). Para Campello (2006), o conceito de CBU traz consigo a ideia de preservar o patrimônio cultural. A autora (2006, p. 12) ainda ressalta que este programa tinha o objetivo de “[...] reunir e tornar disponíveis os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando assim o ideal do acesso de todos os cidadãos ao conjunto do conhecimento universal”.

Segundo Caldeira (1984), o CBU presume a existência de uma Agência Bibliográfica Nacional (ABN), que tem como objetivo “[...] coletar e preservar as publicações nacionais, criar registros bibliográficos definitivos das obras publicadas no país e cumprir determinações relativas ao depósito legal” (CALDEIRA, 1984, p. 264). O CBU se utiliza de algumas ferramentas como o depósito legal e as bibliografias nacionais, que são de responsabilidade dessas agências.

A UNESCO prevê que as bibliotecas nacionais atuem como Agências Bibliográficas Nacionais, logo estas são as instituições mais adequadas para preservação da memória nacional. O depósito legal lhes incumbe a salvaguarda da produção intelectual de seu país, para permitir o acesso por toda população. A preservação desse patrimônio bibliográfico nacional garante a continuidade da cultura de seu povo e a afirmação de sua identidade.

As definições sobre biblioteca nacional, apesar de focarem mais em sua função, deixam claro sua importância. A salvaguarda do patrimônio nacional é um consenso e, com isso, atuam na preservação da memória coletiva nacional. Medeiros e Lucas (2016, p. 204) observam ainda que “hoje as bibliotecas nacionais fazem mais do que apenas zelar pelo patrimônio bibliográfico de seu país: elas também se preocupam com o acesso e a divulgação da informação”. Não basta apenas captar e guardar a produção intelectual nacional, toda essa produção precisa de controle. Esse controle, por sua vez, depende de técnicas de organização da informação.

Entre outras funções, uma ABN deve

Atuar como agência central de catalogação, encarregando-se de: manter a lista padronizada de nomes e autores do país (pessoas físicas, entidades coletivas, nomes geográficos); definir regras catalográficas a serem utilizadas na bibliografia nacional, em catálogos coletivos e nas bibliotecas do país, seguindo padrões internacionalmente aceitos (CAMPELLO, 2006, p. 23).

Todas estas funções atribuídas às bibliotecas nacionais demonstram o valor dessas instituições. Atuando como Agência Bibliográfica Nacional, a biblioteca nacional é referência para as demais bibliotecas e instituições de informação de seu país. Elas operam na captação e guarda da produção nacional, têm a competência para ditar regras de organização da informação, promovem a preservação e difusão do patrimônio bibliográfico, cumprindo assim a principal missão das bibliotecas, aqui já mencionadas, de preservar, organizar e disseminar a informação. E, entre suas atividades técnicas de gerenciamento, a indexação tem a sua função no cumprimento dessa missão, como veremos nas seções seguintes.

2.2 A indexação como processo de Organização e Representação da Informação: elementos e variáveis de uma política de indexação

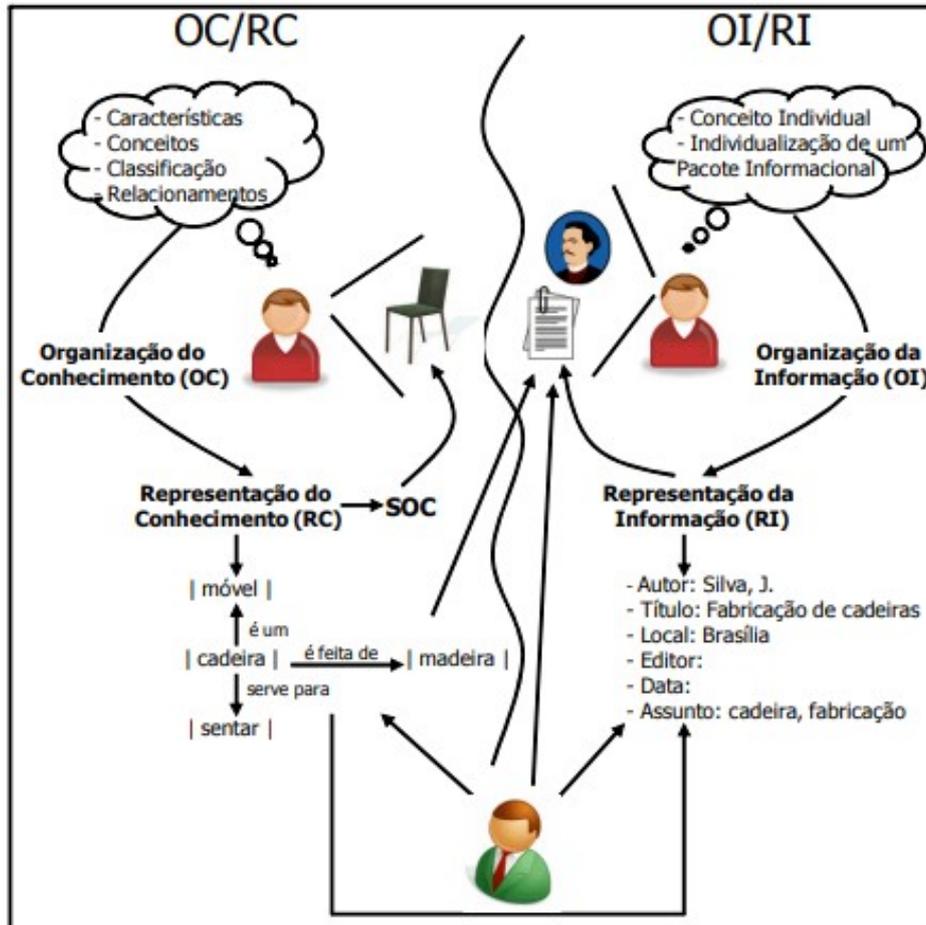
Como dito anteriormente, a necessidade de organização e representação da informação sempre acompanhou o homem - antes por meio da oralidade, depois por meio da escrita. Após a invenção da imprensa a quantidade de registros aumentou muito e hoje em dia, no mundo globalizado e com os avanços da tecnologia, é difícil medir esse número e a rapidez com que as pessoas têm acesso à informação. O avanço tecnológico trouxe visibilidade e facilitou o compartilhamento de informações, o que tornou cada vez mais necessária a padronização do tratamento técnico de documentos. Organizar e disponibilizar essa informação tornou-se um desafio para os centros de informação. Nesse contexto, a organização da informação é fundamental.

Brascher e Café (2008) assinalam que os conceitos de Organização do Conhecimento e Organização da Informação, embora muito estudados, não apresentam muita clareza. As autoras (2008) pontuam que, “por vezes o termo organização do conhecimento é utilizado no sentido de organização da informação e vice-versa e, em determinadas situações, empregam-se os termos conjuntamente – organização da informação e do conhecimento”.

Para Brascher e Café (2008, p. 6), a organização do conhecimento está relacionada ao mundo das ideias e “[...] visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”. Enquanto a organização da informação está relacionada ao mundo

dos objetos físicos, é “[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). A demonstração dessa diferença pode ser visualizada na figura 1 abaixo.

Figura 1 – OC/RC, OI/RI.



Fonte: Brascher e Café (2008, p. 7).

Legenda: OC – Organização do Conhecimento, RC – Representação do Conhecimento, OI – Organização da Informação, RI – Representação da Informação.

Encontram-se muitos significados na literatura e não é nossa intenção estender o assunto, uma vez que ora os conceitos são usados como sinônimos, ora como distintos, ora em conjunto. Em relação ao tratamento da informação, que falaremos a seguir, inferimos que alguns autores a consideram como parte da organização do conhecimento, outros como parte da organização da informação. Baseado nas diferenças apontadas por Brascher e Café (2008), utilizaremos o termo organização da informação em nosso trabalho.

O principal objetivo da organização da informação é dar acesso a essa informação contida nos documentos (Souza, 2017). Segundo Bettencourt (2014, p. 52), “para organizar a informação, é preciso descrevê-la, isto é, enumerar as características do objeto ou as relações

dele com outros objetos que o identifiquem, o que muitos autores denominam tratamento da informação”.

A função primordial do tratamento da informação é a recuperação da mesma. Para Miranda (2005), tratamento da informação são as atividades técnicas realizadas pelos profissionais da informação para que a informação esteja disponível e possa ser recuperada por meio de um Sistema de Recuperação da Informação (SRI). Cesarino (1985, p. 157) define SRI como “um conjunto de operações consecutivas executadas para localizar, dentro da totalidade de informações disponíveis, aquelas realmente relevantes”.

Segundo Souza (2006), um SRI organiza e permite o acesso aos itens de informação, realizando as seguintes atividades:

- *Representação* das informações contidas nos documentos, usualmente através dos processos de indexação e descrição dos documentos;
- *Armazenamento* e gestão física e/ou lógica desses documentos e de suas representações;
- *Recuperação* das informações representadas e dos próprios documentos armazenados, de forma a satisfazer as necessidades de informação dos usuários. Para isso é necessário que haja uma interface na qual os usuários possam descrever suas necessidades e questões, e através da qual possam também examinar os documentos atinentes recuperados e/ou suas representações (SOUZA, 2006, p. 163, grifo do autor).

O processo de representação gera consequências e pode tanto fazer um item ser lembrado como ser esquecido. Como adverte Bair (2005), os catalogadores devem atentar para não censurar ou perder informações. As atividades de catalogar e indexar envolvem também uma questão de ética, pois,

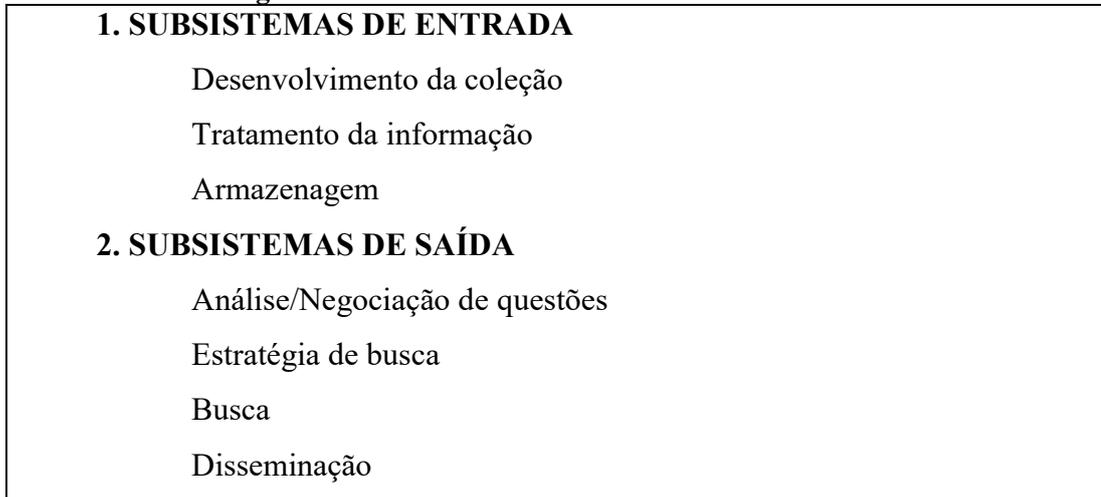
[...] o profissional que lida com a representação da informação deve se comprometer com a necessidade informacional de cada instituição, em seus diferentes contextos, costumes e cultura. Sem isso, conseqüentemente, a recuperação pelo usuário será insatisfatória (JESUS; FUJITA, 2019, p. 98).

A representação da informação é o resultado do processo de identificar as características físicas ou de conteúdo de um documento, e no SRI, esse processo é entendido como tratamento da informação (DIAS, 2001). A descrição física ou catalogação resulta na representação descritiva e a descrição de conteúdo resulta na representação temática.

Um SRI é composto de subsistemas, geralmente divididos entre entrada e saída. Dias e Naves (2013) consideram o tratamento da informação como um subsistema de entrada de um SRI, com função de descrever os aspectos físicos e de conteúdo, ou das representações dos

documentos. Os autores (2013) ainda sintetizaram esses subsistemas de acordo com a terminologia utilizada na literatura, e podem ser observados na figura 2.

Figura 2 - Os subsistemas de uma biblioteca ou SRI.



Fonte: Dias; Naves (2013, p. 5).

Segundo Cesarino (1985, p. 161, grifo nosso), os subsistemas de um SRI podem ser assim estudados:

- 1º) A seleção e aquisição de documentos
- 2º) A **indexação**, incluindo o processo de análise conceitual dos documentos e a tradução do resultado dessa análise para o vocabulário do sistema
- 3º) Organização e manutenção dos arquivos
- 4º) Estratégia de busca, que também envolve o processo de análise conceitual das questões propostas pelo usuário e a sua tradução para a linguagem do sistema
- 5º) A interação usuário x sistema de recuperação da informação.

A indexação é um dos principais fatores que influenciam na recuperação e acesso aos documentos. Os fatores diretamente ligados à indexação e que podem influenciar no desempenho de um SRI são a política de indexação e a exatidão da indexação (LANCASTER, 2004). Por isso, a indexação e a política de indexação são temas das seções seguintes.

2.2.1 Indexação

A indexação é uma atividade do Tratamento Temático da Informação (TTI). O TTI faz parte das atividades de tratamento da informação e realiza a descrição de assuntos dos documentos. Segundo Guimarães (2009) visa o acesso ao conteúdo dos documentos e possui natureza mais complexa, se comparado à descrição física. Apesar de corresponder a

atividades realizadas desde muito tempo, o termo TTI ganhou força após a publicação do livro de Foskett (1973) intitulado em português como “A abordagem temática da informação”, o que refletiu nas denominações ‘representação descritiva’ e ‘representação temática’ nos cursos de Biblioteconomia no Brasil (GUIMARÃES, 2008).

O TTI sofreu influências ao longo do tempo o que culminou em três correntes teóricas: “a catalogação de assunto (*subject cataloguing*) de matriz norte-americana, a indexação (*indexing*) de matriz inglesa e a análise documental (*analyse documentaire*), de matriz francesa” (GUIMARÃES, 2009, p. 106). Na literatura, estes termos ora são apresentados como equivalentes, ora como distintos e ora como complementares. No entanto, como diz Lancaster (2004, p. 21) “estas diferenças terminológicas são muito inexpressivas e só servem para confundir”. Por esse motivo, e por ser o mais usado no Brasil, adotamos nesta pesquisa o termo indexação.

A história da indexação nasce junto com as bibliografias e estava relacionada com a elaboração de índices que inicialmente “[...] apresentavam uma entrada limitada e simples como nomes próprios ou entradas por acontecimentos diretos” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 140). Mas, o aumento das publicações periódicas e científicas impulsionou o aperfeiçoamento de controles bibliográficos e as técnicas de indexação evoluíram (FUJITA, 2003). Com isso, “[...] o índice dos artigos por assuntos se tornou essencial” (BRADFORD, 1961, p. 78). Atualmente está relacionada com a descrição de assuntos dos documentos.

A indexação como ato de construir índices é prática bastante antiga no tratamento de documentos. Basta sabermos que em "bibliotecas" da Antigüidade já existiam listas dos documentos ali armazenados. Entretanto, a partir do momento que a ordenação dessas listas necessitou de uma organização por assunto foram estabelecidas profundas mudanças na abordagem do ato mecânico de construir índices, ou seja, introduziu-se um processo de análise do conteúdo dos documentos (FUJITA, 2003, p. 61).

Conforme Dias e Naves (2013) pontuam, o termo indexação possui esses dois sentidos: um mais amplo referindo-se à elaboração de índices dos mais variados tipos, “seja de autor, título, assunto, publicações (livros, periódicos), seja de catálogos ou bases de dados, em bibliotecas ou centros de informação” (DIAS; NAVES, 2013, p. 17). E outro mais restrito, relacionado à análise conceitual. É este segundo que iremos trabalhar aqui.

A indexação visa dar acessibilidade às informações contidas nos documentos; possibilita localizar todos os documentos de um determinado assunto.

O objetivo da indexação é determinar o assunto dos documentos e expressar o assunto em termos de indexação (por exemplo, descritores, cabeçalhos de assuntos, números de classificação, códigos de classificação ou termos de indexação) para tornar possível a recuperação de assuntos (MAI, 2005, p. 599, tradução nossa).

Segundo Chaumier (1988, p. 63) “[...] a indexação é a parte mais importante da análise documentária. Consequentemente é ela que condiciona o valor de um sistema documentário”. Por isso, uma boa indexação reflete diretamente na recuperação da informação e permite que o usuário encontre o que precisa.

A NBR 12676/1992 define indexação como “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2). De acordo com o Sistema das Nações Unidas de Informação em Ciência e Tecnologia, a indexação é “vista como a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto” (UNISIST, 1981, p. 84). No mesmo sentido, para Lancaster (2004, p. 1), “os processos de indexação identificam o assunto que trata o documento”.

O processo de indexação é composto por diferentes etapas, que dependendo do autor, pode variar de duas a quatro. Não há um consenso quanto à quantidade de etapas, mas todas estão relacionadas à análise e descrição ou representação dos assuntos.

Lancaster (2004) define duas etapas para o processo de indexação: a análise conceitual e a tradução. UNISIST (1981, p. 85) descreve dois estágios: “estabelecimento dos conceitos tratados no documento, isto é, o assunto; e tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação”. Dias e Naves (2013, p. 18) também elencam duas etapas: “a extração de conceitos que possam representar o assunto de um documento e a tradução destes para termos de instrumentos de indexação”.

Já a NBR 12676/1992 estabelece três etapas, sendo: “a) exame do documento e estabelecimento do assunto do seu conteúdo; b) identificação dos conceitos presentes no assunto; c) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

Chaumier (1988) destaca quatro etapas: conhecimento do conteúdo do documento (por meio de leitura técnica), escolha dos conceitos, tradução dos conceitos escolhidos e incorporação dos elementos sintáticos (avaliação ponderada dos descritores escolhidos). Chu e O’Brien (1993, p. [2], tradução nossa) também descrevem quatro etapas: “1. análise do assunto do texto; 2. expressão do assunto nas palavras dos indexadores; 3. tradução para um vocabulário de indexação; 4. expressão do assunto em termos de indexação”.

Sobre essa divergência no número de etapas, Mai (2000) explica:

O procedimento de duas etapas consiste em uma etapa em que o assunto do documento é determinado e a outra etapa se refere à tradução do assunto e sua expressão na linguagem de indexação. O procedimento de três etapas insere uma etapa na qual o assunto é formulado explicitamente ou implicitamente. No procedimento de quatro etapas, a tradução do assunto numa linguagem de indexação consiste em duas etapas. Primeiro, o indexador traduz o assunto do seu vocabulário para o vocabulário usado na linguagem de indexação. Em seguida, o indexador constrói a entrada do assunto na linguagem de indexação na forma de termos de indexação, um código de classificação, ou um cabeçalho de assunto (MAI, 2000, p. 277, tradução nossa).

Estas etapas não precisam ser realizadas sequencialmente, pois os profissionais mais experientes muitas vezes acabam realizando algumas de forma simultânea (LANCASTER, 2004; CHU; O'BRIEN, 1993). De forma a clarear o entendimento, podem ser divididas em duas: análise do documento, que consiste em saber de qual assunto o documento trata por meio de uma leitura técnica e a descrição que seria a decisão sobre quais termos irão representar o documento. Estão sintetizadas no Quadro 1 abaixo, de acordo com cada autor citado.

Quadro 1 - Etapas da indexação.

Autores	Análise do documento	Descrição dos assuntos
Lancaster (2004)	1. Análise conceitual	2. Tradução
UNISIST (1981)	1. Estabelecimento dos conceitos	2. Tradução dos conceitos
Dias e Naves (2013)	1. Extração de conceitos	2. Tradução destes para termos de instrumentos de indexação
NBR 12676 (1992)	1. Exame do documento e estabelecimento do assunto, e 2. Identificação dos conceitos	3. Tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação
Chaumier (1988)	1. Conhecimento do conteúdo do documento, e 2. Escolha dos conceitos	3. Tradução dos conceitos escolhidos, e 4. Incorporação dos elementos sintáticos
Chu e O'Brien (1993)	1. Análise do assunto do texto, e 2. Expressão do assunto nas palavras dos indexadores	3. Tradução para um vocabulário de indexação, e 4. Expressão do assunto em termos de indexação

Fonte: Adaptação de Fujita; Rubi; Boccato (2009, p. 25).

Na etapa de análise, o indexador identifica o assunto de que trata o documento. Segundo Dal'Evedove e Fujita (2012, p. 126), essa etapa “[...] tem por objetivo revelar, a

partir de um trabalho intelectual, os conceitos que melhor representem a essência do conteúdo informacional do documento”. Ocorre por meio da leitura técnica de algumas partes do documento, como: título, resumo, sumário, introdução, metodologia, conclusão. Essa leitura é muito importante e deve ser feita de forma estratégica, pois dela depende a etapa seguinte. É também nesta etapa que o indexador faz a escolha dos termos para depois traduzi-los. Nessa fase, é importante ter os níveis de exaustividade e especificidade definidos, pois isso influenciará na decisão do profissional. Devem constar em uma política de indexação e serão abordados mais adiante.

Para realizar a etapa da descrição dos assuntos os profissionais utilizam uma linguagem artificial, que é um instrumento de controle da terminologia. Mas a indexação também pode ser realizada em linguagem natural, onde é priorizada a linguagem usada pelo usuário ou do autor com os termos extraídos do próprio documento. No entanto, o uso da linguagem natural pode causar alguns problemas como, por exemplo, o uso de diferentes palavras para designar a mesma ideia (FOSKETT, 1973). Por isso, a maioria dos sistemas faz uso de controle terminológico.

Essas linguagens são chamadas de diferentes nomes como linguagem de indexação ou linguagem documentária ou linguagem controlada ou vocabulário controlado. Podem ser tesouros, esquemas de classificação, lista de cabeçalhos de assuntos, etc. Atualmente também são chamados de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). “Na organização e recuperação da informação, os SOC cumprem o objetivo de padronização terminológica para facilitar e orientar a indexação e os usuários” (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54). Aqui utilizaremos o termo linguagem de indexação.

Essas linguagens podem afetar o desempenho do SRI na estratégia de busca, pois “estabelece a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do usuário” e também afetam o processo de indexação, pois “estabelece a precisão com que o indexador pode descrever o assunto do documento” (RUBI; FUJITA, 2003). Por isso, é importante que a escolha dessas linguagens seja feita pelo bibliotecário e essa decisão deve estar documentada na política de indexação. Não existe uma linguagem única ideal para todos, nem melhor ou pior que a outra, mas sim a que melhor atenda às necessidades dos usuários de cada instituição. Cabe ao bibliotecário “escolher, adaptar ou criar a linguagem que mais se ajusta ao sistema, que melhor atenda às necessidades do usuário” (CESARINO, 1985, p. 163).

Para Kuramoto (1995, p. 2) “as questões relativas à precisão dos resultados de uma busca são ligadas às técnicas de indexação e de recuperação de informação”. Assim, um item bem indexado será recuperável, e dessa forma, a indexação cumpre a sua função de dar acesso

aos patrimônios bibliográficos de uma biblioteca. Os assuntos atribuídos à obra tornam-se seu principal ponto de acesso.

Segundo Lancaster (2004, p. 6, grifo do autor) a indexação de assuntos “implica a preparação de uma *representação* do conteúdo temático dos documentos”. Essa representação se dará por assuntos atribuídos ao documento que se tornarão pontos de acesso nos catálogos das bibliotecas. Mas esse processo é envolto de subjetividade, pois depende de muitos fatores que influenciam na qualidade da indexação. Lancaster (2004) apresenta esses fatores divididos em cinco categorias, conforme quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Fatores que podem afetar a qualidade da indexação.

<i>Fatores ligados ao indexador</i>	<i>Fatores ligados ao documento</i>
Conhecimento do assunto	Conteúdo temático
Experiência	Complexidade
Concentração	Língua e linguagem
Capacidade de leitura e compreensão	Extensão
	Apresentação e sumarização
<i>Fatores ligados ao vocabulário</i>	<i>Fatores ligados ao 'processo'</i>
Especificidade/sintaxe	Tipo de indexação
Ambiguidade ou imprecisão	Regras e instruções
Qualidade do vocabulário de entradas	Produtividade exigida
Qualidade da estrutura	Exaustividade da indexação
Disponibilidade de instrumentos auxiliares afins	
	<i>Fatores ambientais</i>
	Calefação/refrigeração
	Iluminação
	Ruído

Fonte: Lancaster (2004, p. 89).

Há muitos fatores que podem influenciar o processo de indexação. Estes podem ser sanados com uma política de indexação sólida e clara, para guiar os indexadores e manter um padrão institucional. Lancaster (2004) também afirma que um dos fatores que influenciam no desempenho de um Sistema de Recuperação da Informação é a política de indexação. Para o autor (2004), uma indexação eficiente implica em tomada de decisão. Nesse sentido, a política de indexação serve de apoio ao trabalho, permitindo ao indexador a realização de escolhas e decisões de forma mais segura. A subjetividade pode ser reduzida baseada nas decisões registradas em política, que resultará em uma indexação de qualidade.

Uma indexação bem feita traz muitos benefícios à recuperação da informação e o usuário é o principal beneficiado. Portanto, alguns fatores devem estar bem estabelecidos na política de indexação, como: a escolha da linguagem e os níveis de especificidade e

exaustividade, que influenciarão na capacidade de revocação ou precisão das buscas. Estes são alguns dos elementos que devem constar numa política de indexação (CARNEIRO, 1985) e serão trabalhados na seção seguinte.

2.2.2 Política de indexação

Em todo momento do dia a dia, estamos tomando decisões. Seja sobre o que vestir, o que comer, qual transporte utilizar... É uma atividade que circunda o cotidiano de todas as pessoas. Nas atividades da biblioteca não é diferente. A entrada do livro, normalmente, já passa por um processo de seleção e até que chegue à estante e posteriormente ao usuário, muitas decisões precisam ser tomadas.

Choo (2006, p. 29) nos diz que “toda ação da empresa é provocada por uma decisão, e toda decisão é um compromisso para uma ação”. A tomada de decisão é essencial, pois visa definir um padrão de ação para aproximar uma organização de seus objetivos e também a se adaptar às mudanças no contexto que estão inseridas (CHOO, 2006). Assim como em toda organização, as ações das bibliotecas derivam de uma decisão.

As decisões na etapa do Tratamento Temático da Informação (TTI) refletirão diretamente no sucesso da busca e recuperação da mesma. Como afirma Bettencourt (2014, p. 54), “a representação temática desempenha papel crucial na recuperação da informação”. Essas decisões devem ser registradas em uma política que servirá de guia para a tomada de decisão do bibliotecário. Portanto, registrar e documentar os procedimentos realizados são fundamentais para a execução do fazer bibliotecário e, especificamente no âmbito deste estudo, o ofício dos indexadores. Ademais, são ferramentas básicas de gestão, apoio técnico e preservação da memória institucional.

A indexação é um processo subjetivo, por isso é importante ter diretrizes institucionais e decisões registradas para sanar problemas futuros. Para Fujita (2012) a indexação se justifica pela necessidade de recuperação da informação e tem o objetivo de facilitar o armazenamento e a recuperação. Nessa perspectiva defende a importância da política de indexação como um dos instrumentos de apoio ao indexador. Rubi (2012a, p. 119) manifesta sua preocupação com o processo de indexação:

Consideramos ser necessário que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que esse processo necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões,

minimizando subjetividade e incertezas durante o processo de catalogação de assunto, reconhecendo, portanto, a importância de se implantar uma política de indexação.

Segundo Fujita (2012), na literatura, a definição de política de indexação tem foco em suas funções e objetivos. Para a autora (2012, p. 22), “a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”. Assim, a política deve refletir os objetivos da instituição e servirá como parâmetro na tomada de decisão, o que aperfeiçoará a busca e a recuperação da informação.

A política de indexação não deve ser vista como uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação (FUJITA, 2012, p. 17).

O processo de indexação carrega variáveis que afetam seu desempenho, assim, a política de indexação tem como objetivo “definir essas variáveis, estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas” (CARNEIRO, 1985, p. 222).

A coerência é um fator relevante no processo de indexação. Ela se caracteriza pela consistência quanto aos termos utilizados na representação de um mesmo documento em momentos diferentes, seja pelo mesmo profissional (coerência intra indexadores) ou por profissionais diferentes (coerência inter indexadores). Os fatores que podem influenciar na coerência da indexação, segundo Lancaster (2004, p. 71), são:

1. Quantidade de termos atribuídos
2. Vocabulário controlado *versus* indexação com termos livres
3. Tamanho e especificidade do vocabulário
4. Características do conteúdo temático e sua terminologia
5. Fatores dependentes do indexador
6. Instrumentos de auxílio com que conta o indexador
7. Extensão do item a ser indexado.

Muitos destes fatores podem ser definidos pela política de indexação. Gil Leiva, Rubi e Fujita (2008) realizaram pesquisa sobre a consistência da indexação em bibliotecas universitárias brasileiras e uma das conclusões foi que uma política bem definida pode contribuir para aumentar a consistência nesse processo, uma vez que haveria parâmetros a

serem seguidos. Para os autores (2008, p. 240), “uma política de indexação insuficiente ou inexistente pode contribuir para a falta de sistematização dos procedimentos de indexação e das diretrizes a serem seguidas pelos bibliotecários durante a realização da indexação”.

Mas Lancaster (2004) lembra que uma indexação coerente não é o mesmo que uma indexação de alta qualidade. A boa indexação é umas das responsáveis por uma recuperação eficiente, pois uma indexação de qualidade “[...] permite que se recuperem itens de uma base de dados durante buscas para as quais sejam respostas úteis, e que impede que sejam recuperados quando não sejam respostas úteis” (LANCASTER, 2004, p. 83). Para tal, deve-se ter cuidado ao realizar esta atividade, por isso a política de indexação é tão importante. Rubi e Fujita (2003, p. 67) a consideram “[...] uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação”.

Dar acesso aos documentos é o objetivo principal de todos os serviços da biblioteca. A indexação visa auxiliar a recuperação desses documentos, por isso, precisa ser bem realizada. A política de indexação vai registrar as decisões para este processo, isso pode dar segurança aos profissionais, consistência no trabalho realizado, uniformidade ao catálogo, o que irá facilitar a busca e economizar o tempo do usuário. Nunes (2004) acredita que não há razão para não formalizar as decisões em uma política, pois isso irá economizar tempo, recursos materiais e financeiros.

Carneiro, em 1985, escreveu o artigo ‘Diretrizes para uma política de indexação’ que se tornou um dos estudos mais relevantes na área. A autora traz requisitos e elementos para o estabelecimento de uma política de indexação para bibliotecas e é usado até os dias atuais. Carneiro (1985) lista três requisitos que devem ser considerados para o estabelecimento de uma política de indexação: a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; e, os recursos humanos, materiais e financeiros. Para Fujita (2012) este é o plano horizontal da política de indexação e refere-se às atividades de gestão.

Em complementação aos requisitos definidos por Carneiro (1985), Cesarino (1985, p. 165) considera que alguns aspectos devem ser observados antes de estabelecer uma política de indexação. São eles:

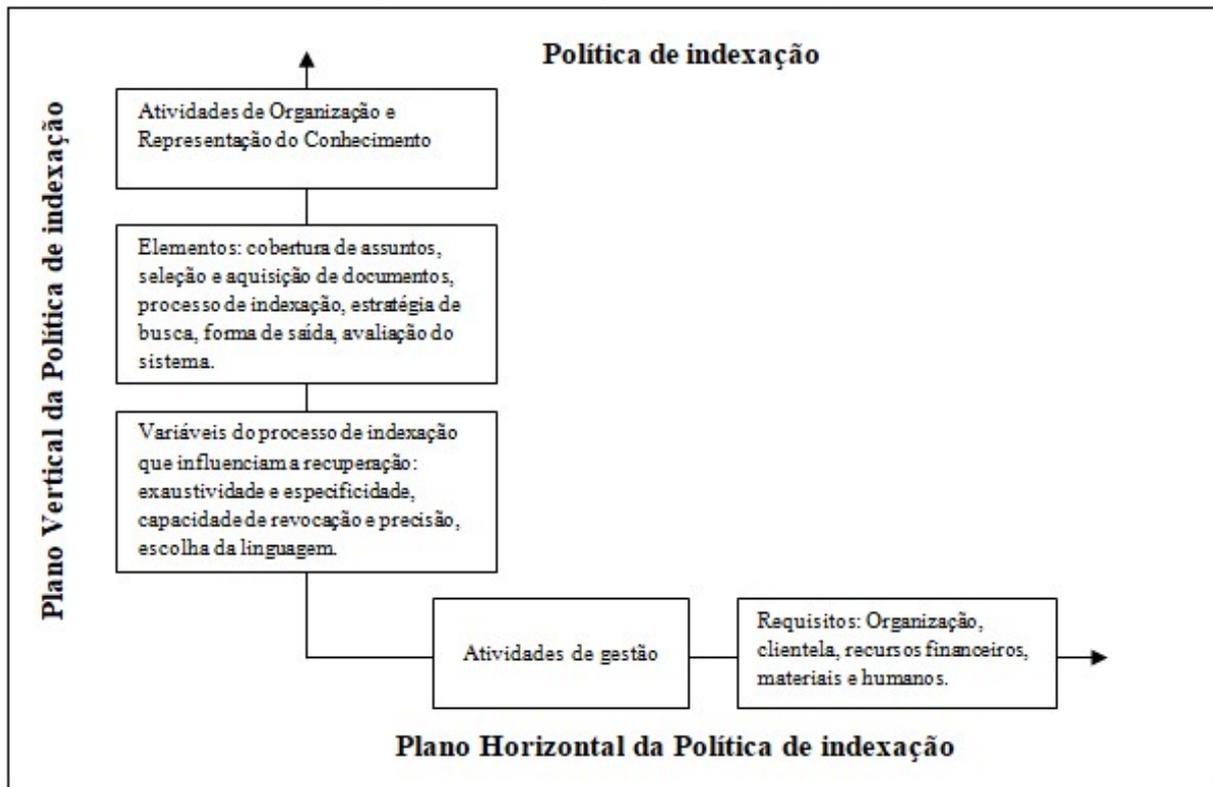
- identificação das características do usuário (áreas de interesse, nível, experiência, atividades que exercem);
- volume e características da literatura a ser integrada ao sistema;
- volume e características das questões propostas pelo usuário;
- número e qualidade dos recursos humanos envolvidos;

- determinação dos recursos financeiros disponíveis para criação e manutenção do sistema;
- determinação dos equipamentos disponíveis.

Os elementos da política de indexação, segundo Carneiro (1985), são: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema e, avaliação do sistema. Para Fujita (2012) este é o plano vertical da política de indexação e refere-se às atividades de organização e representação do conhecimento.

Esses dois eixos estão demonstrados na figura 3 abaixo:

Figura 3 – Eixos da política de indexação.



Fonte: Adaptação de FUJITA (2012, p. 23) e DAL'EVEDOVE (2014, p. 105).

Verifica-se que Fujita (2012) não considera o 'tempo de resposta do sistema' entre os elementos da política de indexação, pois, de acordo com a autora, Carneiro (1985) se referia aos sistemas de buscas manuais com prazos variáveis de dias para resposta, o que não se aplica aos sistemas atuais. Seguindo a posição de Fujita (2012), abordaremos as atividades do plano vertical, ou seja: os elementos da política e as variáveis que afetam o processo de indexação. Estes parâmetros servirão também para nossa análise de conteúdo das políticas de

indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA. O resultado desta análise se dará em seção seguinte.

Com relação aos elementos da política de indexação nos baseamos em: Carneiro (1985), Guimarães (2000), Rubi (2008), Rubi (2012b), Rubi; Fujita; Boccato (2012) e Dal'Evedove (2014). As considerações encontram-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Elementos da Política de indexação.

ELEMENTOS DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	
Cobertura de assuntos	Temática dos documentos coberto pelo sistema (centrais ou periféricos). “Poderão então ser identificadas as áreas onde se torna necessário um tratamento em profundidade e aquelas a serem tratadas superficialmente” (CARNEIRO, 1985, p. 230).
Seleção e aquisição de documentos	Extensão da cobertura por áreas de interesse, qualidade dos documentos nessas áreas de assunto e idioma. Deve estar de acordo com a política de desenvolvimento de coleções.
Processo de indexação	Aspectos teóricos e práticos: indicação de normas/manuais e bases de dados (se for o caso) a serem seguidos, orientação sobre as etapas da indexação (análise, com identificação das partes do documento, e descrição, com informações sobre a linguagem), tempo dedicado à tarefa, quantidade de termos de indexação, orientações por tipos de documentos. Este processo é afetado por diversas variáveis (exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem) que serão vistas mais adiante.
Estratégia de busca	Decidir se a busca será feita pelo próprio usuário e/ou pelo bibliotecário. No caso de ser o bibliotecário, se é o mesmo que realiza a indexação ou outro profissional. Deve-se indicar o uso de recursos do sistema, como operadores booleanos, truncamento, entre outros. “O sistema deve disponibilizar a linguagem de indexação para a elaboração das estratégias e para a busca por assunto a partir dela” (RUBI; FUJITA; BOCCATO, 2012, p. 226).
Forma de saída	Formato de apresentação dos resultados de busca, como por exemplo (considerando os sistemas automatizados atuais): formato de ficha, referência, formato Marc, resumo ou texto completo; se detalhado ou resumido; ordenação por data, ordem alfabética de autor ou de título; separação do tipo de documento; quantidade de registros por página. Deve-se levar em conta a preferência do usuário.
Avaliação do sistema	Avaliações periódicas sobre o desempenho do sistema para ponderar se está satisfazendo as necessidades do usuário. Deve-se identificar os erros e corrigi-los. As ações corretivas podem ser: “a atualização da linguagem, ofertas de cursos de capacitação aos indexadores, incremento na educação e em treinamentos ao usuário sobre o uso do sistema e da linguagem de recuperação de assuntos” (RUBI; FUJITA; BOCCATO, 2012, p. 227).

Fonte: A autora (2021), com base em Carneiro (1985), Guimarães (2000), Rubi (2008), Rubi (2012b), Rubi; Fujita; Boccato (2012) e Dal'Evedove (2014).

Sobre as variáveis do processo de indexação que influenciam a recuperação, tomamos como base: Carneiro (1985), NBR 12676 (1992), Lancaster (2004), Fujita (2012), Rubi (2008), Rubi (2012b), Rubi; Fujita; Boccato (2012) e Dal'Evedove (2014).

- *Exaustividade e Especificidade*: Conforme Lancaster (2004, p. 27) “a indexação exaustiva implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo”. O número de termos poderá ser previamente definido pela política de indexação, no entanto, deve-se ter cuidado com limites absolutos, pois isso pode levar à perda da objetividade na indexação e influenciar na recuperação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992). Lancaster (2004) sugere que seja determinada uma faixa de termos, número mínimo e máximo, por exemplo.

Segundo o princípio da especificidade, “[...] um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente” (LANCASTER, 2004, p. 34). A definição do nível de exaustividade e especificidade influenciará na decisão do indexador, por isso, deve ser bem definido na política de indexação. Pode se basear pelo tipo de documento e os assuntos de interesse da biblioteca e a linguagem escolhida deve abarcar tantos termos gerais, como específicos.

[...] a exaustividade e especificidade são opções de julgamento do indexador (sob influência da política de indexação estabelecida pelo sistema de informação), acionadas por processo cognitivo, durante representação de conteúdos documentários com termos de indexação que terão efeito direto na recuperação causando precisão e revocação (FUJITA, 2012, p. 26-27).

São fatores que irão colaborar para que não haja omissões ou inclusões de termos desnecessários. Recomenda-se que haja um equilíbrio entre esses dois fatores, pois ambos estão ligados com a capacidade de revocação e precisão. Lancaster (2004) acredita que quantos mais termos forem empregados em um documento, mais chances terá de ser recuperado, contudo, uma grande exaustividade também pode gerar alta revocação, enquanto uma alta especificidade pode gerar alta precisão.

- *Capacidade de revocação e precisão*: Lancaster (2004, p. 4) define revocação como a “capacidade de recuperar documentos úteis” e precisão como a “capacidade de evitar documentos inúteis”. A determinação a respeito da revocação ou precisão está ligada com a definição da exaustividade ou especificidade. Quanto mais exaustivo, maior a revocação (número de documentos recuperados), quanto mais específico, maior a precisão (número de documentos realmente úteis). O interesse dos usuários deve ser considerado, podendo haver

um meio-termo, com um nível razoável de revocação e um nível aceitável de precisão (CARNEIRO, 1985).

A decisão sobre esses quatro fatores (exaustividade, especificidade, revocação e precisão) tem influência sobre três aspectos: o trabalho do bibliotecário, a rede de bibliotecas como um todo e a recuperação da informação (RUBI, 2012b).

- *Escolha da linguagem*: Deve-se definir a linguagem que será utilizada na indexação, se livre (linguagem natural) ou controlada (linguagem de indexação) ou ambas. E se será pré ou pós-coordenada. Essa decisão influenciará na indexação e na estratégia de busca.

A linguagem natural consiste no uso das palavras do autor ou do usuário. Além dos problemas com o controle de sinônimos, requer mais esforço no momento da busca, pois pode ser preciso utilizar todas as alternativas possíveis para um mesmo conceito. Além disso, pode resultar em alta revocação.

A linguagem de indexação fornece maior controle e pode diminuir a ambiguidade, além de reduzir o esforço na busca e resultar em maior consistência na indexação e mais precisão nos resultados. A linguagem de indexação específica deve configurar na política (tesauro, lista de cabeçalho de assuntos...), mas é importante que seja flexível quanto ao uso de outras opções complementares para facilitar o processo de indexação.

A linguagem pré-coordenada permite a combinação de termos no momento da indexação, o que facilita na hora da busca. Para isso, são utilizados subcabeçalhos que unem os cabeçalhos. A linguagem pós-coordenada usa os termos individualmente e faz a combinação somente na hora da busca, o que não oferece uma boa precisão.

Esses são os elementos definidos por Carneiro (1985), mas vale lembrar que não são os únicos. Rubi (2008) fez uma compilação de todos os elementos identificados na literatura, o qual se encontra no quadro 4. Mas, como a própria autora diz, “os autores não consideram explicitamente esses elementos no bojo da política de indexação” (RUBI, 2008, p. 48). Optamos, portanto, por usar os elementos definidos por Carneiro (1985) em nossa análise documental.

Quadro 4 - Síntese dos elementos a serem considerados na elaboração de uma política de indexação.

ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	FONTES
Avaliação do sistema	Carneiro (1985)
Campos e sub/campos do formato MARC	Moen e Benardino (2003)
Capacidade de consulta a esmo (browsing)	Foskett (1973)
Capacidade de revocação e precisão do sistema	Carneiro (1985)
Cobertura de assuntos	Carneiro (1985); Guimarães (2000)

Consistência/ Uniformidade	Olson e Boll (2001); Vélchez Pardo (2002)
Detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Manuais INIS, AGRIS e BIREME
Economia	Vélchez Pardo (2002)
Escolha da linguagem	Carneiro (1985); Vélchez Pardo (2002)
Especificidade	Cutter (1876); Foskett (1973); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Connell (1996); Olson e Boll (2001); Vélchez Pardo (2002)
Estratégia de busca	Carneiro (1985)
Adequação	Olson e Boll (2001)
Exaustividade	Lancaster (1968; 1993); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Van Slype (1991); Olson e Boll (2001)
Forma de saída dos resultados	Carneiro (1985)
Formação do indexador	Foskett (1973)
Manual de indexação (elaboração/utilização)	Manuais INIS, AGRIS e BIREME; Guimarães (2000)
Seleção e aquisição de documentos-fonte	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Síntese	Vélchez Pardo (2002)
Uso (pelo usuário)	Vélchez Pardo (2002)

Fonte: Rubi (2008, p. 55).

O estudo feito por Rubi (2008) resultou na indicação de diretrizes para elaboração de política de indexação destinada às bibliotecas universitárias. Para a autora (2008), a política de indexação deve ter três fases: preparação, desenvolvimento e avaliação. Dal'Evedove (2014) reuniu os aspectos destas fases em um quadro, o qual resumiremos a seguir.

Quadro 5 - Fases da política de indexação por Rubi (2008).

Objetivo		Desdobramentos
Preparação	Configurar um caráter estratégico à política de indexação, a partir dos seguintes questionamentos: - Para quem a política é direcionada? - Quais os limites de sua aplicação? - A política deveria ser publicada? - Deveria incluir o histórico da política?	- Contexto - Identificação dos usuários - Infraestrutura
Desenvolvimento	Depois de verificadas todas as condições de preparação para o desenvolvimento da política de indexação, esta etapa composta de decisões e diretrizes deverá corresponder aos objetivos e à filosofia da biblioteca, da organização na qual está inserida e dos usuários atendidos. A política de indexação é composta por decisões que devem contemplar três aspectos: <ul style="list-style-type: none"> • Indexação 	- Capacidade de revocação e precisão do sistema - Especificidade - Exaustividade - Formação do indexador - Procedimentos relacionados à indexação - Manual de indexação (elaboração/utilização)

	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem documentária 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolha da linguagem - Consistência/ Uniformidade - Adequação
	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de recuperação da informação 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação - Campos de assunto do formato MARC - Capacidade de consulta a esmo (browsing) - Estratégia de busca - Forma de saída dos dados
Avaliação	Em continuidade, é preciso realizar a avaliação da política de indexação a partir da intervenção da realidade aplicando a proposta de diretrizes para elaboração de uma política de indexação para construção de catálogos, de modo a elaborar um modelo para avaliação dessa política de indexação proposta e já implantada.	- Esse modelo de avaliação de política de indexação será discutido pela equipe da biblioteca para indicação de ajustes e melhorias e também para completar a proposta de diretrizes.

Fonte: Dal'Evedove (2014, p. 107).

No âmbito das bibliotecas nacionais, um estudo da IFLA, realizado pelo Grupo de Trabalho denominado *Working Group on Guidelines for Subject Access by National Bibliographic Agencies* (atualmente se chama *Subject Analysis and Access Section*), da Seção de Classificação e Indexação, foi apresentado em seu 73º *World Library and Information Congress*, em 2007. O estudo apresentou uma análise preliminar das políticas de indexação de bibliotecas nacionais ou agências bibliográficas nacionais dos seguintes países: Alemanha, Canadá, Estados Unidos (Biblioteca do Congresso), França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega e Suíça. Como resultados foram identificados elementos-chave comuns entre estas políticas, listados no quadro 6 abaixo.

Quadro 6 – Elementos de política de indexação das Bibliotecas Nacionais ou Agências Bibliográficas Nacionais.

- Política de indexação: aspecto estratégico	Para quem a política é direcionada? Quais os limites de sua aplicação? A política deveria ser publicada? Deveria incluir o histórico da política?
- Apresentação das ferramentas para indexação	Quais as diferentes linguagens e esquemas de classificação utilizados? Quais as características de cada linguagem? A indexação será pré ou pós-coordenada?
- Aplicação das ferramentas para indexação	Como as ferramentas serão utilizadas na bibliografia nacional e no catálogo da biblioteca nas agências bibliográficas nacionais?

	<p>Existirão níveis diferentes de catalogação?</p> <p>Devem ser levados em conta os projetos de indexação retrospectiva?</p> <p>Quais os tipos de documentos indexados e não indexados?</p> <p>O índice será bilíngue / multilíngue?</p> <p>Qual o uso das ferramentas para indexação na interface de busca?</p> <p>As ferramentas serão disponibilizadas para os usuários durante suas buscas?</p>
--	---

Fonte: A autora (2021), com base em Bourdon e Landry (2007).

O objetivo do grupo era fazer recomendações às bibliotecas nacionais sobre os tipos de documentos que devem ser indexados levando em conta as necessidades dos diferentes usuários, e considera “o desenvolvimento de uma política de indexação/catalogação um passo necessário para oferecer aos usuários uma informação adequada sobre o tipo disponível de acesso por assunto para os documentos listados em bibliografias nacionais” (BOURDON; LANDRY, 2007, p. 2, tradução nossa).

A IFLA publicou em 2011 o “*Guidelines for Subject Access in National Bibliographies*”, preparado pelo mesmo grupo de trabalho. O capítulo 6 do guia é dedicado às políticas de indexação. O documento pondera que a política deve se destinar tanto aos indexadores, como aos usuários:

Os indexadores precisam da política para manter a indexação consistente e os usuários precisam saber que tipo de acesso de assunto esperar para diferentes tipos de recursos. É desejável tentar manter a política mais clara e fácil possível, tanto de compreensão como de aplicação, evitando exceções. Uma política de indexação deve ser realista e sustentável, tanto em termos dos recursos necessários para realizá-la, quanto em termos das regras e sistemas aplicados (IFLA, 2011, p. 40, tradução nossa).

Assim, podem ser consideradas diferentes versões da política, uma para uso interno, com orientações à equipe, e outra para usuários externos, disponibilizada na *web*. O guia observa que no caso de alterações na política, as versões anteriores também devem estar disponíveis e identificadas na *web*, pois a documentação das práticas anteriores facilita o reconhecimento das mudanças realizadas, a compreensão dos usuários sobre os diferentes tratamentos ocorridos e a busca por materiais antigos.

Sobre o conteúdo das políticas de indexação, indica que sejam especificados os detalhes sobre as ferramentas usadas na indexação, o tipo de instrumento (esquema de classificação, lista de cabeçalhos de assuntos, etc.), o formato adotado (forma completa,

simplificada, abreviada, idioma), como são usados (indexação manual ou automática, pré ou pós-coordenada), níveis de exaustividade e especificidade, níveis de acesso por assunto, tratamento especial para diferentes tipos de documentos, quando aplicável. Esta proposta vai ao encontro dos elementos da política de indexação identificados na literatura abordados neste trabalho.

O documento traz as seguintes recomendações para as políticas de indexação de Agências Bibliográficas Nacionais:

Quadro 7 – Recomendações para política de indexação das Agências Bibliográficas Nacionais.

- Mantenha a política de indexação clara e facilmente compreensível para todos os grupos de usuários.
- Publique a política para uso interno e externo. Publique este último na <i>web</i> , no idioma escolhido pela ABN e, possivelmente, em inglês, se o idioma escolhido não for o inglês.
- Indique quais ferramentas de acesso de assunto são usadas.
- Indique quais tipos de recursos são indexados.
- Indique os níveis e especificidade da indexação.
- Tente manter a política de indexação consistente ao longo do tempo para garantir acesso uniforme aos recursos.
- Atualize a política de indexação sempre que qualquer alteração for introduzida e mostre claramente o período que cada política cobre.

Fonte: A autora (2021), com base em IFLA (2011).

O guia orienta ainda que a ABN adote um esquema de classificação utilizado em âmbito internacional, ou que seja usado por outras bibliotecas de seu país, para permitir o intercâmbio de dados, nacional e internacionalmente. Afirma que fornecer acesso aos materiais listados na bibliografia nacional deve ser objetivo de uma ABN. O acesso se dará pela recuperação da informação que depende diretamente da indexação desses documentos, logo é muito importante o papel da política de indexação nesse processo.

A indexação é um processo imbuído de subjetividade, pois é feito por pessoas “[...] que usam seu conhecimento prévio (da linguagem do sistema, da estrutura textual, do assunto e até de mundo)” (RUBI, 2008, 43), deste modo, a política pode dar mais segurança para o indexador na tomada de decisões. Ter todos esses critérios definidos em uma política ajuda a aprimorar a qualidade na indexação e melhorar os resultados das buscas. Para isso, a política precisa estar documentada. Segundo Guimarães (2000, p. 55, tradução nossa) “uma política só poderá ter continuidade e aperfeiçoamento no decorrer dos anos se devidamente registrada em documentos, de modo a que se possa ter clareza (independentemente dos elementos humanos) do conjunto de decisões tomadas, suas razões e seu contexto”.

Rubi (2012a, p. 107) ressalta a importância da política de indexação na biblioteca, pois “[...] torna-se uma importante aliada para que o bibliotecário realize seu trabalho de maneira mais racional e objetiva, servindo como elemento norteador para a realização de sua tarefa, orientando-o na tomada de decisões sobre a determinação dos assuntos”.

Com a política definida, a biblioteca possui um instrumento de gerenciamento que poderá orientar as decisões da indexação e proporcionar mais consistência a esta atividade. Com isso, além dos benefícios já mencionados, um de cunho vindouro é a economia de tempo do usuário, já que isso se repetirá cada vez que este usar o sistema de recuperação de informações (NUNES, 2004). A política também poderá orientar novos profissionais, evitando que sejam tomadas decisões díspares em casos de mudanças institucionais. Novamente, o usuário sairá ganhando.

O acesso à informação é direito de todos, e as bibliotecas devem cooperar para isso. Logo, “as bibliotecas nacionais, tendo em vista seu caráter público, também devem ser um centro de informações acessível aos seus interagentes, oferecendo seus serviços de forma igualitária e atualizada, cumprindo seu papel social” (MEDEIROS; LUCAS, 2016, p. 204).

A política de indexação, também é um fator que colabora para que a biblioteca cumpra seu papel social de promover o acesso à informação para todos. No caso das bibliotecas nacionais, Medeiros e Lucas (2016, p. 206) lembram ainda que “[...] devem servir de exemplo de práticas e disseminação do conhecimento para as demais bibliotecas”. Logo, uma política de indexação para essas bibliotecas também é um desafio devido à sua responsabilidade como órgão modelo para outras bibliotecas. Além, disso, a democratização de seus serviços deve ser levada em conta a fim de abarcar e representar a identidade de todos os cidadãos.

No que tange à indexação, seu objetivo é permitir a recuperação dos documentos por todos. Nas bibliotecas nacionais, esta atividade visa dar luz ao patrimônio bibliográfico nacional de modo a representar toda a nação. Assim, a missão da biblioteca nacional de guardiã da memória delega aos seus bibliotecários o compromisso de preservar seu patrimônio, o que deve ser feito com muita prudência e cautela, visto que está em suas mãos o poder de decisão nos procedimentos de indexação. Portanto, a política de indexação é um instrumento essencial para sua atividade, especialmente nas bibliotecas nacionais.

Assim, pretendemos conhecer o cenário das políticas de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA, onde os resultados dessa investigação se encontram nas seções seguintes.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida em bases de cooperação científica entre a Prof^ª. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília e o Prof. Dr. Isidoro Gil Leiva da Universidade de Múrcia (UM) na Espanha e o Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda do Departamento de Biblioteconomia da UNIRIO.

Para contextualização e melhor compreensão de nossa metodologia, relataremos aspectos importantes da pesquisa dos professores Mariângela Spotti Lopes Fujita e Isidoro Gil Leiva, a qual temos como referência para nosso trabalho.

A pesquisa de Fujita e Gil Leiva foi publicada em 2012 e tinha como finalidade fornecer um panorama da política de indexação de bibliotecas nacionais, arquivos nacionais e principais sistemas de informação em países da América Latina, além da Espanha. Com investigação teórica e estudo diagnóstico, os autores (2012) buscaram compreender o funcionamento e procedimentos adotados na indexação sob a perspectiva dos gerentes e indexadores das unidades. A coleta de dados foi realizada em pesquisa de campo com visitas presenciais na maior parte das instituições envolvidas e aplicação de entrevista com roteiro de perguntas. Aos locais onde não houve visita presencial, foi enviado questionário por *e-mail*.

As visitas presenciais foram nas seguintes instituições:

Argentina: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional;

Uruguai: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional;

Paraguai: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Centro de Documentación y Estudios;

Chile: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional;

Peru: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Centro Internacional de la Papa

Equador: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e CONAMU;

Colômbia: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Biblioteca Universidad de Manizales;

Panamá: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Biblioteca Autoridad del Canal de Panamá;

Costa Rica: Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e BINASSS;

Espanha: Biblioteca Nacional e Archivo General de La Administración (AGA).

No Brasil, o questionário foi enviado por *e-mail* à Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, porém, este último não respondeu.

Os dados coletados no questionário por Fujita e Gil Leiva (2012) foram analisados e discutidos. Apresentamos aqui a síntese das respostas obtidas apenas das bibliotecas nacionais, que é o foco de nosso estudo:

Quadro 8 – Resumo bibliotecas nacionais.

	Brasil	Espanha	Argentina	Uruguai	Paraguai	Chile	Peru	Equador	Colômbia	Panamá	Costa Rica
<i>1. Manual de procedimento para a indexação?</i>	Sim	Sim. Manual de uso de como fazer a indexação e como construir as autoridades	Não	Não	Não	Sim, não está publicado	Não	Não	Não	Sim, não está publicado	Não
<i>2. Algum sistema automático para a indexação?</i>	Sim	Sim, rede interna "intranet"	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
<i>3. Seleção automática de assuntos ou descritores com listas de autoridades?</i>	Sim, Descrever: Lista de autoridades tanto de assuntos como de nomes.	Sim, tesouro próprio elaborado por BNE, lista de cabeçalhos de assunto de RAMEAU, Lista de cabeçalhos de assunto da BNE de 1958 até o momento, a partir de 1987 com automação, tesouros em espanhol.	Não	Sim. Lista de autoridades	Sim. Lista de autoridades	Sim. Lista de autoridades de assuntos, geográficos e onomásticos	Sim. Lista de autoridades	Sim. Lista de autoridades	Sim. Lista de autoridades de assuntos, onomásticos e lugares.	Sim. Lista de autoridades de assuntos, onomásticos e séries	Sim. Lista de autoridades de assuntos, onomásticos e séries
<i>4. Termos ou assuntos não controlados, em linguagem natural?</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Não, em geral, mas sim para as fotografias	Não	Não	Não	Sim, para os assuntos panamenhos	Não

5. <i>Linguagens de indexação usadas?</i>	Base de dados "Terminologia de Assuntos" elaborada pelos servidores da própria Biblioteca Nacional.	Sim. Norma internacional ISO 5693; UNE 50103	Nenhum	LEM Carmen Rovira, 1967 - LEM del CSIC - LEM BU Sevilla - LEMB Luis Ángel Arango - LCSH	- LEM Carmen Rovira, 1967 - LEM Beas públicas España - Tesouro de la UNESCO	- LCSH traduzida - LEM própria	- LCSH desde 1994 - LEMB Luis Ángel Arango - LEM CSIC - Lista autoridades catálogos on line (Brasil, Espanha, França, etc.)	- Archivo de autoridades de materia en Formato MARC. Armarc para bibliotecas pequeñas. Colombia, 2007. - LEMB Luis Ángel Arango, 1985.	- LEMB Luis Ángel Arango - Tesouro de música	- LEMB Luis Ángel Arango	- LEMB Luis Ángel Arango
6. <i>Participa ou participou em projetos de interoperabilidade de linguagens?</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Em 1988 se cria um catálogo coletivo entre Univ. e Biblioteca Congreso chileno.	Não	Não	Não	Não	Não
7. <i>Avaliação periódica da indexação atribuída?</i>	Não	Não	Não	Não	Não	Sim, por meio do catálogo de autoridades, mas não do docto a docto.	Não	Não	Não	Sim, a chefia de processos técnicos verifica os assuntos atribuídos.	Não
8. <i>A instituição dispõe de uma política de indexação?</i>	Sim, não está publicada	Sim, não está publicada	Não	Não	Não	Sim, não está publicada	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Fujita; Gil Leiva (2012, p. 133).

Conforme o quadro 8 acima, apenas três instituições responderam afirmativamente com relação à existência de uma política de indexação, entre eles, o Brasil. Porém, todos informam que não está publicada. Fujita e Gil Leiva (2012) consideram que o fato da política de indexação não ser esclarecida em manuais de indexação a tornam inexistentes nestas instituições.

O estudo de Fujita e Gil Leiva (2012) constatou que a maioria das instituições pesquisadas não possuía uma política de indexação. Os autores (2012) concluíram que isso se deve a três fatores:

1. Muitas não realizam atividade de indexação (Em geral os Arquivos Nacionais);
2. Por não se darem conta da importância desse instrumento na qualidade dos Sistemas de Recuperação da Informação;
3. Por falta de pessoal.

Em nosso trabalho, optamos por fazer contato com todas as bibliotecas já estudadas por Fujita e Gil Leiva (2012), uma vez que, após esse período passado, a situação pode ter sido modificada. Verificamos a possibilidade de nos enviarem suas políticas de indexação ou algum documento que possam para guiar o processo de indexação. Assim, analisamos os documentos recebidos, com base nos elementos da política de indexação apontados por Carneiro (1985).

Aos outros países ibero-americanos que fazem parte da ABINIA e não foram estudados pelos referidos professores, foram enviados o questionário por *e-mail* para conhecer o processo de indexação dessas bibliotecas nacionais. Ademais, foram solicitados também que nos enviassem seus documentos como políticas, manuais, etc, caso possuíssem. No entanto, não recebemos os documentos destas bibliotecas.

Já com relação ao Brasil, embora tenha respondido afirmativamente com relação a ter uma política de indexação, optamos por desenvolver uma pesquisa mais aprofundada na Fundação Biblioteca Nacional. Em nossa vivência nesta instituição, não reconhecemos a política de indexação mencionada nos dados coletados por Fujita e Gil Leiva (2012). Por isso, relatamos seu histórico, bem como pesquisa nos Anais (publicação de peso desta instituição onde constam relatórios administrativos, artigos de servidores e pesquisadores, etc.) para saber se houve alguma menção a este documento ou ao menos intenção de fazê-lo.

Todos estes aspectos serão abordados com mais detalhes posteriormente.

Partindo da pesquisa de Fujita e Gil Leiva (2012), daremos seguimento com a pesquisa de campo nas bibliotecas nacionais da ABINIA. Esse será nosso universo de estudo, assim

dizendo, os “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 60).

Ao todo são vinte e dois países que compõem a ABINIA, sendo que onze deles já foram incluídos na pesquisa de Fujita e Gil Leiva (2012): Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. Assim, a pesquisa em questão pretende abranger os onze países restantes, são eles: Andorra, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Portugal, República Dominicana e Venezuela, além de caracterizar os aspectos necessários ao estabelecimento da política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil.

“Existem várias formas de classificar as pesquisas, a depender da natureza, da abordagem (assunto), do propósito (objetivo) e dos procedimentos efetivados para alcançar os dados (meio)” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26). Assim, do ponto de vista dos objetivos, nossa pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva.

A pesquisa terá sua fase exploratória que “objetiva a maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 28). O tema políticas de indexação foi pouco abordado no âmbito das bibliotecas nacionais e temos a intenção de demonstrar a importância desse instrumento para o processo de indexação, especialmente baseado na literatura.

A pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28). Seguindo a linha de estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), que aplicaram questionário em onze das vinte e duas bibliotecas da ABINIA, utilizaremos este método nas outras onze não contempladas. Com isso, pretendemos delinear um panorama das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA.

Do ponto de vista da abordagem do problema podemos considerar a pesquisa como qualitativa, na qual “o processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26). As políticas de indexação são o foco dessa pesquisa, logo pretendemos identificar e analisar esses instrumentos das bibliotecas da ABINIA, bem como traçar um comparativo entre elas. Assim, entenderemos melhor os procedimentos adotados no processo de indexação por essas bibliotecas.

Já de acordo com sua natureza, esta pesquisa pode ser considerada aplicada que, segundo Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 26), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática”. Pois, o levantamento de literatura e resultados obtidos na parte empírica e documental, nos permitiu conhecer melhor as políticas de indexação das bibliotecas nacionais

da ABINIA, assim como ter subsídios para propor diretrizes para a política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil.

Assim, com base em pesquisa bibliográfica, empírica e documental, foram utilizados alguns procedimentos para atingir os objetivos.

A seguir, o detalhamento de cada fase.

3.1 Pesquisa bibliográfica

Para fundamentação acerca do tema, utilizamos a pesquisa bibliográfica, “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50). Foi feito um levantamento nas seguintes bases de dados especializadas: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e *Library and Information Science Abstracts* (LISA). Foram adotadas estratégias de busca, conforme as particularidades de cada base. Optamos por não definir um limite cronológico devido às características das bibliotecas nacionais e também possível escassez sobre o assunto.

Por se tratarem de bibliotecas nacionais ibero-americanas, optamos por realizar a busca em português, inglês e espanhol com os termos: indexação em bibliotecas nacionais, política de indexação em bibliotecas nacionais, bibliotecas nacionais ibero-americanas, política de indexação, biblioteca nacional, memória nacional, patrimônio bibliográfico, ABINIA, *indexing in national libraries*, *indexing policy in national libraries*, *national ibero-american libraries*, *indexing policy*, *national library*, *national memory*, *bibliographic heritage*, *indexación en bibliotecas nacionales*, *política de indexación en bibliotecas nacionales*, *bibliotecas nacionales iberoamericanas*, *política de indización*, *bibliotecas nacionales*. Dividimos estes termos por idiomas em oito blocos e apresentamos os resultados em quadros (9, 10 e 11) mais adiante.

A BRAPCI é uma base de dados referenciais que disponibiliza artigos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) desde 1972 até o momento atual (BRAPCI, [201-]).

A busca na BRAPCI trouxe os resultados ilustrados no quadro 9.

Quadro 9 - Resultados das buscas na BRAPCI.

BRAPCI		
Termos	Resultados	Observações
Indexação em bibliotecas nacionais, Indexing in national libraries, Indexación en bibliotecas nacionales	11	Busca simples
Política de indexação em bibliotecas nacionais, Indexing policy in national libraries, Política de indexación en bibliotecas nacionales	0	Busca simples
Bibliotecas nacionais ibero-americanas, National ibero-american libraries, Bibliotecas nacionales iberoamericanas	19	Busca simples
ABINIA	5	Busca simples
Política de indexação, Indexing policy, Política de indización	24	Índice de palavras-chave da própria base
Biblioteca nacional, National library, national libraries, Bibliotecas nacionales	33	Índice de palavras-chave da própria base
Memória nacional, National memory	1	Índice de palavras-chave da própria base
Patrimônio bibliográfico, Bibliographic heritage	10	Índice de palavras-chave da própria base
TOTAL	103	

Fonte: A autora (2021).

A pesquisa nos quatro primeiros blocos de termos (conforme quadro 9) foi feita em busca simples. Escolhemos essa opção para chegar a um melhor resultado, pois são bem específicos. Já para a pesquisa nos quatro últimos blocos, por serem mais abrangentes, optamos por usar o índice de palavras-chave da BRAPCI, o qual não abarcava os termos dos primeiros blocos. Neste caso, utilizamos os termos exatos oferecidos pela base. Não encontramos o termo “bibliotecas nacionais” no índice, por isso pesquisamos somente no singular.

Na contagem, tentamos excluir os itens duplicados. Alguns resultados estavam longe do objetivo de nossa pesquisa. Do total, consideramos que vinte e dois podem ser relevantes para a pesquisa, pois abarcam a temática aqui discutida.

A BDTD integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. Foi concebida e é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no âmbito do Programa da Biblioteca Digital Brasileira (BDB), com apoio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), tendo o seu lançamento oficial no final do ano de 2002 (IBICT, [20-?]).

A busca na BDTD trouxe os seguintes resultados (Quadro 10):

Quadro 10 - Resultados das buscas na BDTD.

BDTD		
Termos	Resultados	Observações
Indexação em bibliotecas nacionais, Indexing in national libraries, Indexación en bibliotecas nacionales	16	Busca simples
Política de indexação em bibliotecas nacionais, Indexing policy in national libraries, Política de indexación en bibliotecas nacionales	6	Busca simples
Bibliotecas nacionais ibero-americanas, National ibero-american libraries, Bibliotecas nacionales iberoamericanas	114	Busca simples
ABINIA	11	Busca simples
Política de indexação, Indexing policy, Política de indización	25	Busca simples (entre aspas)
Biblioteca nacional, bibliotecas nacionais, National library, national libraries, Bibliotecas nacionales	23	Busca avançada (Título ou assunto)
Memória nacional, National memory	58	Busca simples (entre aspas)
Patrimônio bibliográfico, Bibliographic heritage	8	Busca simples (entre aspas)
TOTAL	261	

Fonte: A autora (2021).

Nesta base também utilizamos a busca simples para os quatro primeiros blocos de termos, pelo mesmo motivo explicado na base anterior. Já para os quatro últimos utilizamos a busca simples entre aspas e a busca avançada nos campos título e assunto, conforme informações do quadro 10, de forma a obter melhores resultados.

Na contagem, tentamos excluir os itens duplicados. Do total, consideramos que nove podem ser relevantes para a pesquisa, pois abarcam o tema em questão.

A LISA faz parte do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Criada em 1969, tem uma perspectiva internacional e indexa mais de quatrocentos periódicos de cerca de quarenta e cinco países e vinte idiomas, fornecendo uma cobertura bibliográfica abrangente da literatura acadêmica relacionada à biblioteconomia (BRASIL, [20-?]). No quadro 11 temos a busca na LISA.

Quadro 11 - Resultados das buscas na LISA.

LISA		
Termos	Resultados	Observações
Indexação em bibliotecas nacionais, Indexing in national libraries, Indexación en bibliotecas nacionales	22	Busca avançada (Título ou assunto)
Política de indexação em bibliotecas nacionais, Indexing policy in national libraries, Política de indexación en bibliotecas nacionales	4	Busca avançada (Título ou assunto)
Bibliotecas nacionais ibero-americanas, National ibero-american libraries, Bibliotecas nacionales iberoamericanas	18	Busca avançada (Título ou assunto)
ABINIA	12	Busca avançada (Título ou assunto)
Política de indexação, Indexing policy, Política de indización	27	Busca avançada (Título ou assunto)
Biblioteca nacional, National library, Bibliotecas nacionales	191	Busca avançada (Título)
Memória nacional, National memory	21	Busca avançada (Título ou assunto)
Patrimônio bibliográfico, Bibliographic heritage	23	Busca avançada (Título ou assunto)
TOTAL	318	

Fonte: A autora (2021).

Nesta base utilizamos a busca avançada para todos os termos, pois não conseguimos bons resultados com a busca simples, uma vez que pesquisava cada palavra separadamente. A pesquisa pelo termo “biblioteca nacional” e variações precisou ser mais refinada nessa base, por se tratar de um termo bem amplo, por isso não utilizamos o plural já que os resultados traziam muitos documentos não relevantes.

Foram recuperados artigos completos e resumos. Na contagem, tentamos excluir os itens duplicados. Do total, consideramos que doze podem ser relevantes por conter a temática da nossa pesquisa.

Os resultados das buscas nas bases totalizaram quarenta e três itens úteis para nosso trabalho, entre artigos, teses e dissertações. A leitura e análise dos materiais recuperados serviram de base para a construção do referencial teórico da pesquisa.

Vale salientar que, infelizmente, não foram encontrados estudos sobre política de indexação em bibliotecas nacionais. Os textos recuperados focam ou no processo de indexação ou na política, em sua maioria de forma geral ou, alguns estudos em bibliotecas especializadas.

3.2 Pesquisa empírica

Para a parte empírica, o instrumento escolhido para a coleta de dados foi o questionário, pois é de baixo custo e de fácil aplicação em longas distâncias, como é o caso. Este pode ser definido como uma

[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Optamos por usar as mesmas perguntas da pesquisa de Fujita e Gil Leiva (2012), porém com algumas modificações para atender aos nossos objetivos. Com perguntas abertas e fechadas, o questionário foi enviado por *e-mail* aos responsáveis pela indexação nas bibliotecas abarcadas por esse estudo, no formato de formulário do *Google Forms*. O mesmo se encontra no Apêndice A.

Seguindo os padrões de ética, fizemos o cadastro na ‘Plataforma Brasil’, base nacional do Ministério da Saúde para registro de pesquisa envolvendo seres humanos. Por meio desta plataforma o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIRIO e aprovado com numeração CAAE 47914021.0.0000.5285, conforme Anexo B. Este procedimento é importante para garantir a segurança e proteção dos participantes da pesquisa. Porém, para este cumprimento, foi necessário que as instituições participantes do questionário assinassem um documento autorizando sua participação na pesquisa.

Foi feito então um levantamento com os contatos de todas as bibliotecas nacionais da ABINIA entre os meses de setembro/2020 e outubro/2020. Vale lembrar que aqui foram incluídas todas as vinte e uma bibliotecas, exceto o Brasil, que será abordado posteriormente com estudo mais aprofundado.

No primeiro momento enviamos *e-mail* para os contatos encontrados nas páginas *Web* dessas instituições, seja um “fale conosco”, contato via formulários ou quando possível de um setor específico e até mesmo por meio das redes sociais: *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Nossa intenção era conseguir um contato do setor ou pessoa responsável pela indexação. Não recebemos retorno da Biblioteca Nacional de Honduras para esta etapa.

Dando seguimento a esta fase, foram enviadas as cartas de anuência (modelo em Anexo A) pedindo autorização para participação na pesquisa com aplicação de questionário das dez bibliotecas nacionais que conseguimos resposta entre as onze solicitadas. Recebemos

resposta com a carta de anuência assinada de oito bibliotecas dos seguintes países: Andorra, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela. Portugal respondeu que suspendeu a atividade de indexação das suas coleções desde 2010, portanto não participará do estudo. E a República Dominicana não nos enviou a carta.

Devido ao contexto mundial da pandemia provocada pelo novo Coronavírus, tivemos dificuldade em conseguir estas respostas, pois muitas bibliotecas encontravam-se fechadas. Para obtê-las realizamos quatro tentativas: a primeira em outubro/2020, a segunda em dezembro/2020, a terceira em janeiro/2021 e a quarta e última em março/2021. O questionário foi enviado em seguida e recebemos respostas das oito bibliotecas que nos enviaram suas cartas.

As perguntas do questionário estão divididas em blocos. Primeiro pretende-se identificar a instituição respondente com os ‘dados gerais’. Em seguida, os ‘procedimentos de indexação’ utilizados por essa biblioteca (se realizam indexação própria, se utilizam manual, normas, tempo destinado à função, etc.). Logo após, visamos conhecer as ‘linguagens’ de indexação usadas. A seguir, nos informamos se a instituição realiza algum tipo de ‘avaliação’ da indexação. Então, temos uma pergunta direta pra saber se possuem uma ‘política de indexação’ e solicitamos seu envio. Enfim, questionamos sobre a ‘formação’ dos indexadores e a periodicidade que é realizada. E finalizamos com uma pergunta aberta para ‘observações’ que o respondente queira acrescentar.

Com a análise dos dados obtidos no questionário, almejamos conhecer os processos de indexação dessas bibliotecas e sistematizar como os mesmos estão sendo tratados à luz das políticas de indexação. Pretende-se identificar ainda se essas instituições possuem políticas ou documentos que viabilizem algum padrão de controle da indexação dos materiais e a possibilidade de acesso aos mesmos.

3.3 Pesquisa documental

Às outras dez bibliotecas (exceto o Brasil) já pesquisadas por Fujita e Gil Leiva (2012), solicitamos por *e-mail* se poderiam nos enviar as políticas ou documentos que norteiam a indexação. Além do contato via *e-mail*, pesquisamos também nos *sites* oficiais destas instituições com objetivo de identificar algum documento formalizado e disponível ao público.

Como informado, em estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), entre as bibliotecas nacionais, somente três responderam afirmativamente a respeito de possuírem este documento

(ver Quadro 8). No entanto, decidimos entrar em contato com todas as dez, pois o cenário pode ter sido alterado após esse período. Recebemos resposta de sete bibliotecas. O resultado desse contato encontra-se na seção ‘Resultados e discussões’.

A fase de identificação destes documentos, seja por aplicação de questionário ou contato via *e-mail* ou pesquisa nos *sites*, se caracteriza como pesquisa documental: “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

Assim, elaboramos um quadro (Quadro 15, na seção 4.3) com todos os países da ABINIA que conseguimos contato, os já pesquisados por Fujita e Gil Leiva (2012) e os que foram incluídos nessa pesquisa, para saber quais possuem políticas de indexação, formalizadas ou não. Com isso, foi possível desenhar o cenário das políticas de indexação em vinte bibliotecas nacionais ibero-americanas.

A partir deste panorama e tendo acesso aos documentos enviados pelas bibliotecas nacionais, fizemos a análise dos mesmos e conseguimos traçar um comparativo entre todos os países que nos disponibilizaram suas políticas. Para analisar estes documentos utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 42) é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo se organiza em três fases. A primeira é a pré-análise, que se caracteriza com a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores que irão embasar a interpretação final. Decidimos por analisar todos os oito documentos recebidos. Os indicadores dessa análise baseiam-se na literatura, especialmente o artigo de Carneiro (1985), de acordo com os elementos necessários para uma política de indexação, que são: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, processo de indexação, estratégia de busca, forma de saída, avaliação do sistema², os quais serão nossos indicadores.

A segunda fase é a exploração do material, que se deu com a análise dos documentos recebidos pelas bibliotecas, onde identificamos os indicadores definidos na fase anterior, a fim de categorizá-los. E a terceira fase é o tratamento dos resultados, a inferência e a

² O elemento ‘tempo de resposta do sistema’ foi retirado desse comparativo, pois, segundo Fujita (2012), Carneiro (1985) se referia a sistemas manuais, que não condizem com nossa realidade atual.

interpretação, onde foi possível observar os resultados obtidos que podem ser demonstrados em formato de gráficos, estatísticas, quadros ou diagramas, que facilitem a visualização e validação dos dados.

3.4 Biblioteca Nacional do Brasil

Com relação ao Brasil, apesar de já ter sido incluído na pesquisa dos professores Fujita e Gil Leiva (2012), neste trabalho adentramos no seu histórico e o que se tem documentado sobre política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil. A princípio, foi consultado o estudo de Bettencourt (2014) sobre a representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil. A partir deste, foi realizada pesquisa nos Anais desta instituição, a fim de conhecer os instrumentos utilizados ao longo dos anos para auxílio à indexação por seus bibliotecários. Com isso, foi possível descobrir se existe ou existiu algum documento que configure uma política de indexação. Ou, se já houve alguma intenção de documentar as diretrizes para essa atividade.

Foram pesquisados todos os Anais da FBN Brasil desde o ano de 1876 até 2018, sua última publicação até o momento, totalizando cento e trinta e oito volumes. Criado pelo então diretor Benjamim Franklin de Ramiz Galvão, esta é a principal publicação desta instituição com objetivo de divulgar seu acervo e atividades técnicas (BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Brasil), 2014). Esses documentos estão digitalizados e disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

A busca foi feita com recurso de pesquisa no documento em PDF com os seguintes termos: classificação (nome do setor responsável pela indexação nesta instituição), indexação, política, manual e catalogação.

Com os resultados obtidos e baseados nas leituras, foi possível reunir embasamentos para corroborar a relevância da institucionalização de políticas em bibliotecas nacionais e, contribuir para a Biblioteca Nacional do Brasil, com uma proposta de diretrizes para a oficialização de sua política de indexação, que se concretiza em um guia para sua elaboração em documento apêndice deste trabalho.

Enfim, para resumir os procedimentos descritos, segue abaixo o Quadro 12 sistematizado, incluso o relacionamento dos objetivos da pesquisa com as etapas a serem seguidas para alcançá-los. E ainda a indicação das seções onde se darão os resultados, bem como a fundamentação teórica.

Quadro 12 - Resumo da Pesquisa.

Questões de pesquisa:	Qual a importância da política de indexação no processo de indexação em bibliotecas nacionais? Existem políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos? Quais as semelhanças/diferenças entre as políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos?		
Objetivo geral	Verificar a existência de políticas de indexação em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos integrantes da ABINIA, suas características e relevância no processo de indexação dessas bibliotecas.		
Objetivos específicos	Etapas	Resultados	Fundamentação Teórica
1. Identificar as políticas de indexação formalizadas utilizadas em bibliotecas nacionais da ABINIA	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Aplicação de questionário – 8 BN - Contato <i>e-mail</i> com outras 10 BN - Pesquisa em <i>sites</i> das BN - Pesquisa Anais BN Brasil	Seção “4.3 Panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA”	Fujita; Gil Leiva (2012), Anais BN Brasil
2. Examinar os procedimentos adotados no processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA	- Pesquisa bibliográfica - Aplicação de questionário - 8 BN - Análise dos dados coletados no questionário	Seção “4.2 Processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA”	UNISIST (1981), NBR 12676 (1992), Fujita (2003); Rubi; Fujita (2003) Lancaster (2004), Guimarães (2009), Fujita; Gil Leiva (2012), Dal’Evedove e Fujita (2012), Dias e Naves (2013)
3. Delinear o panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA	- Aplicação de questionário – 8 BN - Contato <i>e-mail</i> com outras 10 BN - Pesquisa em <i>sites</i> das BN - Pesquisa Anais BN Brasil	Seção “4.3 Panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA”	Fujita; Gil Leiva (2012), Anais BN Brasil
4. Comparar o cenário das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Análise das políticas	Seção “4.4 Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA”	Carneiro (1985), NBR 12676 (1992), Guimarães (2000), Rubi; Fujita (2003), Lancaster (2004), Rubi (2008), IFLA (2011), Rubi (2012b), Rubi; Fujita; Boccato (2012), Dal’Evedove (2014)
5. Propor diretrizes para construção de política de indexação	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental - Análise das políticas	Seções “5 BIBLIOTECA NACIONAL DO	Carneiro (1985), NBR 12676 (1992), Guimarães (2000),

para Biblioteca Nacional do Brasil	- Pesquisa Anais BN Brasil	BRASIL” e “APÊNDICE B - GUIA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL)”	Rubi; Fujita (2003), Bourdon e Landry (2007), Rubi (2008), IFLA (2011), Fujita (2012), Rubi (2012b), Rubi; Fujita; Boccato (2012), Bettencourt (2014), Dal’Evedove (2014)
------------------------------------	----------------------------	---	---

Fonte: A autora (2021).

Apresentaremos a seguir os resultados da pesquisa. A interpretação dos dados coletados por meio do questionário, a análise de conteúdo das políticas recebidas e o aprofundamento na Biblioteca Nacional do Brasil compõem as seções seguintes.

É composta por vinte e duas bibliotecas nacionais dos seguintes países: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (conforme figura 4 acima).

A Ata Constitutiva da ABINIA de 1999 promulgada pelo Decreto nº 6.109, de 4 de maio de 2007, prevê os seguintes objetivos:

- a) Recompilar e manter informação atualizada e retrospectiva sobre as Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas;
- b) Realizar as gestões que fossem necessárias para criar consciência sobre a significação e importância do patrimônio bibliográfico e documental dos países membros;
- c) Adotar políticas, estratégias, normas e programas de capacitação para a preservação das coleções das Bibliotecas Nacionais;
- d) Adotar normas técnicas compatíveis, que garantam o controle bibliográfico, facilitem o intercâmbio de materiais e informação e automatização dos sistemas de informação;
- e) Elaborar fontes de referências nacionais e regionais que fomentem a investigação, o estudo e o intercâmbio de informação;
- f) Vincular as Bibliotecas Nacionais às demais bibliotecas, bem como com as redes e sistemas de informação existentes;
- g) Divulgar as coleções por meio de catálogos, edições e exposições;
- h) Apoiar programas de formação acadêmica e de capacitação em serviços orientados à atualização e aperfeiçoamento dos recursos humanos das bibliotecas nacionais, assim como de formação de usuários;
- i) Intercambiar experiências e realizar pesquisas conjuntas sobre problemas inerentes às bibliotecas nacionais;
- j) Proporcionar assistência técnica aos membros que a solicitem;
- k) Gerir a obtenção de recursos financeiros, materiais e humanos que contribuam para a consolidação e para a modernização das coleções e serviços das bibliotecas nacionais e que permitam a realização de programas cooperativos;
- l) Realizar qualquer outra atividade que as Partes decidam, de comum acordo, levar a cabo em cumprimento aos fins da presente Ata (BRASIL, 2007).

Anualmente, é realizada a Assembleia Geral da ABINIA onde reúnem os representantes das bibliotecas nacionais para discutir projetos e ações conjuntas entre os países membros. A ABINIA mantém ainda a Biblioteca Digital do Patrimônio Ibero-americano (BDPI), com acesso às referências de obras em formato digital do patrimônio cultural da Ibero-América. O objetivo é criar um portal único de consulta e difundir esse patrimônio. Tem a participação de dezessete, dos vinte e dois países. O projeto ajuda a impulsionar as digitalizações das coleções, bem como a automação e normalização de seus catálogos com padrões internacionais que facilitem a interoperabilidade. Essas ações

colaboram para a cooperação internacional ibero-americana (BIBLIOTECA DIGITAL DEL PATRIMONIO IBEROAMERICANO, [20-?]).

Na atualidade, a maioria das bibliotecas nacionais disponibiliza seus catálogos *on-line*, que são a porta de entrada principal para seu acervo. Em vista disso, é importante atentar para as regras que vão guiar o processo de indexação. Por isso, investigamos o cenário das políticas de indexação nessas bibliotecas, que serão apresentados adiante.

4.2 Processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA

Para atingir o segundo objetivo deste trabalho - examinar os procedimentos adotados no processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA -, aplicamos o questionário nas bibliotecas da ABINIA não inseridas no estudo de Fujita e Gil Leiva (2012). Entre as onze bibliotecas, oito responderam ao questionário: Andorra, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela. Abordaremos aqui as respostas obtidas.

As perguntas do questionário foram divididas em sete blocos: Dados gerais, Procedimentos de indexação, Linguagens controladas, Avaliação da indexação, Política de indexação, Formação de profissionais e Observações. Os blocos estão destacados em negrito e as perguntas sinalizadas em *itálico*.

O primeiro bloco de perguntas do questionário correspondia à identificação dos dados gerais das instituições: nome da biblioteca, nome e cargo do respondente, data de fundação, tipo de documento que são indexados e se há projetos em andamento relacionado à atividade de indexação. A fim de preservar a identidade dos respondentes, seus nomes não serão divulgados, apenas o nome da instituição participante.

1º Dados gerais

O questionário foi respondido em sua maioria por responsáveis pelo processamento técnico das bibliotecas.

- Data de fundação da biblioteca:

A fundação das bibliotecas data em sua maioria do século dezenove, sendo somente duas do século vinte (Andorra e Cuba), conforme abaixo:

Andorra: 21 de dezembro de 1974.

Bolívia: 23 de julho de 1825.

Cuba: 1901.

El Salvador: 05 de julho de 1870.

Guatemala: 18 de Outubro de 1879.

México: 1867.

Nicarágua: Junho de 1871.

Venezuela: 1833.

- *Tipo de documentos que são indexados:*

O material bibliográfico aparece em todas as oito respostas, sendo alguns acrescidos de publicações periódicas.

Andorra: Material bibliográfico em qualquer meio (impresso e digital, material menor, documentos cartográficos, audiovisuais, etc...), recebido especialmente na origem do Depósito Legal e do ISBN, assim como obras publicadas a nível internacional que abordem questões relacionadas com o país e zonas limítrofes, geograficamente falando, de forma a configurar a bibliografia nacional.

Bolívia: Material bibliográfico e não bibliográfico.

Cuba: Material bibliográfico e não bibliográfico.

El Salvador: Material bibliográfico em diferentes suportes.

Guatemala: Livros e publicações periódicas.

México: Material bibliográfico (toda publicação do país que possui ISBN).

Nicarágua: Bibliográfica e Hemerográfica.

Venezuela: Todos os recursos de informação, independentemente de seu suporte.

- *Há projetos em andamento relacionados à atividade de indexação ou catalogação em geral?*

Todas responderam afirmativamente, sendo a maioria relacionada à digitalização ou implementação de *software*.

Andorra: Atualmente está sendo digitalizado em campanhas anuais e com contratação externa, funcionando em um repositório digital, com o objetivo de criar, em curto prazo, uma plataforma de biblioteca digital, vinculada à nossa instituição. Com o objetivo de tornar parte do acervo acessível *on-line*. Algumas semanas por ano também são reservadas para a revisão de autoridades de catalogação e registros que podem ter se tornado obsoletos em termos de padrões de catalogação e indexação.

Bolívia: Implementação do sistema Koha.

Cuba: Atualização do Sistema Integral de Gestão Bibliotecária (Koha).

El Salvador: Projeto de digitalização.

Guatemala: Sim. Existe o *Software* Glifos.

México: Sim.

Nicarágua: Implementação de digitalização.

Venezuela: Sim.

A seguir, no segundo bloco, adentramos com as perguntas sobre os procedimentos de indexação adotados nas instituições respondentes, que corresponde ao segundo bloco de perguntas.

2º Procedimentos de indexação:

- *Utilizam algum formato de catalogação? Qual(is)?*

Somente uma biblioteca, a Guatemala, respondeu não utilizar nenhum formato. Todas as outras sete indicaram o formato Marc 21.

- *Realizam a indexação própria ou utilizam os termos da catalogação cooperativa?*

Sobre o tipo de indexação utilizada, cinco responderam realizar indexação própria: Andorra, Cuba, México, Nicarágua e Venezuela, o que corresponde a mais de 50% (cinquenta por cento). Uma biblioteca (Bolívia) respondeu utilizar apenas a catalogação cooperativa. E uma (Guatemala) respondeu utilizar ambos. Já El Salvador indicou a “*Listas de Encabeziamento de Materias para Bibliotecas*” (LEMB) e termos específicos do país, criados pelo Departamento de Processos Técnicos.

- *Realizam a captura de termos de indexação (descritores, cabeçalho de assuntos) de algum catálogo ou base de dados? Se sim, qual?*

Duas (El Salvador e Nicarágua) não realizam captura de termos de outra base. As seis demais, 75% (setenta e cinco por cento), indicaram os catálogos que servem como base:

Andorra: Sim. Capturamos descritores do protocolo Z39.50, normalmente dos catálogos das seguintes bibliotecas ou consórcios de bibliotecas: CCUC (Catàleg Collectiu de les Universitats de Catalunya), BNF (Bibliothèque Nationale de France), BNE (Biblioteca Nacional da Espanha), LC (Biblioteca do Congresso ou BL (Biblioteca Britânica).

Bolívia: Sim. UNESCO.

Cuba: Sim. Catálogo de la Biblioteca del Congreso.

El Salvador: Não.

Guatemala: Sim. Listado de Encabezamientos de Materia LEM.

México: Sim. Encabezamiento de Materia de Gloria Escamilla.

Nicarágua: Não.

Venezuela: Sim. Lista de títulos de assuntos da Biblioteca do Congresso e das Bibliotecas da América Latina. Lista de Encabezamiento de materias para Biblioteca mayores (ARMC).

- *Dispõem de um manual de procedimentos para indexação?*

Cinco bibliotecas responderam que possuem o manual, porém é de uso interno e não está disponível ao público: Andorra, Cuba, México, Nicarágua e Venezuela. Não tivemos acesso a estes documentos. As outras três não possuem manual: Bolívia, El Salvador e Guatemala.

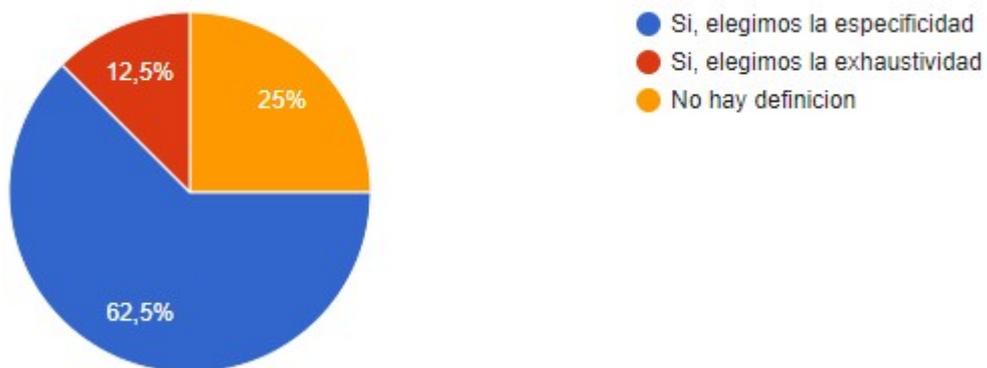
Nenhuma biblioteca possui um manual publicado.

Gráfico 1 - Manual de indexação.

Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

- O grau de especificidade está estabelecido na indexação?

Cinco bibliotecas, mais da metade, disseram optar pela especificidade: Bolívia, El Salvador, México, Nicarágua e Venezuela. Cuba optou pela exaustividade. As outras duas, Andorra e Guatemala, disseram não ter definição quanto ao grau de especificidade.

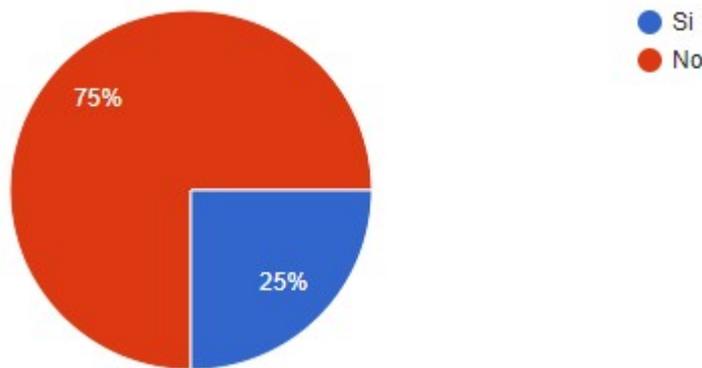
Gráfico 2 - Grau de especificidade da indexação.

Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

- Há indicação da quantidade de termos de indexação por documento? Se sim, quantos?

Seis bibliotecas responderam que não há definição da quantidade de termos de indexação: Andorra, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala e Venezuela. No México indicam no máximo 3 termos e Nicarágua orienta não exceder 5 termos.

Gráfico 3 - Indicação da quantidade de termos da indexação.

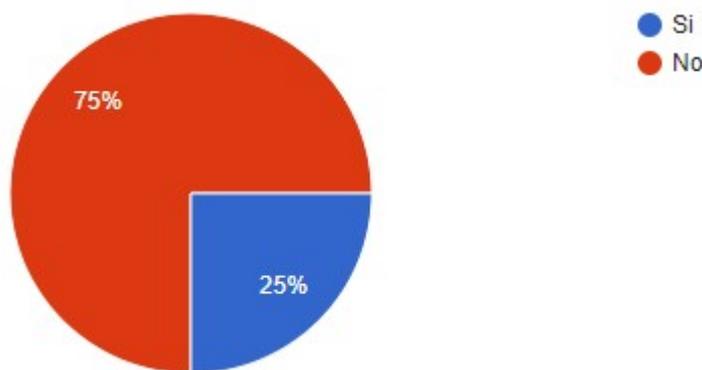


Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

- Há indicação sobre o tempo dedicado a este processo (indexação)? Se sim, quanto?

Novamente, a maioria disse não ter indicação sobre o tempo dedicado ao processo de indexação: Andorra, Cuba, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Venezuela. Bolívia informou indicar 20 obras por dia. E México indica 45 minutos por obra.

Gráfico 4 - Indicação de tempo da indexação.



Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

- Seguem alguma norma nacional ou internacional sobre indexação?

Guatemala e México responderam não seguir nenhuma norma. As outras seis indicaram as normas usadas, sendo o AACR e LEMB as mais indicadas:

Andorra: Sim. AACR2, ISBD, começamos o treinamento em RDA, mas ainda não estamos aplicando.

Bolívia: Sim. Listas de Encabezamiento de Materia (LEMB).

Cuba: Sim. Lista de epígrafes de la Biblioteca del Congreso.

El Salvador: Sim. Lista de Encabezamientos de Materias para Bibliotecas (LEMB).

Nicarágua: Sim. As Regras de Catalogação Anglo-Americanas.

Venezuela: Sim. ISO 5963.

- *Os procedimentos anteriores estão descritos em algum documento da instituição?*

Comente.

Andorra, Cuba, El Salvador e Guatemala não dispõem de documentos com a descrição dos procedimentos de indexação. A outra metade respondeu o seguinte:

Bolívia: Sim. Manual de procedimientos de biblioteca.

México: Sim. Políticas de catalogação, atualmente em revisão.

Nicarágua: Sim, temos um manual de procedimientos e políticas.

Venezuela: A Diretoria de Processos Técnicos passou por um processo de reengenharia, o que nos obrigou a atualizar todos os documentos básicos para o processamento técnico dos recursos de informação. Ainda estamos nesse processo.

- *Durante o processo de indexação se emprega alguma ajuda automática para facilitar esta operação? Se sim, qual?*

Metade respondeu afirmativamente e a outra metade (Bolívia, Cuba, El Salvador e Guatemala) não utiliza ajuda automática. As respostas afirmativas foram:

Andorra: Sim. Usamos menus suspensos vinculados às seguintes autoridades: Autoridade de nome, Autoridade de assunto, Autoridade de série, Todos os autores, Todos os assuntos, Coleção, Autor principal.

México: Sim. O sistema Aleph realiza os cruzamentos de informação.

Nicarágua: Sim, consultamos catálogos *on-line* de outras Bibliotecas.

Venezuela: Sim. Temos um Catálogo automatizado sob a plataforma KOHA.

- *Utilizam algum sistema de validação automática de termos para garantir a coerência na indexação? Se sim, qual?*

Cinco delas não utilizam sistema de validação automática: Andorra, Bolívia, El Salvador, Guatemala e Nicarágua. As outras três indicaram:

Cuba: Sim. Controle de autoridades.

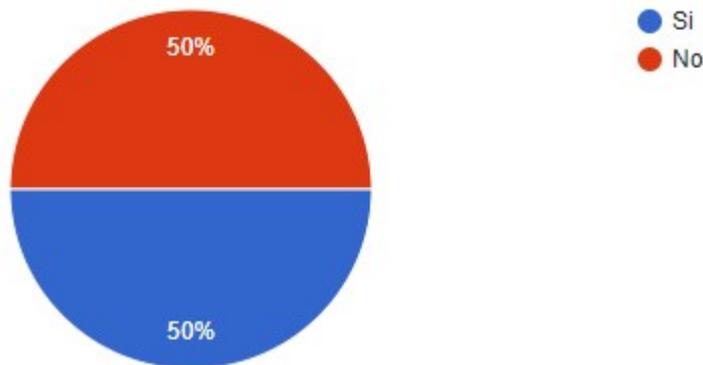
México: Sim. Autoridades por nome, assunto, série, área geográfica.

Venezuela: Sim. Lista de Autoridades, Catálogo de autoridades.

- *Utilizam termos não controlados, isto é, em linguagem natural (Campo 653 – Marc 21)?*

Metade respondeu “sim”: Bolívia, Cuba, El Salvador e Guatemala. E a outra metade respondeu “não”: Andorra, México, Nicarágua e Venezuela.

Gráfico 5 - Utilização de linguagem natural na indexação.



Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

Tendo conhecimento sobre como se dá a atividade de indexação nessas instituições, desejamos conhecer as linguagens utilizadas nesse processo com as perguntas a seguir, do terceiro bloco.

3º Linguagens controladas

- *Usam alguma linguagem controlada na indexação? Se sim, qual?*

Todas as oito bibliotecas responderam afirmativamente:

Andorra: Sim. LCSH, RAMEAU, LEMAC, LENOTI.

Bolívia: Sim. Vários tesouros.

Cuba: Sim. Epigrafiario de la Biblioteca Nacional de Cuba José Martí.

El Salvador: Sim. Listas de Encabezamientos de Materias para Bibliotecas (LEMB).

Guatemala: Sim. Listado de Encabezamientos de Materia LEM.

México: Sim. Validator, encabezamientos de materia, UNESCO tesouro, Library Congress.

Nicarágua: Sim. Lista de encabezamiento de materia da Biblioteca Luis Angel Arango da Colômbia e Tesouro da Unesco.

Venezuela: Sim. Lista de Títulos e Catálogo de Autoridades de Bibliotecas Homólogas.

- *Participam atualmente ou já participaram de Projetos de compatibilidade/interoperabilidade entre linguagens controladas? Se sim, comente.*

Nenhuma das oito bibliotecas participa ou participou de projetos de compatibilidade/interoperabilidade entre linguagens controladas.

A avaliação da indexação é uma etapa importante, por isso desejamos conhecer se as bibliotecas utilizam alguma forma de avaliação desta atividade com as perguntas do quarto bloco.

4º Avaliação da indexação

- *Realizam algum tipo de avaliação periódica da indexação? Se sim, qual?*

Três delas não realizam avaliação periódica da indexação: Cuba, El Salvador e Guatemala. As outras cinco indicaram algum tipo de avaliação:

Andorra: Sim. Avaliação intra e interindexador / catalogador.

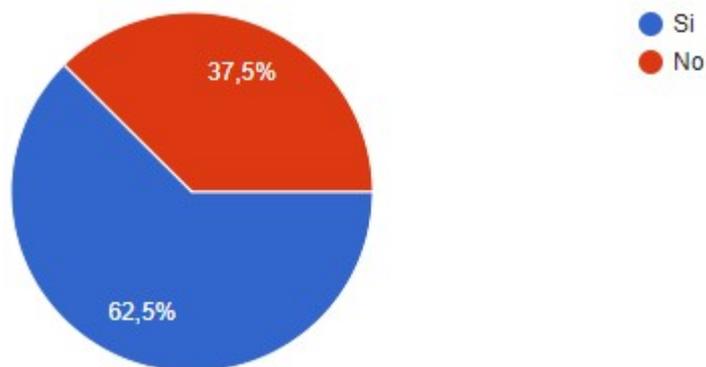
Bolívia: Sim. Controle de qualidade.

México: Sim. Avaliação pelo chefe de seção da área de alçada, os cadastros de alçadas são corrigidos ou ampliados, faz parte das atividades permanentes.

Nicarágua: Sim. Avaliação intra indexadores.

Venezuela: Sim. Avaliação intra e interindexadores.

Gráfico 6 - Avaliação periódica da indexação.



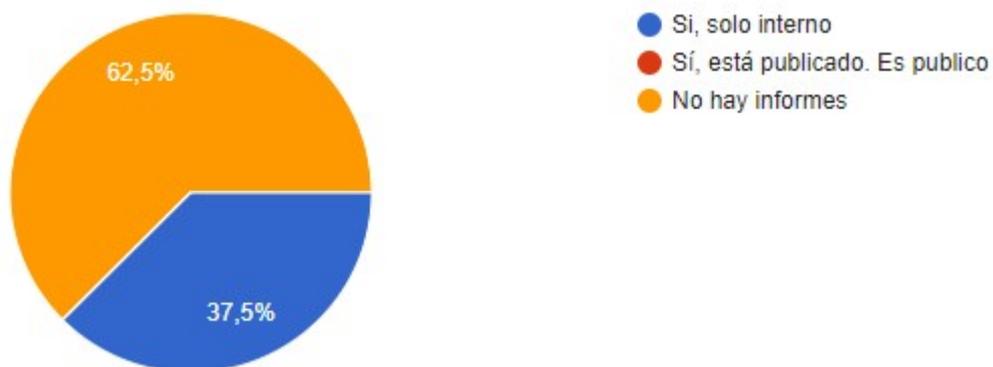
Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

- Existem relatórios dessa avaliação?

A maioria não possui relatório: Andorra, Cuba, El Salvador, Guatemala e Venezuela. As outras três possuem relatórios somente internos: Bolívia, México e Nicarágua.

Nenhuma biblioteca possui relatórios de avaliações publicados.

Gráfico 7 - Relatórios da avaliação da indexação.



Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

Então, no quinto bloco, perguntamos diretamente se a instituição possui uma política de indexação. Recebemos as seguintes respostas:

5º Política de indexação

- A instituição dispõe de uma política de indexação?

Seis bibliotecas dispõem de uma política de indexação, porém, somente de uso interno: Andorra, Bolívia, Cuba, México, Nicarágua e Venezuela. Não tivemos acesso a estes documentos. El Salvador e Guatemala não possuem política de indexação.

Nenhuma biblioteca possui uma política de indexação publicada.

Gráfico 8 - Política de indexação.



Fonte: Dados do questionário da pesquisa (2021).

Para finalizar, no sexto bloco desejamos ter conhecimento sobre a formação dos profissionais envolvidos no processo de indexação.

6º Formação de profissionais

- Qual número de profissionais dedicados à tarefa de indexação? Qual a formação dos mesmos?

Sobre a quantidade e formação dos profissionais dedicados à tarefa de indexação, recebemos as seguintes respostas:

Andorra: 2, formados em Biblioteconomia e Documentação.

Bolívia: 3 bibliotecários.

Cuba: Aproximadamente 12 profissionais. Bibliotecários.

El Salvador: 6 Técnicos em Biblioteconomia.

Guatemala: 2 profissionais.

México: 3.

Nicarágua: 7 Indexadores, 4 Graduados em Gestão da Informação e 3 alunos da referida carreira.

Venezuela: 5 profissionais (3 bibliotecários, 1 arquivista e 1 bacharel em Ciências da Informação).

- *Os indexadores/catalogadores recebem treinamento ou realizam cursos específicos sobre indexação quando começam essa tarefa? Se sim, qual?*

Duas não realizam treinamento e/ou cursos para os profissionais iniciantes na tarefa: El Salvador e Guatemala. As outras seis responderam:

Andorra: Sim. Cursos de especificação, atualização de padrões, etc.

Bolívia: Sim, vários cursos.

Cuba: Sim. Reuniões técnicas de seminários, às vezes durando semanas ou cerca de um mês.

México: Sim. Oficinas, cursos e atualmente o Dr. Felipe Martinez Arellano é o coordenador da Biblioteca Nacional do México, especialista em organização de informação no México.

Nicarágua: Sim. Oficinas especializadas com duração de 1 semana, realizadas periodicamente.

Venezuela: Sim. Oficinas teórico-práticas, com duração média de 70 horas letivas por área, desde a catalogação até ao estabelecimento dos pontos de acesso e recuperação da informação.

- *Os indexadores/catalogadores recebem cursos de formação contínua? Se sim, comente.*

Três bibliotecas não realizam cursos de formação contínua: Cuba, El Salvador e Guatemala. As outras cinco realizam os cursos abaixo:

Andorra: Sim. Cursos anuais organizados por entidades do setor como associações profissionais, sociedades de documentação, etc.

Bolívia: Sim. Análise da informação.

México: Sim, pode variar de dias a 20 horas por semana.

Nicarágua: Sim. Oficinas de treinamento a cada 3 meses, com duração de 1 semana.

Venezuela: Sim. Pesquisa, entrada e recuperação de informações em vários catálogos, estabelecimento de pontos de acesso, normalização de autoridades (assunto e autor).

E por fim, no sétimo bloco, um espaço para os respondentes comentarem o que considerassem importante.

7º Observações

- Deseja comentar algo a mais?

Metade das bibliotecas não respondeu a esta pergunta e outra metade fez comentários sobre a pertinência do estudo, agradecendo a participação e parabenizando o trabalho. Traduzimos parte destas respostas.

Andorra: Louvamos plenamente o trabalho de estudo que está realizando e o parabenizamos pela árdua tarefa que deve resultar na coleta e pactuação de todos os dados coletados nesse trabalho.

Bolívia: Sem resposta.

Cuba: Sem resposta.

El Salvador: Parabenizá-los pela iniciativa desta pesquisa e agradecê-los pelo convite para participar.

Guatemala: Sem resposta.

México: Agradecemos. Interessante trabalho.

Nicarágua: Achamos que é um benefício muito bom, esperamos que nossa contribuição seja útil para sua pesquisa.

Venezuela: Sem resposta.

Podemos destacar com estes resultados que todas incluem os materiais bibliográficos entre os tipos de documentos indexados e afirmam ter projetos em andamento relacionados à atividade de indexação, sendo a maioria relacionado à digitalização ou implementação de *software*. O formato Marc 21 é utilizado por todas as bibliotecas. Também todas empregam algum tipo de linguagem controlada e os bibliotecários estão entre os profissionais envolvidos com a indexação em todas as oito bibliotecas.

A maioria (cinco ou mais) das bibliotecas realiza indexação própria, uma realiza catalogação cooperativa e uma utiliza ambos. A maioria utiliza algum catálogo ou base de dados para captura de termos de indexação e segue alguma norma nacional ou internacional sobre indexação, sendo o AACR e LEMB as mais indicadas. Com relação às variáveis da indexação, a maioria decidiu pela especificidade, uma optou pela exaustividade e as outras duas não têm esse grau definido. Não há indicação para a quantidade de termos por documento e nem do tempo dedicado à tarefa de indexação na maioria das respostas, sendo que duas indicam um número máximo de termos, uma indicou o número de obras por dia e somente uma indicou o tempo destinado para cada obra.

A maioria não utiliza nenhum sistema de validação automática de termos que ajude na coerência da indexação, sendo que três delas indicaram algum controle de autoridades. No entanto, a maioria realiza algum tipo de avaliação periódica da indexação, geralmente avaliação intra e interindexadores. Somente três possuem relatórios destas avaliações, porém, não estão publicados. Na maioria das bibliotecas, os profissionais recebem algum tipo de treinamento quando iniciam a tarefa de indexação e também recebem cursos de formação contínua. Contentamo-nos em saber que a maioria possui um manual e/ou política de indexação, porém, nenhum deles está publicado, são somente de uso interno.

Metade das bibliotecas afirma ter os procedimentos descritos em um manual. Metade delas usa alguma ajuda automática para facilitar a indexação e também utiliza termos não controlados, da linguagem natural. Nenhuma das oito bibliotecas participa de projetos de compatibilidade/interoperabilidade entre linguagens controladas.

Com a aplicação do questionário foi possível conhecer como essas bibliotecas lidam com o processo de indexação, as regras e instrumentos utilizados nesta atividade e se possuem documentos com registro destes procedimentos. Contribuiu também para delinear o cenário da política de indexação nas bibliotecas nacionais da ABINIA, que consta na seção seguinte.

4.3 Panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA

Pretendemos nesta seção delinear o panorama das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA atualmente, e identificar estes documentos, com intenção de atingir especificamente o primeiro e terceiro objetivos - Identificar as políticas de indexação formalizadas utilizadas em bibliotecas nacionais da ABINIA - e - Delinear o panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA- desta pesquisa.

Fizemos então um quadro nos mesmos moldes de Fujita e Gil Leiva (2012), com o resumo de respostas das oito bibliotecas que responderam ao questionário. O quadro foi dividido em duas partes para melhor visualização: Quadro 13-A e Quadro 13-B.

Quadro 13-A – Resumo das bibliotecas nacionais da ABINIA.

	Andorra	Bolívia	Cuba	El Salvador
<i>1. Manual de procedimento para a indexação?</i>	Sim. Não está publicado.	Não.	Sim. Não está publicado.	Não.
<i>2. Algum sistema automático para a indexação?</i>	Sim. Usamos menus suspensos vinculados às seguintes autoridades: Autoridade de nome, Autoridade de assunto, Autoridade de série, Todos os autores, Todos os assuntos, Coleção, Autor principal.	Não.	Não.	Não.
<i>3. Seleção automática de assuntos ou descritores com listas de autoridades?</i>	Sim. Capturamos descritores do protocolo Z39.50, normalmente dos catálogos das seguintes bibliotecas ou consórcios de bibliotecas: CCUC (Catàleg Collectiu de les Universitats de Catalunya), BNF (Bibliothèque Nationale de France), BNE (Biblioteca Nacional da Espanha), LC (Biblioteca do Congresso ou BL (Biblioteca Britânica).	Sim. UNESCO.	Sim. Catálogo de la Biblioteca del Congreso.	Não.
<i>4. Termos ou assuntos não controlados, em linguagem natural?</i>	Não.	Sim.	Sim.	Sim.
<i>5. Linguagens de indexação usadas?</i>	Sim. LCSH, RAMEAU, LEMAC, LENOTI.	Sim. Vários Tesouros.	Sim. Epigrafiário de la Biblioteca Nacional de Cuba José Martí.	Sim. Listas de Encabezamientos de Materias para Bibliotecas (LEMB).
<i>6. Participa ou participou em</i>	Não.	Não.	Não.	Não.

<i>projetos de interoperabilidade e de linguagens?</i>				
<i>7. Avaliação periódica da indexação atribuída?</i>	Sim. Avaliação intra e interindexador / catalogador.	Sim. Controle de qualidade.	Não.	Não.
<i>8. A instituição dispõe de uma política de indexação?</i>	Sim. Não está publicada.	Sim. Não está publicada.	Sim. Não está publicada.	Não.

Fonte: A autora (2021), com base nos dados do questionário da pesquisa (2021).

Quadro 13-B – Resumo das bibliotecas nacionais da ABINIA.

	Guatemala	México	Nicarágua	Venezuela
<i>1. Manual de procedimento para a indexação?</i>	Não.	Sim. Não está publicado.	Sim. Não está publicado.	Sim. Não está publicado.
<i>2. Algum sistema automático para a indexação?</i>	Não.	Sim. O sistema Aleph realiza os cruzamentos de informação.	Sim, consultamos catálogos <i>on-line</i> de outras Bibliotecas.	Sim. Temos um Catálogo automatizado sob a plataforma KOHA.
<i>3. Seleção automática de assuntos ou descritores com listas de autoridades?</i>	Sim. Listado de Encabezamientos de Materia LEM.	Sim. Encabezamiento de Materia de Gloria Escamilla.	Não.	Sim. Lista de títulos de assuntos da Biblioteca do Congresso e das Bibliotecas da América Latina. Lista de Encabezamiento de materias para Biblioteca mayores (ARMC).
<i>4. Termos ou assuntos não controlados, em linguagem natural?</i>	Sim.	Não.	Não.	Não.
<i>5. Linguagens de indexação usadas?</i>	Sim. Listado de Encabezamientos de Materia LEM.	Sim. Validator, encabezamientos de materia, UNESCO tesauro, Library Congress.	Sim. Lista de encabezamiento de materia da Biblioteca Luis Angel Arango da Colômbia e Tesauro da Unesco.	Sim. Lista de Títulos e Catálogo de Autoridades de Bibliotecas Homólogas.
<i>6. Participa ou participou em</i>	Não.	Não.	Não.	Não.

<i>projetos de interoperabilidad e de linguagens?</i>				
<i>7. Avaliação periódica da indexação atribuída?</i>	Não.	Sim. Avaliação pelo chefe de seção da área de alçada, os cadastros de alçadas são corrigidos ou ampliados, faz parte das atividades permanentes.	Sim. Avaliações intra indexadores.	Sim. Avaliação intra e interindexadores.
<i>8. A instituição dispõe de uma política de indexação?</i>	Não.	Sim. Não está publicada.	Sim. Não está publicada.	Sim. Não está publicada.

Fonte: A autora (2021), com base nos dados do questionário da pesquisa (2021).

Das oito bibliotecas respondentes, nenhuma possui uma política e/ou manual de indexação publicados. Mesmo as bibliotecas que afirmaram dispor deste instrumento, são documentos internos de uso apenas dos funcionários. Percebe-se que a situação não é muito diferente do estudo feito em 2012. Os documentos, como política ou manual de indexação, não estão disponíveis ao público, o que os torna inexistentes, assim como Fujita e Gil Leiva (2012) afirmaram em seu estudo.

A Biblioteca Nacional da República Dominicana não nos enviou a carta de anuência assinada com autorização para responder ao questionário, porém, nos encaminhou por *e-mail* um documento chamado “*Manual de procedimientos*” com informações sobre classificação e indexação de recursos bibliográficos. Este também foi somado aos demais documentos a serem analisados.

Conforme descrito na metodologia, também entramos em contato com as bibliotecas nacionais já pesquisadas em estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), pois nossa intenção era saber como está a situação atualmente, se dispõem ou não de um documento que guie a indexação. Em caso positivo, solicitamos que nos enviasse tal documento. Foram recebidas nove respostas das dez bibliotecas contatadas: sete nos enviaram os documentos, conforme quadro 14 abaixo, e o Chile respondeu não ter documentos internos que regem a tarefa de indexação. O Panamá também afirmou não ter política, no entanto, enviou por *e-mail* algumas informações sobre o processo de indexação realizado pela biblioteca. Além do contato por *e-mail*, a pesquisa também foi feita nos *sites* das instituições.

O quadro 14 sintetiza as informações sobre os documentos obtidos.

Quadro 14 - Documentos recebidos.

Argentina	Colômbia	Costa Rica	Espanha	Paraguai	Peru	Uruguai
<p>Possuem Política de catalogação que inclui a catalogação descritiva e a catalogação temática (não publicada). Foi enviado o Manual de indexação em formato de página <i>wiki</i>: http://190.136.33.232:8080/index.php/Inicio</p>	<p>Enviaram seu Manual de Catalogação que orienta todos os seus processos, inclusive a indexação (capítulo 10: <i>Encabezamientos de materia y uso de subdivisiones de forma</i>).</p>	<p>Enviaram seu “<i>Manual de procedimientos de indización de colecciones actuales y antiguas de revistas, y diarios y semanarios</i>” - em atualização.</p>	<p>Não responderam ao <i>e-mail</i>, mas possuem Manual de indexação disponível no <i>site</i>.</p>	<p>Enviaram o “Manual de Procedimientos del Departamento de Procesos Técnicos” - em construção.</p>	<p>Enviaram um documento chamado “<i>Pautas de Indización de la BN Perú</i>”.</p>	<p>Enviaram um documento chamado de [política de indización].</p>

Fonte: A autora (2021).

Salientamos que o documento enviado pela Biblioteca Nacional do Uruguai, em anexo ao *e-mail*, não possui título. No entanto, no corpo do *e-mail*, foi chamado de “Política de indización” pela profissional que nos enviou, por este motivo, o título encontra-se entre colchetes.

Assim, acrescidos os documentos da República Dominicana, tivemos acesso aos documentos de oito bibliotecas nacionais da ABINIA, relacionados à atividade de indexação.

Atualizamos as respostas das bibliotecas pesquisadas por Fujita e Gil Leiva (2012), junto com as bibliotecas respondentes deste estudo sobre o cenário da política de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA.

As mudanças notadas do primeiro estudo para o atual foram nas bibliotecas nacionais dos seguintes países: Argentina, Colômbia, Costa Rica, Paraguai, Peru, Uruguai, que tinham respondido não ter política no estudo de Fujita e Gil Leiva (2012) e agora nos enviaram algum documento que guie a indexação nestas bibliotecas. Já o Chile tinha afirmado possuir tanto manual, quanto política no primeiro estudo, porém, não publicada, mas agora nos informou por *e-mail* que não possui documento interno, mas que segue as regras e ferramentas biblioteconômicas conhecidas internacionalmente, apesar de não ter citado quais.

Lembramos que a Biblioteca Nacional do Brasil será estudada posteriormente na seção “5 BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL”, mas já adiantamos que a situação da biblioteca não mudou. O documento que possui chama-se “Normas e decisões internas” e continua sendo de uso interno, não está publicado. Outras duas bibliotecas não compõem este quadro 15 porque não conseguimos nenhuma forma de contato e/ou não retornaram aos nossos *e-mails*, são elas: Equador, que em 2012 respondeu não ter política e nem manual de indexação e Honduras, que não fez parte do primeiro estudo. Totalizamos vinte respostas das vinte e duas bibliotecas que compõem a ABINIA, o que consideramos um número satisfatório, pois constitui aproximadamente 91% do total de Bibliotecas Nacionais estudadas.

Temos o seguinte resultado com relação à existência de manuais e/ou políticas de indexação dessas bibliotecas:

Quadro 15 - Panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA.

Países	Possuem política e/ou manual de indexação?
Andorra	Sim, mas não está publicado (Não tivemos acesso ao documento).
Argentina	Sim. Manual de indexação, disponível em página <i>wiki</i> . A política de catalogação (que inclui a representação temática) não está publicada.
Bolívia	Sim, mas não está publicado (Não tivemos acesso ao documento).
Brasil	Sim, mas não está publicado.
Chile	Não.
Colômbia	Sim. Manual de Catalogação (inclui procedimentos de indexação).
Costa Rica	Sim. Manual de procedimientos de indización (em atualização).
Cuba	Sim, mas não está publicado (Não tivemos acesso ao documento).
El Salvador	Não.
Espanha	Sim. Manual de indexação disponível no <i>site</i> .
Guatemala	Não.
México	Sim, mas não está publicado (Não tivemos acesso ao documento).
Nicarágua	Sim, mas não está publicado (Não tivemos acesso ao documento).
Panamá	Não.
Paraguai	Sim. Manual de Procedimientos del Departamento de Procesos Técnicos (em construção).
Peru	Sim. Pautas de Indización de la BN Perú.
Portugal	Não, pois não realizam mais a atividade de indexação, desde 2010.
República Dominicana	Sim. Manual de procedimientos.
Uruguai	Sim. [Política de indización].
Venezuela	Sim, mas não está publicado (Não tivemos acesso ao documento).

Fonte: A autora (2021).

Apesar de muitos destes não terem sido publicados, a maioria possui algum documento para guiar a tarefa de indexação. Isso nos faz acreditar que essas bibliotecas estão atentas a esta atividade, o que é muito importante.

Na seção seguinte apresentamos o resultado da análise dos documentos que tivemos acesso.

4.4 Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA

Para atingir o objetivo quatro desta pesquisa - Comparar o cenário das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA -, realizamos uma análise dos documentos recebidos pelas bibliotecas, a fim de identificar os elementos das políticas de indexação presentes nestes documentos e comparar o cenário das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA. Nossa intenção é contribuir para melhorias nas atividades de indexação destas bibliotecas. Estimamos corroborar os instrumentos com o que temos documentado na literatura.

Esta fase da pesquisa documental caracteriza-se pela análise de conteúdo. Conforme descrito na metodologia, Bardin (1977) define suas três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A primeira fase consistiu na escolha dos documentos, onde optamos por analisar todos os oito documentos recebidos. Essa análise foi baseada em Carneiro (1985), de acordo com os elementos considerados pela autora como componentes de uma política de indexação, que são nossos indicadores: cobertura de assuntos; seleção e aquisição dos documentos; processo de indexação e suas variáveis: exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, escolha da linguagem; estratégia de busca; forma de saída; avaliação do sistema.

Os documentos recebidos foram:

- Dos países já pesquisados por Fujita e Gil Leiva (2012), sete nos enviaram seus documentos:

Argentina: Manual de procedimientos de indización y clasificación (Página wiki).

Colômbia: Instructivo de políticas para catalogación y análisis - 2020.

Costa Rica: Manual de procedimientos de indización de colecciones actuales y antiguas de revistas, y diarios y semanarios de Costa Rica - 2017 (documento em atualização).

Espanha: Manual de indización de Encabezamientos de Materia - 2019 (disponível no site da BNE).

Paraguai: Manual de Procedimientos del Departamento de Procesos Técnicos - 2020 (documento em construção).

Peru: Pautas de Indización de la Biblioteca Nacional del Perú.

Uruguai: [Política de indización] - 2020.

- Dos países incluídos em nossa pesquisa, tivemos acesso a apenas um documento. As demais bibliotecas que afirmaram possuir algum documento, não nos enviaram os mesmos.

República Dominicana: Manual de procedimientos.

Um fato que nos chamou atenção é que nenhum deles possui o nome de política, somente o documento da Biblioteca Nacional do Uruguai poderia ser assim chamado, mas mesmo assim o nome não consta no documento.

Partimos então para a segunda fase de exploração do material, onde realizamos a análise destes documentos para identificar os elementos da política de indexação presentes nos mesmos. Por serem muitos documentos, variando de uma a duzentos e setenta e seis páginas, trouxemos aqui os aspectos principais de cada um.

1º Cobertura de assuntos

- *Argentina*: Há instruções de indexação para áreas específicas: *Generalidades. Publicaciones periódicas. Religión, Teología. Ciencias sociales. Ciencias puras, Matemática, Ciencias naturales. Ciencias aplicadas, Medicina, Tecnología. Arquitectura, Bellas artes, Juegos, Espectáculos, Deportes. Lenguaje, Lingüística, Literatura. Arqueología, Geografía, Biografía, Historia*. Para obras de ficção diz que será decisão de política, mas não tivemos acesso à mesma.

- *Colômbia*: Há instruções de indexação para área de literatura e materiais específicos sobre a Colômbia.

- *Costa Rica*: O manual é voltado para a indexação de artigos de periódicos de áreas específicas.

- *Espanha*: Há instruções de indexação para áreas específicas.

- *Paraguai*: Não foi identificado referência à cobertura de assuntos dos materiais indexados, mas contém instruções para a classificação de áreas específicas.

- *Peru*: Não foi identificado referência à cobertura de assuntos dos materiais indexados.

- *República Dominicana*: Há instruções de indexação para áreas específicas.

- *Uruguai*: Não foi identificado referência à cobertura de assuntos dos materiais indexados.

2º Seleção e aquisição de documentos

- *Argentina*: Aplica-se a todos os tipos de documentos (textuais, sonoros, imagens, etc.), seja qual for o meio (impresso, audiovisual, eletrônico, etc.) ou o nível de especialização (monografias, artigos em periódicos, etc.).

- *Colômbia*: Aplica-se a todos os tipos de materiais que entram na Biblioteca Nacional da Colômbia por meio de qualquer mecanismo de aquisição: depósito legal, compra, troca, doação e depósito digital.

- *Costa Rica*: Documento se refere apenas a periódicos nacionais e semanários com características específicas. Há definição de critérios para seleção de artigos a serem indexados: levam-se em conta as necessidades dos usuários e os objetivos da Biblioteca.

- *Espanha*: Não identificado.

- *Paraguai*: Aplica-se a materiais informativos adquiridos por meio de compra, doação, transferência e/ou troca, Lei 1338/99, ISBN e outros meios a serem integrados ao acervo.

- *Peru*: Aplica-se a monografias do acervo corrente (No documento: *monografias modernas*).

- *República Dominicana*: Aplica-se a recursos bibliográficos adquiridos pela biblioteca.

- *Uruguai*: Aplica-se a todos os tipos de recursos: livros, periódicos, fotos, partituras, imagens, mapas, pôsteres, etc.

3º Processo de indexação e suas variáveis

- *Argentina*: O documento define regras gerais para o processo de indexação; Indica três etapas para o processo: *Familiarización, Análisis e Representación*;

Há instruções para indexação por tipo de documento (dicionário, periódicos, etc.);

Quantidade de termos: recomenda de 1 a 6 e no máximo 10;

Tempo de dedicação não identificado.

- *Colômbia*: Possui instruções para indexação de periódicos.

Não tem estabelecido um número máximo ou mínimo de termos (informação fornecida por *e-mail*. Não identificado no documento);

Tempo de dedicação não identificado.

- *Costa Rica*: Indica três etapas para o processo de indexação: *Examen del documento, Extraer conceptos para identificarlo, Selección de los términos de indización*.

Há instruções para indexação de periódicos específicos.

Quantidade de termos: máximo 8;

Tempo de dedicação não identificado.

- *Espanha*: Não identificado.

- *Paraguai*: Indica princípios que devem ser seguidos no processo de indexação;

Quantidade de termos: não identificado;

Tempo de dedicação não identificado.

- *Peru*: Traz instruções para o processo de indexação. Apesar de não separar por etapas, indica três passos que devem ser seguidos pelo catalogador no momento da indexação.

- *República Dominicana*: Traz instruções para o processo de indexação;

Quantidade de termos: não identificado;

Tempo de dedicação: média de quinze títulos por dia a depender da complexidade do documento.

- *Uruguai*: O documento demonstra preocupação com o processo de indexação, mas não traz detalhes sobre seu processo;

Quantidade de termos: Recomenda no máximo 5 termos, podendo ter variações;

Tempo de dedicação não identificado.

***Variáveis do processo de indexação (Exaustividade e especificidade, Revocação e precisão, Escolha da linguagem)**

- *Argentina*: Opção pela especificidade. Recomenda que se atribua títulos que sejam tão específicos quanto os tópicos que cobrem. Orienta para o uso de subdivisões (geral, geográfico, cronológico, forma);

Capacidade de revocação e precisão: não identificado;

Linguagem: Pré-coordenada - Vocabulário controlado da própria biblioteca com base na LCSH.

- *Colômbia*: Opção pela especificidade. Recomenda o uso de subdivisões;

Capacidade de revocação e precisão: não identificado;

Linguagem: *Lista de Encabezamientos de Materia* ARMARC 2.0 digital e os cabeçalhos criados pela biblioteca, se necessário, outras linguagens controladas são consultadas, como a base de autoridade da LC.

- *Costa Rica*: Apesar de mencionar os dois princípios da especificidade e exaustividade, não é claro quanto à decisão da biblioteca;

Preferência pela precisão;

Linguagem: Controlada - *Catálogo de Autoridades de Autor y de Materias* JANIMUM, desenvolvido pela BN em conjunto com bibliotecas públicas.

- *Espanha*: Não identificado.

- *Paraguai*: Adota o princípio da especificidade. Há também orientações para o uso de subdivisões;

Capacidade de revocação e precisão: não identificado;

Linguagem: *Lista de Encabezamientos de Materia para Bibliotecas del Rovira y Aguayo*, Tesouros especializados e, quando necessário, fazem uso da linguagem natural.

- *Peru*: Exaustividade e especificidade: não identificado;

Recomenda o uso de subdivisões (geral, geográfico, forma e cronológico);

Capacidade de revocação e precisão: não identificado;

Linguagem: Pré-coordenada - *Lista de encabezamientos de materia*. Indica fontes para consulta: *Library of Congress subject headings*, *Lista de encabezamientos de materia para Bibliotecas*, *Subepígrafes de materia para bibliotecas*, *Encabezamientos geográficos*, *Library of Congress Authorities*, *Catálogo de autoridades de la Biblioteca Nacional de Brasil*, *Catálogo de autoridades de la Universidad Nacional Autónoma de México*, *Catálogo de autoridades de la Biblioteca Nacional de España*, *Catálogo de autoridades del Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (CSIC)*, *Catálogo de autoridades de la Biblioteca Nacional de Francia - RAMEAU*.

- *República Dominicana*: Exaustividade e especificidade: não identificado;

Recomenda o uso de subdivisões (geral, geográfico, forma e cronológico);

Capacidade de revocação e precisão: não identificado;

Linguagem: *Lista de Encabezamiento de Materias para Bibliotecas Luis Ángel Arango*.

- *Uruguai*: Exaustividade e especificidade: não identificado;

Capacidade de revocação e precisão: não identificado;

Linguagem: Lista de *encabezamientos de la Unión Panamericana* e sistema de classificação da *Library of Congress*. Quando necessário, faz uso da linguagem natural.

4º Estratégia de busca

-*Argentina*: Não identificado.

-*Colômbia*: Não identificado.

-*Costa Rica*: Não identificado.

-*Espanha*: Não identificado.

-*Paraguai*: Não identificado.

-*Peru*: Não identificado.

-*República Dominicana*: Não identificado.

-*Uruguai*: Não identificado.

5º Forma de saída

-*Argentina*: Não identificado.

-*Colômbia*: Não identificado.

-*Costa Rica*: Não identificado.

-*Espanha*: Não identificado.

-*Paraguai*: Não identificado.

-*Peru*: Não identificado.

-*República Dominicana*: Não identificado.

-*Uruguai*: Não identificado.

6º Avaliação do sistema

-*Argentina*: Recomenda revisão da indexação. Considera essencial para garantir a coerência e consistência da indexação.

-*Colômbia*: Ajustes são realizados de acordo com a identificação de usuários internos ou externos (erros de transcrição, mesmo conteúdo com assuntos ou número de classificação diferentes, falta de análise no registro...).

-*Costa Rica*: Entende que a revisão e correção dos dados fazem parte do controle de qualidade da indexação.

-*Espanha*: Não identificado.

-*Paraguai*: Não identificado.

-*Peru*: Não identificado.

-*República Dominicana*: Realiza revisão de todos os procedimentos descritos no manual (catalogação, classificação, indexação) antes que o mesmo seja disponibilizado. Em média, são revisados quinze documentos por dia, dependendo da complexidade de cada um.

-*Uruguai*: Não identificado, porém chama a atenção para a importância da coerência na indexação especialmente para o intercâmbio de dados.

Acrescentamos abaixo algumas informações sobre a particularidade de cada documento que consideramos importante informar.

Observações:

-*Argentina*: Há instruções de preenchimento de campos Marc e construção de cabeçalhos.

-*Colômbia*: Indica princípios para construção de cabeçalhos e traz instruções sobre a estrutura dos mesmos.

-*Costa Rica*: Há instruções de preenchimento de campos Marc. Apresenta missão, visão e valores da Unidade de Pesquisa e Bibliografia.

-*Espanha*: Documento possui diretrizes para indexação e classificação de áreas temáticas. Na introdução, mostra preocupação com a padronização da representação temática nesta instituição. É bem abrangente na análise e representação de assuntos em cada domínio de conhecimento e situações específicas, e pretende ser atualizado constantemente.

-*Paraguai*: Há instruções para construção de cabeçalhos.

-*Peru*: Há instruções de preenchimento de campos Marc e construção de cabeçalhos.

-*República Dominicana*: O documento inclui procedimentos para catalogação, classificação, controle de autoridades, revisão dos processos realizados e preparo do livro até a estante.

-*Uruguai*: É um documento simples, de apenas uma folha e sem título, mas demonstra a preocupação da biblioteca com o processo de indexação e sua influência na recuperação satisfatória ao usuário.

Assim, para concluir a terceira fase com o tratamento e interpretação dos resultados, inferimos o quadro abaixo com o resumo da análise feita, para facilitar a visualização. Os quadros foram divididos em dois, para não comprometer o entendimento, em razão de serem muitos países: Quadro 16-A e Quadro 16-B.

Quadro 16-A - Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA.

Biblioteca Nacional/ Elementos	Argentina	Colômbia	Costa Rica	Espanha
Documento analisado	Manual de procedimientos de indexación y clasificación (Página wiki).	Instructivo de políticas para catalogación y análisis.	Manual de procedimientos de indexación (em atualização).	Manual de indexación de Encabezamientos de Materia
Cobertura de assuntos	- Instruções de indexação para áreas específicas.	- Instruções de indexação para área específica (literatura).	- Realizam indexação de artigos de periódicos de áreas específicas.	- Há instruções de indexação para áreas específicas.
Seleção e aquisição dos documentos	- Aplicado para todas as tipologias de documentos.	- Aplicado para todos os documentos.	- Documento se refere apenas a periódicos de áreas específicas.	- Não identificado.
Processo de indexação	- Etapas (3). - Instruções para indexação por tipo de documento. - Quantidade de termos: 1 a 6, e no máximo 10.	- Instruções para uso de subdivisões. - Instruções para indexação de periódicos.	- Etapas (3). - Instruções para indexação de periódicos específicos. - Quantidade de termos: máximo 8.	- Não identificado.
Exaustividade e especificidade	- Opção pela especificidade.	- Opção pela especificidade	- Não é claro quanto à decisão da biblioteca.	- Não identificado.
Capacidade de revocação e precisão	- Não identificado.	- Não identificado.	- Preferência pela precisão.	- Não identificado.
Escolha da linguagem	- Vocabulário controlado da própria biblioteca com base na LCSH. - Pré-coordenada.	- Lista de Encabezamientos de Materia ARMARC 2.0 digital e outras, se necessário.	- Catálogo de Autoridades de Autor y de Materias JANIAM.	- Não identificado.
Estratégia de busca	Não identificado.	Não identificado.	Não identificado.	- Não identificado.
Forma de saída	Não identificado.	Não identificado.	Não identificado.	- Não identificado.
Avaliação do sistema	- Recomenda revisão da indexação.	- Realizam ajustes de acordo com a identificação de usuários internos ou	- Revisão e correção da indexação.	- Não identificado.

		externos.		
Observação	- Instruções de preenchimento de campos Marc e construção de cabeçalhos.	- Princípios para construção e estrutura de cabeçalhos.	- Instruções de preenchimento de campos Marc. - Missão, visão e valores da Unidade de Pesquisa e Bibliografia.	- Diretrizes para indexação e classificação por áreas temáticas visando à padronização.

Fonte: A autora (2021).

Quadro 16-B - Elementos das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA.

Biblioteca Nacional/ Elementos	Paraguai	Peru	República Dominicana	Uruguai
Documento analisado	Manual de Procedimientos del Departamento de Procesos Técnicos	Pautas de Indización de la Biblioteca Nacional del Perú	Manual de procedimientos	[Política de indización]
Cobertura de assuntos	- Não identificado, mas contém instruções para a classificação de áreas específicas.	- Não identificado.	- Instruções de indexação para áreas específicas.	- Não identificado.
Seleção e aquisição dos documentos	- Aplica-se a materiais informativos.	- Aplica-se a monografias do acervo corrente.	- Aplica-se a recursos bibliográficos.	- Aplica-se a todos os tipos de recursos.
Processo de indexação	- Indica princípios que devem ser seguidos no processo de indexação.	- Indica 3 passos que devem ser seguidos no momento da indexação.	- Traz instruções para o processo de indexação; - Tempo de dedicação: média de 15 títulos por dia.	- Quantidade de termos: máximo 5 termos, podendo ter variações.
Exaustividade e especificidade	- Opção pela especificidade. - Orienta para o uso de subdivisões.	- Recomenda o uso de subdivisões.	- Recomenda o uso de subdivisões.	- Não identificado.
Capacidade de revocação e precisão	- Não identificado.	- Não identificado.	- Não identificado.	- Não identificado.
Escolha da linguagem	- Lista de Encabezamientos de Materia para Bibliotecas del Rovira y Aguayo, Tesauros especializados e, quando necessário, faz uso da linguagem	- Linguagem pré-coordenada - Lista de encabezamientos de materia. - Indica também outras fontes para consulta.	- Lista de Encabezamiento de Materias para Bibliotecas Luis Ángel Arango.	- Lista de encabezamientos de la Unión Panamericana e sistema de clasificación da Library of Congress. - Linguagem natural, quando necessário.

	natural.			
Estratégia de busca	- Não identificado.	- Não identificado.	- Não identificado.	- Não identificado.
Forma de saída	- Não identificado.	- Não identificado.	- Não identificado.	- Não identificado.
Avaliação do sistema	- Não identificado.	- Não identificado.	- Revisa todos os procedimentos descritos no manual antes que o documento seja disponibilizado. - Em média, 15 documentos por dia.	- Não identificado, mas preocupa-se a importância da coerência na indexação especialmente para o intercâmbio de dados.
Observação	- Instruções para construção de cabeçalhos.	- Instruções de preenchimento de campos Marc e construção de cabeçalhos	- Inclui procedimentos para catalogação, classificação, controle de autoridades, revisão dos processos realizados e preparo do livro até a estante.	- Apesar de um documento pequeno, demonstra a preocupação da biblioteca com o processo de indexação.

Fonte: A autora (2021).

Algumas informações nos chamaram a atenção. Os elementos ‘estratégia de busca’ e ‘forma de saída’ não foram identificados em nenhum dos documentos. Sobre as variáveis da indexação, a opção pela especificidade ou exaustividade foi encontrada em poucos documentos, sendo a especificidade a mais cotada. É um pouco preocupante porque estes elementos são de suma importância e têm reflexo direto no processo de indexação. Assim como a capacidade de revocação e precisão, onde apenas um documento se manifestou, o da Costa Rica. O tempo dedicado à tarefa de indexação também foi algo pouco notado. Ao menos, a linguagem escolhida foi algo claramente observado em todos os documentos.

Faz-se necessário, comentar alguns documentos individualmente. O manual da Biblioteca Nacional da Costa Rica é um documento bem completo, porém, voltado para os periódicos apenas. Não temos a informação se a biblioteca realiza indexação de outros tipos de materiais e se possui algum documento de guia.

O documento da Biblioteca Nacional do Uruguai, apesar de conter apenas uma folha, mostrou-se rico de informações e um de guia de direcionamento para o processo de indexação muito satisfatório.

Já o documento da Biblioteca Nacional da Espanha (BNE) disponível em seu *site* consiste em um manual de indexação com as decisões sobre as particularidades da indexação em diversas áreas do conhecimento, contudo, não contempla os elementos da política de

indexação. Em estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), a biblioteca afirmou ter uma política, porém não publicada, mas como não recebemos resposta dessa biblioteca em nossos contatos, não tivemos acesso a este documento.

A Biblioteca Nacional do Brasil possui um documento semelhante ao da BNE. É chamado de “Normas e decisões internas” e está disponível apenas em formato impresso para os profissionais do setor responsável pela indexação. Sobre esta biblioteca falaremos na seção seguinte. Para aprofundar nossos estudos na FBN, trouxemos um histórico para conhecê-la melhor e, junto das buscas nos Anais da instituição, conhecemos o cenário da representação da informação desta biblioteca. Aliada à pesquisa bibliográfica propomos diretrizes para construção de sua política.

5 BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL

Conforme relatado na metodologia, a Biblioteca Nacional do Brasil consta no estudo de Fujita e Gil Leiva (2012), mas decidimos nos aprofundar um pouco mais nesta instituição, a fim de contribuir para a construção e formalização de sua política de indexação. Assim, cumpriremos o quinto objetivo deste trabalho - Propor diretrizes para a política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil. Para tanto, vamos conhecer melhor sua história e o contexto em que está inserida.

A Biblioteca Nacional, junto com a sua subordinada Biblioteca Euclides da Cunha (BEC), constituem a Fundação Biblioteca Nacional (FBN)⁴. Segundo informações do seu próprio *site*, é a mais antiga instituição cultural brasileira, a maior biblioteca nacional da América Latina e está entre as dez maiores bibliotecas nacionais do mundo. Seu acervo atual conta com aproximadamente nove milhões de itens entre livros, manuscritos, mapas, fotografias, partituras etc. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), [20-?]a). Grande parte deste encontra-se digitalizado e disponível na Biblioteca Nacional Digital (BN Digital, lançada oficialmente em 2006).

A FBN é vista por Souza (2014, p. 13) como “[...] instituição de orgulho do povo brasileiro”. Possui obras de grande valia (entre incunábulos, obras raras, iconográficas, etc.) e mantém sua grandiosidade nos mais de 200 anos de história, desde sua fundação. Nas palavras de Herkenhoff,

A Fundação Biblioteca Nacional cuida do livro, da leitura, da biblioteca. Porque procura ser mais do que o dispositivo de segurança da memória, é o lugar onde os tempos se encontram e, juntos são capazes de promover a rememoração, a ocorrência e a premonição (HERKENHOFF, 1997, p. 2).

Para compreender melhor seu papel e sua história, os relatos a seguir foram baseados no histórico disponível em seu *site* junto às pesquisas nos Anais da FBN e nos resultados de buscas nas bases de dados, fruto da pesquisa bibliográfica.

5.1 Um pouco de história

⁴ Em 1990, data em que se tornou fundação, a BN abrigava ainda o Instituto Nacional do Livro (INL), com sua Biblioteca Demonstrativa de Brasília.

A Biblioteca Nacional do Brasil possui uma característica bem peculiar, diferente da maioria das bibliotecas nacionais, pois foi inicialmente constituída pelo acervo da monarquia portuguesa. Sua história está intimamente ligada à vinda da família real portuguesa para o Brasil, quando este ainda era colônia de Portugal.

Um grande terremoto seguido por incêndio assolou Lisboa (Portugal) em 01 de novembro de 1755, com isso se perdeu quase toda a imponente coleção da Real Biblioteca portuguesa, também chamada de Real Biblioteca da Ajuda ou Real Livraria. Após este acontecimento, o rei D. José não mediu esforços para reconstruí-la, com importantes contribuições de Diogo Barbosa Machado, Abade de Santo Adrião de Server. “Àquela biblioteca de D. José também se incorporou a livraria do Colégio de Todos os Santos, da ilha de S. Miguel e, em grande parte, a chamada do Infantado” (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1810-1960, p. 11). Assim, em 1807, ela já possuía cerca de 60 mil itens, foi quando o príncipe regente D. João VI embarcou para o Brasil junto de sua Corte, fugindo das tropas napoleônicas⁵ que invadiram Portugal. Em 1808, a família real portuguesa desembarcava no Brasil trazendo parte da Real Biblioteca.

Sobre a data de chegada dos primeiros livros no Brasil há algumas divergências. A Biblioteca Nacional, em seu *site*, informa o ano de 1808 como o de chegada do acervo inicial junto com a família real, corroborando com o Guia da Biblioteca Nacional - sesquicentenário 1810-1960. O esboço histórico apresentado no v. 11 dos Anais da Biblioteca Nacional, referindo-se ao refúgio de D. João VI, também descreve:

Aportando ao Brazil em princípios do de 1808, trouxe consigo a Real Bibliotheca da Ajuda, que seu avô, El-Rei D. José I, organisára para substituir a que o terremoto de Lisboa em 1755 dispersara e o consecutivo incêndio consumira (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1885, p. 15).

Já Schwarcz expõe o seguinte:

Os livros, esquecidos em caixotes no porto, na confusão do embarque, tiveram que retornar a sua morada original, para só começarem a partir dois anos depois. [...] Ao que tudo indica, a fuga não foi tão de última hora, e, entre tantas riquezas, a Real Livraria atravessaria o oceano, distribuída por algumas centenas de caixotes e em três etapas: uma viagem em 1810 e outras duas em 1811 (SCHWARCZ, 2002, p. 34).

⁵ Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi imperador da França entre 1804 e 1814.

Grings (2018, p. 56) relata que “na viagem da família real, veio apenas a coleção do Conde da Barca, que cuidou de embarcar seu acervo pessoal na nau Medusa”. Esta coleção, também conhecida como “Coleção Araujense”, foi adquirida pela Real Biblioteca por leilão e incorporados ao acervo em 1822, após a morte de seu proprietário Antônio de Araújo de Azevedo (1754-1817), o Conde da Barca⁶ (PINHEIRO; MUNIZ, c2010). Apesar de já estar em solo brasileiro desde 1808, somente em 1819 passou a fazer parte do acervo da Real Biblioteca. De todo modo, essa coleção faz parte do acervo formador da Biblioteca Nacional do Brasil.

Chegada ao Brasil, a biblioteca foi inicialmente acomodada nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março) na cidade do Rio de Janeiro. Mas devido às condições precárias do local, seu acervo foi transferido para as catacumbas do Hospital, em 29 de outubro de 1810, data que é considerada a fundação da Real Biblioteca no Brasil.

Os últimos caixotes com livros vindos de Portugal chegaram em 1811. E em 1814, a biblioteca foi aberta ao público para consulta, o que antes só era permitido aos estudiosos. A então colônia adquiriu sua independência em 1822, assim a família real retornou para Portugal, levando parte das obras da Real Biblioteca. Nesse mesmo ano ganha uma nova denominação, e é chamada de Biblioteca Imperial e Pública. O acervo passou a pertencer ao Brasil em 1825: “a parte do acervo que aqui ficou foi “comprada”, a título de indenização a Portugal, por 800 contos de réis, uma soma significativa para a época” (GRINGS, 2018, p. 57). A compra foi regulamentada pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade firmada entre os dois países em 29 de agosto de 1825.

Seu acervo foi crescendo entre compras e doações. Então, em 1858, a Biblioteca ganha um novo prédio, agora localizado na Rua da Lapa (hoje Rua do Passeio), onde atualmente funciona a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após três anos de reforma, o prédio foi inaugurado na gestão de Frei Camillo de Monserrat. Em 1876, passa a se chamar Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, até 1948 quando ganha sua denominação atual de Biblioteca Nacional (SCHWARCZ, 2002). No ano de 1876, sob administração de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, foi criado os “Anais da Biblioteca Nacional”, publicado até os dias atuais, com algumas interrupções. Segundo Bettencourt (2014, p. 95), esta “foi a primeira iniciativa de levar ao público os tesouros da Biblioteca Nacional”. A publicação tem o objetivo de divulgar seu acervo, trabalhos e pesquisas, além de

⁶ Título recebido pela rainha D. Maria I de Portugal, em 1815.

incluir os relatórios institucionais em algumas de suas edições. Importante ferramenta para conhecer sua história, por isso também a usamos como fonte em nossa pesquisa.

O prédio da Rua do Passeio já não suportava mais a quantidade de obras e a Biblioteca continuava em local adaptado, mas não adequado para suas necessidades. Cem anos após sua fundação, é inaugurado seu novo prédio. Em 1910, na administração de Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional ganha um local projetado para acolher seu acervo, localizado na Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco). Localizado na região da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, compõe um belo conjunto arquitetônico e cultural ao lado do Museu Nacional de Belas Artes e do Theatro Municipal.

Seu prédio majestoso foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1973 e abriga a biblioteca até os dias atuais. Possui laboratórios de restauração e conservação de papel, oficina de encadernação, centro de microfilmagem, fotografia e digitalização, que ajudam na conservação e manutenção do acervo. À época da mudança para o novo prédio a biblioteca contava com cerca de 400 mil volumes, hoje já não suporta mais a grande quantidade de obras. Por isso, conta com um prédio “Anexo”, localizado na Rua Rodrigues Alves, para armazenar parte de seu acervo, onde pretende abrigar a “Hemeroteca Brasileira”.

Em sua nova morada, a Biblioteca Nacional iniciou o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil. O curso foi também o primeiro da América Latina e o terceiro no contexto internacional, seguia o modelo da escola francesa *École des Chartes* (SÁ, 2013). Com o objetivo de formar pessoal para compor o quadro de funcionários da Biblioteca, começou a funcionar em 1915, mesmo tendo sido regulamentado desde 1911 (WEITZEL, 2009). O curso abordava as matérias “Bibliografia; Paleografia e Diplomática; Iconografia; e Numismática. A catalogação, a classificação, a organização e a administração de bibliotecas faziam parte do programa de Bibliografia” (FONSECA, 1979, p. 32). Atualmente, o curso é ministrado na UNIRIO. Esse foi um grande legado para a área de Biblioteconomia no Brasil, tendo a Biblioteca Nacional como protagonista.

5.2 Características de uma biblioteca nacional

Como instituição brasileira depositária da memória nacional, seu acervo cresce constantemente. A ligação da Biblioteca Nacional com o depósito legal começou ainda com a família real, que deu continuidade aqui no Brasil ao que era chamado em Portugal de “Propina”. Segundo Rodrigues (2016a, p. 51), “a prática do depósito legal em Portugal

começara no ano de 1805 e a Real Biblioteca se favoreceu deste fato, uma vez que os exemplares em duplicata passaram a ser remetidos para o Brasil”. Em 1822, o governo imperial ordenou que fosse enviado um exemplar de todas as publicações da Imprensa Régia (criada em 1808 pela família real para imprimir leis, obras e documentos) para a Biblioteca. Assim permanecendo até 1907 (agora, o Brasil já havia deixado de ser Império e se tornara República), quando o Decreto n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907, regulamentou o depósito legal no Brasil. O decreto foi atualizado apenas em 2004, sendo substituído pela “Lei de depósito legal”.

As leis atuais que regem o depósito legal no Brasil são as seguintes: Lei n. 10.994 de 14 de dezembro de 2004 e a Lei n. 12.192 de 14 de janeiro de 2010, para obras musicais. A Lei n. 10.994, já em seu artigo 1º, diz:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, objetivando assegurar o **registro** e a **guarda** da **produção intelectual nacional**, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da bibliografia brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e cultura nacionais (BRASIL, 2004, grifo nosso).

A prerrogativa do depósito legal garante à Biblioteca Nacional o poder de guarda e preservação da produção bibliográfica nacional. Nesse sentido encaixa-se a missão da FBN, de “coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país” (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), [20-?]b). Todas essas publicações são consideradas patrimônio nacional, conforme Rodrigues ressalta:

Na missão da Biblioteca Nacional transparece o entendimento de um patrimônio bibliográfico nacional composto por obras produzidas em território nacional e/ou cujo tema se refira ao país, independentemente de suporte físico [...]. Salienta, ainda, a permanente atualização deste acervo, que se dá, em grande parte, via depósito legal, e o reconhece como patrimônio nacional (RODRIGUES, 2016b, p. 122).

Em seu Estatuto (Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014), no artigo 2º, é possível verificar a preocupação dessa instituição com o acervo a ela confiado.

Art. 2º À Fundação Biblioteca Nacional, órgão responsável pela execução da política governamental de **captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do País**, compete:
I - **captar, preservar e difundir** os registros da **memória** bibliográfica e documental **nacional**;

- II - adotar as medidas necessárias para a **conservação e proteção do patrimônio bibliográfico** e digital sob sua custódia;
- III - atuar como **centro referencial** de informações bibliográficas;
- IV - atuar como órgão responsável pelo **controle bibliográfico nacional**;
- V - ser depositária e assegurar o cumprimento da legislação relativa ao **depósito legal**;
- VI - **registrar** obras intelectuais e averbar a cessão dos **direitos patrimoniais do autor**;
- VII - promover a **cooperação e a difusão nacionais e internacionais** relativas à missão da Fundação Biblioteca Nacional; e
- VIII - **fomentar a produção de conhecimento** por meio de pesquisa, elaboração e circulação bibliográficas referentes à missão da Fundação Biblioteca Nacional. (BRASIL, 2014, grifo nosso).

Evidencia-se que as competências da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil estão de acordo com as funções de uma biblioteca nacional e sua atuação como Agência Bibliográfica Nacional (ABN), já apontadas em sessão anterior. A FBN é a instituição brasileira de guarda e preservação da memória nacional (incisos I e II), atua como referência para outras bibliotecas do país (inciso III), é o órgão de controle bibliográfico nacional, como instituição depositária do depósito legal, colaborando para o controle bibliográfico universal (incisos IV e V), coopera para o controle e garantia de direito dos autores por meio de registro das obras no Escritório de Direitos Autorais (inciso VI), colabora com a pesquisa e no intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais (incisos VII e VIII).

O processamento técnico, embora não mencionado explicitamente, pode estar relacionado em algumas destas competências. A representação descritiva e representação temática auxiliam na preservação do patrimônio bibliográfico nacional, pois estabelece padrões que facilitam a busca pelo usuário. As entradas de nomes e entidades e o controle de terminologia, por exemplo, podem economizar o tempo de busca do pesquisador. Tyulina (1976) considera que o corpo técnico de uma biblioteca nacional seja o mais indicado para as funções de controle e padronização no país, devido às suas qualificações.

A difusão do acervo indicada no enunciado do artigo 2º de seu Estatuto, e em incisos posteriores, pode ser representada por seus catálogos, que são o produto das atividades técnicas. A elaboração da bibliografia nacional também é responsabilidade da Biblioteca Nacional e uma forma de difundir seu acervo. Em seu *site* informa que a divulgação da bibliografia brasileira corrente se dá por meio de seus catálogos *on-line* (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), [20-?]a).

A Fundação Biblioteca Nacional se caracteriza e desempenha as funções de uma biblioteca nacional e é a guardiã da memória coletiva nacional. Cumpre seu papel como ABN e é referência em seu país, além de sua representatividade na área de Biblioteconomia. Há

mais de 200 anos é a instituição responsável por manter viva a memória nacional brasileira, por meio do depósito legal. Santos e Reis (2018) veem o depósito legal como uma das formas de acautelamento mais associadas à proteção do patrimônio bibliográfico. Compreendemos que o processamento técnico também tem sua função na preservação e difusão desse patrimônio. Especialmente, a atividade de indexação devido à sua importância na recuperação da informação.

Em vista disso, recorreremos a uma pesquisa mais detalhada para conhecer o cenário da representação da informação na FBN, documento que deve guiar o processo de indexação.

5.3 Cenário da representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil

A Fundação Biblioteca Nacional exerce a captação do depósito legal e o tratamento técnico do acervo corrente por meio do Centro de Processamento e Preservação (CPP). Entre as competências do CPP, no Regimento Interno da FBN (Portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018):

Art. 55. Ao Centro de Processamento e Preservação compete:
VII - assegurar a difusão e a aplicação de **normas, procedimentos e padrões** nacionais e internacionais de processamento técnico biblioteconômico, em consonância com sua função de **órgão normalizador nacional** (BRASIL, 2018, grifo nosso).

O Regimento confirma a função normalizadora que a FBN deve exercer no Brasil, com aplicação de normas e padrões para o processamento técnico. Com foco na representação temática, o Setor de Classificação, ligado ao CPP, é o encarregado por classificar e indexar os livros de todas as áreas do conhecimento recebidos pelo depósito legal. Os livros constituem a maior parte do acervo da biblioteca. Depois de processados, são direcionados para seus setores de guarda. Outras tipologias de documentos, como fotos, periódicos, mapas, etc., são processados pelos setores específicos. Os assuntos atribuídos aos documentos são importantes elos que permitem o acesso ao patrimônio bibliográfico nacional. Nesse sentido, a política de indexação pode guiar o profissional para uma eficiente indexação das obras que representam a identidade de seu país.

A FBN disponibiliza seu catálogo *on-line* tanto para acesso às obras como para os padrões de autoridades. Segundo Bettencourt (2014), os catálogos automatizados da Biblioteca Nacional começaram a ser implantados nos anos 1970, que foi uma década marcada por muitas mudanças. A autora fez um importante estudo sobre a representação da

informação na Biblioteca Nacional, onde faz um levantamento muito rico sobre os marcos históricos a esse respeito. Recorremos primeiramente a esta fonte para iniciar a pesquisa sobre a existência de uma política de indexação documentada na instituição. Numa segunda etapa, realizamos pesquisa nos Anais da Biblioteca Nacional para que não fiquem dúvidas sobre a existência ou não desta documentação na instituição.

As informações históricas a seguir foram baseadas na pesquisa feita por Bettencourt (2014). A autora (2014) menciona o interesse pela Biblioteca Nacional do Brasil na adoção do Projeto de Catalogação Legível por Computador, o formato Calco⁷, a partir de 1972. Em 1977, a FBN lançou um manual para preenchimento de entrada de registros Calco. Este trabalho foi continuado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que criou o Bibliodata/Calco, em 1979, sistema voltado para servir de infraestrutura à formação de uma rede nacional de catalogação cooperativa. Muitas instituições brasileiras aderiram a este sistema cooperativo. A Biblioteca Nacional aderiu oficialmente em 1982, com intenção de se preparar para a automação. Segundo Zaher (1984), este formato ocasionou a consciência da importância da padronização na catalogação. A autora (1984, p. 310) chega a comentar que o formato Calco trouxe a necessidade de “uma política de catalogação cooperativa e da compatibilização de formatos”.

Com isso surgiu o projeto Cabeçalho de Assunto Unificado (CAU), ainda em 1982. Conhecido como Projeto CAU, e coordenado por Hagar Espanha Gomes, tinha o objetivo de “sistematizar os cabeçalhos de assunto a serem utilizados na Biblioteca Nacional e na Rede Bibliodata. [...] foi essencial para a criação de um vocabulário controlado, voltado para a padronização da representação temática em nível nacional” (BETTENCOURT, 2014, p. 127). Com esse projeto iniciou-se a tradução das subdivisões dos cabeçalhos de assuntos da Library of Congress (LC) e divulgação para as bibliotecas brasileiras.

A FBN trabalhou em conjunto com a rede Bibliodata até o final de 1994, quando adquiriu o sistema de gerenciamento de bibliotecas OrtoDocs, compatível com o formato MARC. Isso trouxe a integração *on-line* de todo processamento técnico, incluindo o controle de autoridades de nomes e assuntos. Para garantir a uniformização e padronização das atividades, a Biblioteca Nacional elaborou um Manual para entrada de dados em formato MARC e o Manual para entrada de registros de autoridades em formato MARC, ambos para uso interno.

⁷ Formato desenvolvido por Alice Príncipe Barbosa para criar uma central de catalogação automatizada no Sistema de Intercâmbio de Catalogação (SIC), baseado no MARC II, desenvolvido pela Library of Congress.

Ao longo dos anos, os catálogos em fichas foram incorporados ao sistema OrtoDocs. E em 1998, a Biblioteca Nacional lançou seu portal na *web*, disponibilizando seu catálogo *on-line* de livros e outros materiais, além da base de autoridades de nomes e assuntos. Foi então lançado em 1999 o Consórcio Eletrônico de Bibliotecas que prestava serviços gratuitos de catalogação às bibliotecas públicas e universitárias conveniadas. Isso permitia uniformizar as entradas de nomes e assuntos em nível nacional.

As bibliotecas que também usam o formato MARC podem baixar ou copiar os registros bibliográficos ou de autoridades dos catálogos da FBN direto para suas bases de dados. Atualmente, a biblioteca usa o sistema Sophia e disponibiliza seus catálogos *on-line* de materiais e autoridades, incluindo nome de pessoa, instituição, evento, título uniforme, termo tópico, local geográfico, além das subdivisões de assunto. Esse compartilhamento de informações é fundamental para a normatização da representação da informação. Segundo Bettencourt (2014, p. 139), a Biblioteca Nacional cumpre seu duplo papel de “disseminar a memória bibliográfica nacional e de atuar como agência bibliográfica nacional”.

Para a descrição dos registros bibliográficos e de autoridades, a Biblioteca Nacional segue o Código AACR2 (*Anglo-American Cataloguing Rules*), 2ª edição. A classificação dos registros é feita com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), 23ª edição, e a linguagem adotada é o Catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional. Este catálogo é uma lista de cabeçalhos de assuntos baseada na *Library of Congress Subject Heading* (LCSH). Consiste na tradução dos termos da LCSH conforme necessidade de uso na indexação de suas obras e, quando preciso, constrói seus próprios termos com base em dicionários técnicos e outras fontes especializadas. Apresenta-se em ordem alfabética única e com termos em português e inglês e de três formas distintas: como conceito, como um cabeçalho frase ou como um conceito seguido de uma explicativa entre parênteses. Faz uso de remissivas (USE= Termo preferido e UP= Usado Para) para controle de sinônimos e tem a estrutura de um tesouro com as relações entre os termos: Termo Geral (TG), Termo Específico (TE) e Termo Relacionado (TR).

Os campos e subcampos MARC usados no processo de indexação e classificação pelo Setor de Classificação da FBN são:

Quadro 17 - Campos MARC usados pelo Setor de Classificação da FBN.

008	Campo de controle
043	Código de área geográfica
045	Código do período cronológico

082	Número de Classificação Decimal de Dewey (CDD)
092	Número de chamada local
6xx	Assuntos (600: Pessoa, 610: Instituição, 611: Eventos, 630: Título Uniforme, 650: Termo tópico, 651: Local geográfico) e subcabeçalhos (\$x: subdivisão geral, \$y: subdivisão cronológica, \$z: subdivisão geográfica)

Fonte: A autora (2021).

Os campos MARC usados no controle de autoridades são:

Quadro 18 - Campos MARC usados para o controle de autoridades da FBN.

AUTORIDADES	TAGS	REMISSIVAS	RELAÇÕES
Pessoa	100	400	500
Instituição	110	410	510
Evento	111	411	511
Título Uniforme	130	430	530
Termo tópico	150	450	550
Local geográfico	151	451	551
Subdivisão geral	180	480	580
Subdivisão geográfica	181	481	581
Subdivisão cronológica	182	482	-

Fonte: A autora (2021).

Apesar de toda essa trajetória e da preocupação da instituição em colaborar para a padronização da representação da informação no Brasil, não foi mencionada por Bettencourt (2014) a existência de uma política ou manual de indexação. Partimos então para a pesquisa nos Anais da FBN. Foram pesquisados em todas as cento e trinta e oito edições dos Anais, do ano de 1876 até 2018. Nossa busca identificou o documento “Manual para indexação de documentos fotográficos”, elaborado por servidores do Setor de Classificação e Seção de Iconografia. Foi publicado em 1998 e ainda é utilizado pela Seção de Iconografia. Este manual foi viabilizado pelo Projeto de Preservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional - PROFOTO (Atualmente, Programa de Preservação do Acervo Fotográfico da Biblioteca Nacional) que tem o objetivo de tratar e preservar o acervo de fotografias da Biblioteca Nacional. Como as fotos, em sua maioria, não trazem informações escritas, a análise e tradução dos termos são feitas baseadas apenas nas imagens e pesquisas a seu respeito, por isso, o manual é muito importante nesse processo.

O manual citado traz informações e diretrizes para a indexação de uma tipologia de documentos específica, as fotos, por isso seguimos nossa busca a fim de identificar algum

documento mais geral ou voltado para os livros, no entanto nada mais foi encontrado sobre uma política ou manual de indexação na Biblioteca Nacional do Brasil documentados. Contudo, os relatórios administrativos demonstram o cuidado da instituição com a representação temática, realizada pelo Setor de Classificação. Ainda em 1896, por exemplo, constava no relatório que “é um dos primeiros e mais importantes serviços da Repartição” (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), 1896, p. 479). Os relatórios, em geral, apresentam a quantidade de obras processadas pelo setor e, por muitas vezes, relatos de problemas, como a falta de pessoal responsável pela atividade e/ou espaço de armazenamento para as obras. Situação que se repete até os dias atuais, infelizmente.

Sabe-se que os setores da FBN possuem manuais de procedimentos internos, porém não publicados. Em nossa experiência no trabalho na FBN, tivemos acesso a um documento do Setor de Classificação com título de “Normas e decisões internas”, que é semelhante ao manual da Biblioteca Nacional da Espanha. Neste, constam decisões da equipe sobre indexação e classificação para situações especiais, como assuntos específicos, por exemplo. O documento serve de guia para os profissionais que realizam a indexação, e seu registro ajuda também aos novos funcionários que iniciam a atividade no setor. Todavia, o documento não contempla os elementos da política de indexação. Além disso, apresenta-se somente em formato impresso e para uso apenas interno. Portanto, com intenção de colaborar para a institucionalização deste documento na FBN, sugerimos diretrizes para construção de uma política de indexação para esta biblioteca.

5.4 Proposta de diretrizes para construção de política de indexação para a Biblioteca Nacional do Brasil

A política de indexação é uma decisão administrativa, mas deve estar pautada na recuperação da informação ao usuário. Por isso, deve ser planejada em conjunto com os profissionais responsáveis pela indexação, e não somente pela alta administração. O bibliotecário indexador deve fazer parte de todo processo de sua criação e implantação, pois ele é o “[...] ponto de partida para a geração do conhecimento organizacional sobre política de indexação dentro dos sistemas de informação onde atua e este é o motivo principal pelo qual o indexador deve ser valorizado” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 64).

Destarte, implicaremos a seguir diretrizes para a política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil. Os indicadores aqui sugeridos foram baseados nas pesquisas bibliográfica e documental. Vale ressaltar que estes foram ponderados visando atender uma biblioteca

específica, no caso a Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, de acordo com suas particularidades. No entanto, podem servir de base para outras bibliotecas.

Não é de nosso interesse que sejam diretrizes rígidas, mas sim flexíveis, para que possam ser feitos os ajustes necessários. Não pretendemos impor nenhuma regra, mas somente contribuir para que esta instituição possa documentar suas decisões em meio formal.

A proposta foi baseada nos autores citados no referencial teórico, em especial: Bourdon e Landry (2007), Carneiro (1985), Dal'Evedove (2014), Fujita (2012), Guimarães (2000), IFLA (2011), Rubi (2008), Rubi (2012b) e Rubi; Fujita; Boccato (2012).

Dividida em três fases, conforme Rubi (2008), temos: Preparação, Desenvolvimento e Avaliação.

1. Preparação

Corresponde ao eixo horizontal da política de indexação, é a fase inicial, antes da implantação da política. Devem-se observar:

- *Contexto*: As características e objetivos da instituição. É importante considerar a missão, visão e valores da FBN.
- *Infraestrutura*: recursos financeiros, materiais e humanos.
- *Identificação dos usuários*: Preferencialmente por meio de estudo de usuários, para conhecer áreas de interesse, funcionamento do processo de busca, conhecimento da linguagem pela comunidade usuária.

A política deve ser clara e acessível. Deve também atentar aos seguintes aspectos:

- * Informar para quem a política é direcionada.
- * Informar os limites de sua aplicação.
- * Recomenda-se que seja publicada para uso interno e externo, de preferência na *web* e com uma versão em inglês.
- * Deve-se incluir o histórico da política.

2. Desenvolvimento

Após o planejamento feito na preparação, desenvolve-se a política. Esta fase corresponde ao eixo vertical e deve conter as decisões e diretrizes a serem seguidas pelos

indexadores, de acordo com a cultura organizacional da biblioteca, sempre com objetivo de atender às demandas dos usuários.

A atividade de indexação deve ser baseada nas decisões registradas na política. Recomenda-se que a política seja seguida por todos os setores da instituição que realizam esta atividade, para que haja uma comunicação clara e coerente e permita o compartilhamento de informações.

É importante considerar a adequação dos assuntos de acordo com as características de seus usuários, de modo que seu catálogo represente a identidade de sua nação.

A elaboração de um manual de indexação deve ser considerada nesta etapa. Este documento poderá prever diferentes formas de representação por tipologia de documento ou área do conhecimento, por exemplo, registrar padrões de representação, servir de guia para os indexadores atuais e os novos profissionais. Deve ser avaliado e reformulado sempre que necessário, mantendo-se atualizado. Observação: os documentos “Normas e decisões internas” e “Manual para indexação de documentos fotográficos” devem ser considerados nesta ocasião.

Aqui são considerados os elementos da política que vão atender à biblioteca:

- *Cobertura de assuntos*: indicar se há alguma área que merece tratamento em maior ou menor profundidade. Indicar se houver diferentes níveis de indexação.

- *Seleção e aquisição de documentos*: indicar os documentos elegíveis para indexação, assim como tipologia e áreas de interesse. Indicar os tipos de documentos não indexados, se houver.

- *Processo de indexação*: deve ser bem delineado na política, com recomendação das normas, manuais e/ou sistemas a serem seguidos. Deve conter:

- * Orientações sobre as etapas da indexação;
- * Orientações acerca dos procedimentos para a leitura técnica, assim como as partes dos documentos que devem ser consideradas nesta etapa;
- * Opção pela indexação pré ou pós-coordenada;
- * Tempo que será dedicado à tarefa;
- * Quantidade de termos (mínimo e máximo) para a indexação;
- * Níveis de especificidade e exaustividade;
- * Capacidade de revocação e precisão;

- * Linguagem escolhida, suas características e idioma, e como será utilizada, além de indicação de uso de possíveis linguagens complementares, se for o caso;

- * Orientações sobre uso de subdivisões de assunto;

- * Instruções de preenchimento dos campos e subcampos do formato Marc 21;

- * Formação dos indexadores.

- Estratégia de busca: definir se a busca será feita pelo usuário ou pelo bibliotecário e, neste caso, se é o mesmo que realiza a indexação. E ainda informar:

- * As ferramentas utilizadas na indexação;

- * As ferramentas de acesso disponíveis para a busca;

- * Os recursos oferecidos pelo sistema, como busca booleana, por exemplo;

- * A linguagem adotada na indexação, além de disponibilizá-la para que o usuário conheça a estrutura hierárquica dos assuntos, a fim de facilitar a busca.

- *Forma de saída*: indicar o formato de apresentação dos resultados de busca, de acordo com os recursos disponibilizados pelo sistema (referência, formato Marc, etc.). A preferência do usuário deve ser considerada. Sugere-se disponibilizar filtros por tipo de documento, data, autor, título.

- *Avaliação do sistema*: considerar formas de avaliações do sistema de recuperação da informação, para determinar o grau de satisfação dos usuários, de forma a identificar os erros e corrigi-los. Revisões da indexação e atualizações de assuntos adotados na linguagem podem ser ponderadas. O incentivo à educação continuada dos profissionais indexadores e também o treinamento de usuários para uso do sistema de recuperação podem fazer parte deste processo.

3. Avaliação

A equipe deverá discutir meios de avaliação da política, de modo a mantê-la atualizada e consistente com o passar do tempo. É importante também definir a periodicidade em que vai ocorrer. Toda mudança e/ou decisão nova deve constar na política e esta informação deve estar explícita e compreensível, com as datas de cada atualização fixadas. O período coberto pela política também deve estar claro para que não ocorram confusões com outras versões.

Seguindo estas diretrizes, acredita-se que seja possível manter o acesso uniforme ao patrimônio bibliográfico da Biblioteca Nacional do Brasil, além de garantir maior consistência na atividade de indexação, o que refletirá em bons resultados na recuperação da informação. Esperamos que esta política seja publicada e esteja disponível não somente para os funcionários internos, como ocorre atualmente com o documento “Normas e decisões internas”, mas para todos os usuários. O guia no Apêndice B traz mais detalhes para sua construção. Bom lembrar que a Fundação Biblioteca Nacional é referência para outras bibliotecas brasileiras e também poderá servir de fonte para demais bibliotecas nacionais.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O tema política de indexação foi pouco trabalhado no âmbito das bibliotecas nacionais. Com pesquisa bibliográfica, empírica, documental e estudo na Biblioteca Nacional do Brasil, foi possível elucidar esse assunto tão importante para a atividade de indexação, especialmente nas bibliotecas nacionais que funcionam como Agências Bibliográficas Nacionais.

O principal desafio desta pesquisa foi desenvolvê-la no meio de uma pandemia. O mestrado iniciou no segundo semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020, o mundo foi surpreendido com o isolamento social provocado pelo novo Coronavírus o que levou muitas instituições a fecharem suas portas. Muitas das bibliotecas da ABINIA encontravam-se fechadas e o contato foi dificultado, seja pela demora ou falta de respostas. Apesar de todas as perdas e dificuldades vividas neste contexto, conseguimos um ótimo resultado no número de respostas ao questionário e acesso aos documentos das bibliotecas, e com todo esforço, finalizamos a pesquisa dentro do prazo.

Traçamos, então, algumas conclusões sobre o estudo e, de modo complementar, apontamos recomendações a fim de contribuir com a prática do processo de indexação das bibliotecas nacionais.

6.1 Conclusões

A pesquisa bibliográfica permitiu compreender o universo das bibliotecas nacionais e seu papel tanto na Biblioteconomia, quanto para a sociedade. Uma biblioteca nacional está entre as instituições mais valiosas de um país, seu valor cultural atravessa as fronteiras do tempo e do espaço. Sua importância reflete seu protagonismo na perpetuação da memória de sua nação. Atua na preservação, organização e difusão do patrimônio bibliográfico nacional, o qual reflete a história de seu povo. É a principal referência da memória coletiva nacional, operando na formação de identidades e conservando seu patrimônio para as gerações futuras.

É atribuição de cada biblioteca nacional acautelar o patrimônio bibliográfico de sua nação e fazer tudo que estiver ao seu alcance para defendê-lo. Uma das formas de preservar e difundir esse patrimônio é por meio de uma catalogação bem realizada. Portanto, a indexação é tarefa de suma importância no processamento técnico, pois a eficiente atribuição de assuntos pode trazer à luz esses documentos e permitir sua recuperação. Contudo, por se tratar de

atividade subjetiva e complexa é importante o emprego de diretrizes, daí o papel das políticas de indexação.

A biblioteca nacional é protagonista na continuidade da memória nacional. E também na Biblioteconomia. Por isso, um bibliotecário de uma biblioteca nacional tem um compromisso ainda maior em sua função. É dever também de todo cidadão zelar por este patrimônio, pois pertence ao povo, conta sua história. Mais ainda dos bibliotecários e funcionários desta instituição, que por meio dos padrões biblioteconômicos será possível classificar cada item que constituirá seu acervo.

As bibliotecas nacionais também servem de modelo para outras bibliotecas e atuam como Agências Bibliográficas Nacionais. Suas atividades técnicas serão registradas em catálogo que será consultado por outras bibliotecas de seu país e fora dele. Mais um motivo para que padrões sejam estabelecidos e se documentem decisões que servirão de guia para seu trabalho. A política de indexação pode ajudar na qualidade da indexação e a diminuir a subjetividade, logo pode melhorar a recuperação da informação. Além disso, é de suma importância uma política ampla e democrática que abarque a todos de forma que a indexação retrate a história de seu povo e seu país.

Por tudo que uma biblioteca nacional representa, e a influência que uma política pode ter nas decisões do bibliotecário e na atividade de indexação que irá representar o patrimônio bibliográfico nacional para ser recuperado, concluímos ser de suma importância que uma biblioteca nacional disponha de uma política de indexação. Além disso, que se apresente de forma clara, objetiva, atualizada e que seja de fácil acesso não só para os funcionários, como para todos os seus usuários.

Apesar das dificuldades de contato devido ao isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, como resultado de nossa pesquisa empírica, tivemos oito respostas ao questionário das bibliotecas nacionais dos países: Andorra, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela. Os resultados obtidos permitiram conhecer os procedimentos adotados por estas bibliotecas no processo de indexação e identificar se possuem política de indexação.

Sobre suas semelhanças e diferenças, há muitos pontos em comum entre elas. As bibliotecas se assemelham no uso da indexação própria pela maioria, apenas uma utiliza termos da catalogação cooperativa. O Marc 21 é o formato usado por todas, além disso também coincidem no uso de processos automáticos para captura de termos de indexação e todas utilizam algum tipo de linguagem controlada, sendo que metade delas utiliza também termos da linguagem natural. A maioria (seis delas) possui algum documento, seja manual ou

política de indexação, mas apesar disso, nenhum deles está publicado e não tivemos acesso aos mesmos. Ainda assim, algumas variáveis foram identificadas pelas respostas: a maioria adere ao princípio da especificidade, já a quantidade de termos e de tempo dedicado à tarefa só foi identificado na minoria das respostas. Os bibliotecários estão envolvidos na tarefa de indexação em todas as bibliotecas. A maioria também se preocupa com a formação dos profissionais, seja no início da tarefa ou na educação continuada, e realizam algum tipo de avaliação da indexação, sendo a avaliação intra e interindexador, a mais indicada.

A principal mudança observada na pesquisa de 2012, de Fujita e Gil Leiva, para a de 2021 consiste em sete países que afirmaram não ter política no primeiro estudo, e agora nos enviaram seus documentos. A maioria consiste em um manual de indexação. Apesar de nenhum ter o nome de política, o importante é observar como estas bibliotecas estão preocupadas com a consistência na atividade de indexação.

Foram recebidos oito documentos enviados por meio de contato via *e-mail* e pesquisa nos *sites* das instituições. As bibliotecas nacionais que enviaram seus documentos foram dos países: Argentina, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Destes, a única que não fazia parte do estudo de Fujita e Gil Leiva (2012) é a Biblioteca Nacional da República Dominicana, que apesar de não ter respondido com a carta de anuência para participar do questionário, enviou seu documento por *e-mail*. Já as oito bibliotecas que responderam ao questionário, não enviaram seus documentos, por não possuírem ou por serem de uso apenas interno.

A análise para identificação dos elementos da política de indexação foi baseada em Carneiro (1985). A maioria dos elementos da política de indexação se faz presente nestes documentos, com exceção da estratégia de busca e forma de saída que não foi identificado em nenhum deles. As variáveis do processo de indexação foram pouco mencionadas, mas a linguagem definida foi encontrada em todos os documentos. A avaliação do sistema foi encontrada em alguns documentos, mas de forma pouco clara. De todo modo, estes documentos são satisfatórios e servem de guia no processo de indexação destas bibliotecas. Só o fato de ter um documento já é um forte sinal da preocupação destas bibliotecas com o processo de indexação de suas obras.

Os dados do questionário, junto da pesquisa documental, permitiram identificar o cenário das bibliotecas da ABINIA com respeito à existência dos documentos que guiam a indexação (manual e/ou política). Entre as vinte e duas bibliotecas que compõem a ABINIA, vinte responderam aos contatos realizados. Destas, apenas cinco não possuem nenhum documento, e as outras quinze possuem um manual ou política de indexação, mesmo que nem

todos estejam publicados. Ou seja, 75% das bibliotecas nacionais que se obteve contato possuem um documento para guiar o processo de indexação.

O estudo na Biblioteca Nacional do Brasil permitiu conhecer seu histórico e o cenário da representação temática dessa instituição, com foco na política de indexação. Após a pesquisa bibliográfica, especialmente o estudo de Bettencourt (2014), e adentrar na pesquisa em seus Anais, não foi identificado um documento publicado que remeta a uma política de indexação desta instituição, a não ser o manual destinado à indexação apenas de fotos. É sabido também que existe um documento interno, só não está disponível ao público. Por isso, baseados na pesquisa bibliográfica, que permitiu fundamentar este estudo, e na pesquisa documental, que permitiu conhecer e examinar as políticas de indexação dos países que compõem a ABINIA, apresenta uma proposta de diretrizes para construção de política de indexação para Biblioteca Nacional do Brasil, além de um guia para sua elaboração, que se encontra no apêndice B deste trabalho. Acredita-se que isso otimizará o serviço de indexação nesta instituição e, conseqüentemente, a recuperação da informação. Essa proposta reflete o produto desta pesquisa de Mestrado Profissional.

A sugestão da proposta de diretrizes para a política de indexação da Biblioteca Nacional do Brasil consiste em grande contribuição desta pesquisa. Se aplicada, poderá servir de referência para outras bibliotecas, a nível nacional e até internacional. É importante que todas as bibliotecas nacionais compreendam a importância de documentar e publicar suas decisões sobre o processo de indexação, que refletirá na representação do patrimônio bibliográfico nacional em seu catálogo, disponível para busca e recuperação.

Ainda há muito que se fazer e aprofundar. Há diversas possibilidades de abordagens e reflexões possíveis sobre o tema em questão. Assim, almeja-se que esta pesquisa possa contribuir para a área de Biblioteconomia, uma vez que as políticas de indexação no âmbito de bibliotecas nacionais foram pouco estudadas. Numa esfera mais geral, espera-se demonstrar ainda mais a relevância e representatividade que uma biblioteca nacional tem para sua nação. Eventualmente também possa servir para que outras bibliotecas entendam a importância das políticas de indexação para organização e representação da informação e quiçá sirva de exemplo para construção de suas políticas de indexação.

6.2 Recomendações

Com a intenção de cooperar para melhorias na representação da informação em bibliotecas nacionais, apontamos recomendações para os pesquisadores da área de

Biblioteconomia, para as bibliotecas nacionais como um todo, outras direcionadas para as bibliotecas nacionais da ABINIA aqui estudadas e, especificamente, para a Biblioteca Nacional do Brasil:

- Considerando a escassez do tema, recomendamos que sejam realizados mais estudos sobre política de indexação no contexto das bibliotecas nacionais;

- Por tudo que foi apresentado, sugerimos a todas as bibliotecas nacionais que providenciem e disponibilizem suas políticas de indexação para todos, preferencialmente de forma *on-line*;

- Que as bibliotecas nacionais mantenham suas políticas de indexação atualizadas;

- Que as bibliotecas nacionais registrem suas decisões sobre a representação temática em documentos para auxiliar o profissional indexador;

- Que as bibliotecas nacionais utilizem normas e padrões internacionais que facilitem o intercâmbio de informações na representação temática;

- Que as bibliotecas nacionais priorizem o controle de autoridades em suas linguagens para maior consistência dos pontos de acesso;

- Que as bibliotecas nacionais participem de projetos e reuniões de interoperabilidade entre linguagens documentárias e demais assuntos relacionados à indexação;

- Que as bibliotecas nacionais disponibilizem cursos de formação para seus profissionais indexadores tanto no início da tarefa, quanto de formação continuada para sua qualificação;

- Que as bibliotecas nacionais adotem a avaliação das práticas de indexação com periodicidade;

- Às bibliotecas nacionais da ABINIA que não possuem política ou manual de indexação, sugerimos que se dediquem na elaboração deste documento e que o publiquem;

- Às bibliotecas nacionais da ABINIA que possuem o documento, mas não está publicado, sugerimos que torne este documento público, disponível para todos;

- Com relação aos documentos existentes, sugerimos que sejam incorporados os elementos de política de indexação faltantes, para que o documento se torne mais coeso e cumpra plenamente seu papel de guia para o indexador na tarefa de indexação;

- À Fundação Biblioteca Nacional do Brasil sugerimos que possa aprimorar seu documento existente e complementar com os elementos da política de indexação a fim de torná-lo público e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carlos Cândido de. Sobre o pensamento de Peirce e a organização da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 20 p. Disponível em:
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/915/Sobre%20o%20pensamento%20-%20Almeida.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 dez. 2020.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.
- ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014. Disponível em:
http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ALVES, Mônica Carneiro; VALÉRIO, Sergio Apelian. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1998. Disponível em:
https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/manual-indexacao-documentos-fotograficos/manualindexacao_docs_fotograficos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ARAÚJO, André Vieira de Freitas. Pioneirismo bibliográfico em um polímata do séc. XVI: Conrad Gesner. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 118-142, maio/ago. 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- BAIR, Sheila. Toward a code of ethics for cataloging. **Technical Services Quarterly**, London, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005.
- BARBOSA, Carolina de Paula. **As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação**: um diálogo epistemológico e político. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1977.
- BATISTA, Nicolle; SOUZA, Cleonice Aparecida de. Preservação e memória: informação como matéria prima, importância dos acervos na produção do conhecimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. especial, p. 149-155, jul./dez. 2016.
- BETTENCOURT, Ângela Maria Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil**: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

BIBLIOTECA DIGITAL DEL PATRIMONIO IBEROAMERICANO. **Inicio**. [s.l.], [20-?]. Página *html* da BDPI. Disponível em: <http://www.iberamericadigital.net/es/Inicio/>. Acesso em: 17 out. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 11, 1885. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1883_00011.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 18, 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1896_00018.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Apresentação**. Rio de Janeiro, [20-?]a. Página *html* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 30 out. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Competências e atividades**. Rio de Janeiro, [20-?]b. Página *html* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/competencias-atividades>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Guia da Biblioteca Nacional: sesquicentenário – 1810-1960**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg621953.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras. **ABINIA**. Rio de Janeiro, c2006. Página *html* do PLANOR. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/abinia.html>. Acesso em: 14 set. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (Brasil). **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 2014. Página *html* da BN Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/anais-da-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BOURDON, Françoise. LANDRY, Patrice. **Best practices for subject access to national bibliographies: interim report by the Working Group on Guidelines for Subject Access by National Bibliographies Agencies**. Durban: IFLA, 2007. Disponível em: http://www.ifla.org/IV/ifla73/papers/089-Bourdon_Landry-en.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRADFORD, S. C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BRAGA, Gerlaine da Rocha. **Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BRAPCI. **Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)**. Paraná: Rio Grande do Sul, [201-]. Página *html* da BRAPCI. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/809/17.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.109, de 4 de maio de 2007**. Promulga a Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos - ABINIA. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6109.htm. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014**. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Biblioteca Nacional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8297.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.192, de 14 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12192.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018. Aprova o Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional - FBN. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 ago. 2018. p. 35. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/doi1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **LISA é opção de conteúdo voltado à Ciência da Informação**. Brasília, [20-?]. Página *html* da CAPES. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pnews&component=NewsShow&cid=781&mn=71. Acesso em: 15 ago. 2020.

BROOKES, Bertram C. The foundation of Information Science. Parte I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, Califórnia, v. 2, p. 125-133, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CAFÉ, Lúgia Maria Arruda; BARROS, Camila Monteiro de; FONSECA, Manuela Soares da. Organização do Conhecimento: uma análise conceitual nos anais do ENANCIB. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 86-112, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/42696>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CALDEIRA, Paulo da Terra. A situação do Brasil em relação ao controle Bibliográfico Universal. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 260-283, set. 1984.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fonte de informação. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CÉNDON, Beatriz Valadares; KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 35-48.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. Sistemas de Recuperação da Informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 57-68, set. 1985.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n.1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988.

CHOO, Chun Wei. A organização do conhecimento: uma visão holística de como as organizações usam a informação. *In*: CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006. p. 27-61.

CHU, Clara. M.; O'BRIEN, Ann. Subject analysis: the critical first stage in indexing. **Journal of Information Science**, Amsterdam, v. 1, n. 19, p. 439-454, 1993. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/af0f/128b7a8a5a617273891897aa60486b40b4f3.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CORNISH, Graham P. **The role of national libraries in the new information environment**. Paris: Unesco, 1991. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000088675>. Acesso em: 28 dez. 2020.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko3320061c.pdf. Acesso em: 16 dez. 2020.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural**: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias. 2014. 268 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Teoria e prática em catalogação de assunto: a sistematicidade do processo em contexto de bibliotecas universitárias pela perspectiva profissional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 123-141, 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1546>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DIAS, Eduardo Wense. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6855>. Acesso em: 13 dez. 2020.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013.

FOGL, J. Relations of the concepts 'information' and 'knowledge'. **International Fórum on Information and Documentation**, Minnesota, v. 4, n. 1, p. 21-24, 1979.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: B. Lemos, 2007.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.

FRANÇA, V. R. V. Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro. *In*: GUIMARÃES, C. *et al.* **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 27-43.

FUENTES ROMERO, Juan José. **Las bibliotecas nacionales**: un estado de la cuestion. Madrid: Trea, 2003a.

FUENTES ROMERO, Juan José. El concepto de biblioteca nacional a partir de los tres informes de la UNESCO sobre las bibliotecas nacionales: Sylvestre (1.987), Line (1.989) y Cornish (1.991). **Anales de Documentación**, Murcia, n. 6, p. 71-88, 2003b. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2031>. Acesso em: 21 jul. 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 04 nov. 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. *In*: DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século**. Marília: Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento; Fundepe Publicações, 2013. p. 147-159. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avan%C3%83%C2%A7ados-2-1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação**. Marília: Oficina universitária, 2016.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro. Política de indexação latino-americana. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 121-138. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-42. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wcvbc/pdf/boccatto-9788579830150.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./abr. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

GIL LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. **TransInformação**,

Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-253, set./dez. 2008. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/10578/WOS000268889400004.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n.23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em:
http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/ressonancia_materialidade_e_e_subjetividade.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da biblioteca nacional nas décadas de 60 e 70. 2018. 155 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:
<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

GRINGS, Luciana; PACHECO, Stela. A Biblioteca Nacional e o Controle Bibliográfico Nacional: situação atual e perspectivas futuras. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 77-88, jul./dez. 2010. Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/01/pdf_d65e05d0a6_0014251.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 2009. Disponível em:
<https://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/view/3730>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação no universo científico da International Society for Knowledge Organization. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/70663>. Acesso em: 14 dez. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. **Scire**, Zaragoza, v. 6, n. 2, p. 48-58, jul./dic. 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais no nosso tempo. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HERKENHOFF, Paulo. **Biblioteca Nacional**: a história de uma coleção. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 30, n. 2, p. 87-101, 2003. Disponível em:
<http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2/n.3, p. 86-101, 2008.

IBICT. **Sobre a BDTD**. Brasília, [20-?]. Página *html* da BDTD. Disponível em: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

IFLA. **Guidelines for Subject Access in National Bibliographies**. 2011. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/subject-access-by-national-bibliographic-agencies/nba-guidelines-for-approval.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

IFLA. **National Libraries Section**. [Holanda], 2020. Página *html* da IFLA. Disponível em: <https://www.ifla.org/national-libraries>. Acesso em: 08 ago. 2020.

IFLA; UNESCO. **Guidelines for Legislation for National Library Services**. 1997. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s1/gnl/gnl-i1.htm#intro>. Acesso em: 17 jul. 2019.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (coord.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 45-73.

JESUS, Rafaela Cristina de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação e ética. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 96-112, mar./ago. 2019.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KURAMOTO, Hélio. Uma abordagem alternativa para o tratamento e a recuperação de informação textual: os sintagmas nominais. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, 1995.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LANDRY, Patrice. **National libraries' functions: results from the 2016 survey of national libraries' functions**. 2017. Disponível em: <http://library.ifla.org/1722/1/223-landry-en.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.

LINE, Maurice B. **National library and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries**. Paris: Unesco, 1989. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000083426>. Acesso em: 28 dez. 2020.

LOPES, Eunice de Farias. Avaliação de serviços de indexação e resumos: critérios, medidas e metodologias. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 242-256, set. 1985.

LOR, Peter Johan; SONNEKUS, Elizabeth A. S. **Guidelines for legislation for national libraries services**. 1997. Disponível em:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109568>. Acesso em: 09 fev. 2020.

MACIEL, Alba Costa. **Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas**. Niterói: EDUFF, 1995.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing and Management**, Seattle, v. 41, n. 3, p. 599–611, maio 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S030645730300116X>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MAI, Jens-Erik. Deconstructing the indexing process. **Advances in Librarianship**, Massachusetts, v. 23, p. 269-298, 2000. Disponível em:
http://jensერიkmai.info/Papers/2000_Deconstructing.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, Deborah; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. As bibliotecas nacionais latino americanas e o capital social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 202-224, out./dez. 2016.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015.

MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [São Paulo], c2021. Página *html* do Dicionário Michaelis. Disponível em:
<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=5Bnjo#:~:text=1%20Ato%20ou%20efeito%20de,2%20A%20pr%C3%B3pria%20coisa%20estabelecida>. Acesso em: 10 maio 2021.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. **Organização e representação do conhecimento**: fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes virtuais. 2005. 351 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Convênio MCT/IBIT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MONTE-MÓR, Janice. Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987. Disponível em:
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8069>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

NUNES, Claudio Omar. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, n. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/411/96>. Acesso em: 20 ago. 2009.

OLIVEIRA, Bruna Amarante. **Protocolo verbal aplicado no tratamento temático em bibliotecas universitárias: o contexto da economia ambiental**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, p. 31-58, sep./dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 18 out. 2019.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, Madrid, v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

PINHEIRO, Andréa de Souza; MUNIZ, Luciana. **Antônio de Araújo de Azevedo, o Conde da Barca: política, ciências e saberes na biblioteca de um diplomata português**. Rio de Janeiro, c2010. Página *html* da BN Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/araujense.html>. Acesso em: 30 out. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Medidas de consistência da indexação: interconsistência. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 109-114, 1978.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, jul./dez. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. **Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do MERCOSUL: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina**. 2016. Tese (Doutorado em Memória Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016a.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245212.243-262>. Acesso em: 27 out. 2020.

RODRIGUES, Maria Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 110-125, jan./abr. 2016b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/0>. Acesso em: 06 set. 2019.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012a. p. 107-120. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 168 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-94. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/wcvbc/pdf/boccatto-9788579830150.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2019.

RUBI, Milena Polsinelli. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012b. p. 171-183. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Elaboração do manual de política de indexação na formação continuada do catalogador. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 217-227. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

RUSSO, Vincenzo. Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 50, p. 35-46, jan./abr. 2017.

SÁ, Ivan Coelho de. As matrizes francesas e origens comuns no Brasil dos cursos de formação em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 31-58, jul./dez. 2013.

SALDANHA, Gustavo Silva; SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Reflexões sobre os conceitos de Tratamento da Informação e de Organização da Informação. *In*: SIMÕES, Maria Graça; LIMA, Gercina Ângela de Lima. **Do tratamento à organização da informação: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. p. 23-48. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1944-6>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O Patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 32, n. 75, p. 223-259, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.75.57970>. Acesso em: 10 out. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **TransInformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862004000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 nov. 2020.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 5, out. 2012.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2013.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. As teorias documentárias e a organização da informação: a centralidade das categorias obra e usuário. *In*: DOBEDEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento: ISKO Brasil**. Recife: Fundepe Publicações, 2017. v. 4, p. 26-33. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/livro-ISKO-2017.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SOUZA, Renato Rocha. Sistemas de recuperação de informações e mecanismos de busca na web: panorama atual e tendências. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 161-173, maio/ago. 2006.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Trajetória exemplar. *In*: BETTENCOURT, Ângela Maria Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil: do documento tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

SYLVESTRE, Guy. **Guidelines for national libraries**. Paris: Unesco, 1987. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000076173?posInSet=4&queryId=84788365-3ab9-4d62-b85b-be6b5fca6cb1>. Acesso em: 28 dez. 2020.

TYULINA, Natalia. National libraries. *In*: ENCYCLOPEDIA of library and information science. New York: CDC Press, 1976. v. 19, p. 94-113.

UNESCO. **Records of the General Conference: Sixteenth Session, Paris, 12 October to 14 November 1970. Volume I: Resolutions**. Paris: Unesco, 1971. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114046E.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73723>. Acesso em: 04 nov. 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional, 2009. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, João Pessoa, 2009. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2009.

ZAHER, Celia R. Relatório da Diretora-Geral da Biblioteca Nacional 1983. *In*: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 103, 1984, p. 305-334.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos

Convidamos sua instituição a participar da pesquisa intitulada “Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico”.

Este estudo surge em virtude de nossa experiência na Fundação Biblioteca Nacional do Brasil. Trata-se de uma pesquisa de mestrado, a qual pertence ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no Brasil, da pesquisadora Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã (FBN/Brasil - *e-mail*: thaisantanna@hotmail.com), orientada pelos Professores Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (UNIRIO - *e-mail*: mlmiranda@unirio.br) e Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (UNESP - *e-mail*: mariangela.fujita@unesp.br).

O objetivo do estudo é investigar a importância da implantação de políticas de indexação em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos que integram a ABINIA, considerando a experiência prática dos bibliotecários que atuam na indexação de documentos nestas instituições.

Destacam-se alguns possíveis benefícios que a pesquisa pode proporcionar às bibliotecas nacionais da ABINIA, como conhecer o cenário das políticas de indexação e sua importância no processo de indexação. Por isso sua participação é muito importante.

A você é assegurado o acompanhamento e assistência. Caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto, você poderá entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento pelo telefone ou *e-mail*.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Apresentarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome ou qualquer informação relacionada à sua privacidade, apenas o nome da instituição será usado na pesquisa.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será oferecida nenhuma compensação financeira adicional.

Sabendo da importância de sua instituição para a coleta de dados e base empírica deste projeto, pedimos sua autorização para participação.

Autorização de participação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Fui informada(o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar.

Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã no telefone XXXX-XXXX ou pelo *e-mail* thaisantanna@hotmail.com, o professor orientador

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda no telefone XXXX-XXXX ou pelo *e-mail* mlmiranda@unirio.br e a professora orientadora Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita no telefone XXXX-XXXX ou pelo *e-mail* mariangela.fujita@unesp.br, ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sito à Av. Pasteur 296, subsolo do prédio da Escola de Nutrição, Urca – Rio de Janeiro, RJ. Telefone +55 (21) 2542-7796 ou pelo *e-mail* cep@unirio.br.

Declaro que concordo em participar deste estudo.

***Obrigatório**

1. Nome da Biblioteca e País ao qual pertence *

2. Nome, cargo e *e-mail* do Responsável (respondente) *

3. Autoriza que as respostas deste questionário sejam usadas em nossa pesquisa? *

Sim, autorizo

Não autorizo

Dados Gerais

4. Data de fundação da biblioteca

5. Tipo de documentos que são indexados (material bibliográfico, material não bibliográfico...) *

6. Há projetos em andamento relacionados à atividade de indexação ou catalogação em geral (implantação de *software*, digitalização etc)? *

Glossário

Preparamos algumas definições que podem te ajudar nas respostas:

- Campo 653 (Marc 21): Campo para indicar termo livre que não provém de um sistema de cabeçalho de assunto controlado ou dicionário de sinônimos (LIBRARY OF CONGRESS, 2008).
- Catalogação cooperativa: Partilha de tarefas e custos do trabalho catalográfico e visa evitar uma duplicação de gastos e esforços (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 145).
- Especificidade: Implica o emprego de uma quantidade muito menor de termos, a fim de abranger somente o conteúdo temático principal do documento (LANCASTER, 2004, p. 27).
- Exaustividade: Implica o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de modo bastante completo (LANCASTER, 2004, p. 27).

- Linguagem controlada: Aquela que é construída e revista com a ajuda de um conjunto de regras, como a escolha dos termos selecionados (vocabulário controlado) e a organização das relações (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 448).
- Termo: Palavra ou conjunto de palavras ou símbolos utilizados para representar um conceito (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 695).

Procedimentos de indexação

7. Utilizam algum formato de catalogação? Qual(is)? (Ex: Marc 21) *

8. Realizam a indexação própria ou utilizam os termos da catalogação cooperativa? *

- Indexação própria
- Termos da catalogação cooperativa
- Outros: _____

9. Realizam a captura de termos de indexação (descritores, cabeçalho de assuntos) de algum catálogo ou base de dados? *

- Sim
- Não

10. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, qual(is)?

11. Dispõem de um manual de procedimentos para indexação? *

- Sim, e está publicado
- Sim, mas é de uso interno dos profissionais. Não é público
- Não temos manual

12. Se possui um manual, podemos ter acesso ao mesmo? Lembramos que nos servirá apenas como objeto de estudo e pesquisa. Não será usado para outros fins.

e-mail para contato: thaisantanna@hotmail.com ; mlmiranda@unirio.br ; mariangela.fujita@unesp.br

- Sim, vamos enviar
- É de acesso restrito. Não podemos enviar
- Não temos manual

13. O grau de especificidade está estabelecido na indexação? *

- Sim, optamos pela especificidade
- Sim, optamos pela exaustividade
- Não há definição

14. Há indicação da quantidade de termos de indexação por documento? *

- Sim
 Não

15. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, quantos termos?

16. Há indicação sobre o tempo dedicado a este processo (indexação)? *

- Sim
 Não

17. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, quanto tempo?

18. Seguem alguma norma nacional ou internacional sobre indexação? *

- Sim
 Não

19. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, qual norma nacional ou internacional?

20. Os procedimentos anteriores estão descritos em algum documento da instituição?
Comente. *

21. Durante o processo de indexação se emprega alguma ajuda automática para facilitar esta operação? *

- Sim
 Não

22. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, comente.

23. Utilizam algum sistema de validação automática de termos para garantir a coerência na indexação? *

- Sim
 Não

24. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, comente. (Lista de autoridades tanto de assuntos como de nomes, geográficos, onomásticos, identificadores, séries e títulos...)

25. Utilizam termos não controlados, isto é, em linguagem natural (Campo 653 – Marc 21)? *

- Sim
 Não

Linguagens controladas

26. Usam alguma linguagem controlada na indexação? *

- Sim
 Não

27. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, qual(is)?

28. Participam atualmente ou já participaram de Projetos de compatibilidade/interoperabilidade entre linguagens controladas? Se sim, comente. *

Avaliação da indexação

29. Realizam algum tipo de avaliação periódica da indexação? (Exemplo: Avaliação intra e interindexadores/catalogadores). *

- Sim
 Não

30. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, de que tipo? (Exemplo: Avaliação intra e interindexadores/catalogadores...). Comente. *

31. Existem relatórios dessa avaliação? *

- Sim, somente interno
 Sim, está publicado. É público
 Não existem relatórios

Política de indexação

32. A instituição dispõe de uma política de indexação? *

- Sim, e está publicada
 Sim, mas é de uso interno. Não é pública
 Não temos política de indexação

33. Se possuem uma política, podemos ter acesso a mesma? Lembramos que nos servirá apenas como objeto de estudo e pesquisa. Não será usada para outros fins.

E-mail para contato: thaisantanna@hotmail.com; mlmiranda@unirio.br; mariangela.fujita@unesp.br

- Sim, vamos enviar
 É de acesso restrito. Não podemos enviar
 Não temos política

Formação de profissionais

34. Qual número de profissionais dedicados à tarefa de indexação? Qual a formação dos mesmos? *

35. Os indexadores/catalogadores recebem treinamento ou realizam cursos específicos sobre indexação quando começam essa tarefa? *

- Sim
 Não

36. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, comente. (tipo de curso, duração etc)

37. Os indexadores/catalogadores recebem cursos de formação contínua? *

- Sim
 Não

38. Se respondeu 'Sim' à pergunta anterior, comente. (tipo de curso, duração etc)

Observações

39. Deseja comentar algo a mais?

**APÊNDICE B - GUIA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL)**

THAÍS DE O. SANT'ANNA CAMPANHÃ

**GUIA PARA ELABORAÇÃO DE
POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
(BRASIL)**

Rio de Janeiro

2021

Elaborado por Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã

Orientado por Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda e Mariângela Spotti Lopes Fujita

**GUIA PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE
INDEXAÇÃO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA
NACIONAL (BRASIL)**

Rio de Janeiro

2021

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	3
2	SOBRE A FBN	4
2.1	Histórico da FBN	4
2.2	Representação temática na FBN	5
3	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS	7
4	POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA FBN: GUIA PARA ELABORAÇÃO	8
	REFERÊNCIAS	13

1 APRESENTAÇÃO

Este guia é fruto da Dissertação de Mestrado defendida por Thaís de Oliveira Sant’Anna Campanhã no Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB) do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob a orientação dos professores Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda e Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita. A Dissertação tem como título “Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico”, a qual tinha como objetivo verificar a existência de políticas de indexação em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos integrantes da ABINIA, suas características e relevância no processo de indexação dessas bibliotecas. Assim, como produto da pesquisa de mestrado, surgiu o ‘Guia para elaboração de política de indexação da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil)’, com a intenção de contribuir para a construção e formalização da política de indexação desta biblioteca.

2 SOBRE A FBN

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é a mais antiga instituição cultural brasileira, a maior biblioteca nacional da América Latina e está entre as dez maiores bibliotecas nacionais do mundo. Seu acervo atual conta com aproximadamente nove milhões de itens entre livros, manuscritos, mapas, fotografias, partituras etc. (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), [20-?]a). Grande parte deste encontra-se digitalizado e disponível na Biblioteca Nacional Digital (BN Digital, lançada oficialmente em 2006).

Vamos conhecer um pouco mais desta biblioteca.

2.1 Histórico da FBN

A Biblioteca Nacional do Brasil possui uma característica bem peculiar, diferente da maioria das bibliotecas nacionais, pois foi inicialmente constituída pelo acervo da monarquia portuguesa. Sua história está intimamente ligada à vinda da família real portuguesa para o Brasil, quando este ainda era colônia de Portugal.

Em 1808, fugindo das tropas napoleônicas⁸ que invadiram Portugal, a família real portuguesa desembarcava no Brasil trazendo parte da Real Biblioteca. Chegada ao Brasil, a biblioteca foi inicialmente acomodada nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março) na cidade do Rio de Janeiro. Mas devido às condições precárias do local, seu acervo foi transferido para as catacumbas do Hospital, em 29 de outubro de 1810, data que é considerada a fundação da Real Biblioteca no Brasil.

A então colônia adquiriu sua independência em 1822, assim a família real retornou para Portugal, levando parte das obras da Real Biblioteca. Nesse mesmo ano ganha uma nova denominação, e é chamada de Biblioteca Imperial e Pública. O acervo passou a pertencer ao Brasil após compra regulamentada pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade firmada entre os dois países em 29 de agosto de 1825.

Em 1858, a Biblioteca ganha um novo prédio, agora localizado na Rua da Lapa (hoje Rua do Passeio). Em 1876, passa a se chamar Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, até 1948 quando ganha sua denominação atual de Biblioteca Nacional (SCHWARCZ, 2002).

⁸ Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi imperador da França entre 1804 e 1814.

Em 1910, cem anos após sua fundação, é inaugurado seu novo prédio, um local projetado para acolher seu acervo, localizado na Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), que abriga a biblioteca até os dias atuais.

Em sua nova morada, a Biblioteca Nacional iniciou o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil. Com o objetivo de formar pessoal para compor o quadro de funcionários da Biblioteca, começou a funcionar em 1915. Atualmente, o curso é ministrado na UNIRIO. Esse foi um grande legado para a área de Biblioteconomia no Brasil, tendo a Biblioteca Nacional como protagonista.

A FBN é a instituição responsável por abrigar o depósito legal nacional. A prerrogativa do depósito legal garante à Biblioteca Nacional o poder de guarda e preservação da produção bibliográfica nacional. Nesse sentido encaixa-se a missão da FBN, de “coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país” (BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), [20-?]b). Todas essas publicações são consideradas patrimônio nacional.

2.2 Representação temática na FBN

A Fundação Biblioteca Nacional exerce a captação do depósito legal e o tratamento técnico do acervo corrente por meio do Centro de Processamento e Preservação (CPP). Entre as competências do CPP, no Regimento Interno da FBN (Portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018):

Art. 55. Ao Centro de Processamento e Preservação compete:
VII - assegurar a difusão e a aplicação de **normas, procedimentos e padrões** nacionais e internacionais de processamento técnico biblioteconômico, em consonância com sua função de **órgão normalizador nacional** (BRASIL, 2018, grifo nosso).

O Regimento confirma a função normalizadora que a FBN deve exercer no Brasil, com aplicação de normas e padrões para o processamento técnico. Com foco na representação temática, o Setor de Classificação, ligado ao CPP, é o encarregado por classificar e indexar os livros de todas as áreas do conhecimento recebidos pelo depósito legal. Os livros constituem a maior parte do acervo da biblioteca. Depois de processados, são direcionados para seus setores de guarda. Outras tipologias de documentos, como fotos, periódicos, mapas, etc., são processados pelos setores específicos. Os assuntos atribuídos aos documentos são importantes

elos que permitem o acesso ao patrimônio bibliográfico nacional. Nesse sentido, a política de indexação pode guiar o profissional para uma eficiente indexação das obras que representam a identidade de seu país.

Para a descrição dos registros bibliográficos e de autoridades, a Biblioteca Nacional segue o Código AACR2 (*Anglo-American Cataloguing Rules*), 2ª edição. A classificação dos registros é feita com a Classificação Decimal de Dewey (CDD), 23ª edição e a linguagem adotada é o catálogo de Terminologia de Assuntos da Biblioteca Nacional. Este catálogo é uma lista de cabeçalhos de assuntos baseado na *Library of Congress Subject Heading* (LCSH). Consiste na tradução dos termos da LCSH conforme necessidade de uso na indexação de suas obras e, quando preciso, constrói seus próprios termos com base em dicionários técnicos e outras fontes especializadas. Apresenta-se em ordem alfabética única e com termos em português e inglês e de três formas distintas: como conceito, como um cabeçalho frase ou como um conceito seguido de uma explicativa entre parênteses. Faz uso de remissivas (USE= Termo preferido e UP= Usado Para) para controle de sinônimos e tem a estrutura de um tesouro com as relações entre os termos: Termo Geral (TG), Termo Específico (TE) e Termo Relacionado (TR).

O documento do Setor de Classificação que orienta os indexadores no processo de indexação chama-se “Normas e decisões internas”. Neste, constam decisões sobre indexação e classificação para situações especiais, como assuntos específicos, por exemplo. No entanto, é apenas de uso interno, não está disponível ao público. Há ainda um documento publicado em 1998, o “Manual para indexação de documentos fotográficos”, que é voltado apenas para a indexação de fotografias. Logo, as informações deste guia pretendem colaborar para que a Fundação Biblioteca Nacional possa publicar sua política de indexação.

3 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A política de indexação, segundo Carneiro (1985, p. 221), é uma ferramenta muito útil aos indexadores, pois serve “[...] como um guia para tomada de decisões”. A autora (1985) orienta que as decisões tomadas sejam registradas para tornar o serviço mais eficiente e orientar na verificação de falhas futuras. Assim, as políticas de indexação influenciam diretamente na representação dos registros armazenados nos catálogos das bibliotecas.

Conforme Fujita (2012, p. 22), “a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”. De tal modo, a política deve refletir os objetivos da instituição e servirá como parâmetro na tomada de decisão, o que aperfeiçoará a busca e a recuperação da informação.

Carneiro (1985) lista três requisitos que devem ser considerados para o estabelecimento de uma política de indexação: a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; e, os recursos humanos, materiais e financeiros. Para Fujita (2012) este é o plano horizontal da política de indexação e refere-se às atividades de gestão.

Os elementos da política de indexação, segundo Carneiro (1985), são: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, processo de indexação (variáveis: níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema e, avaliação do sistema. Para Fujita (2012) este é o plano vertical da política de indexação e refere-se às atividades de organização e representação do conhecimento.

Dar acesso aos documentos é o objetivo principal de todos os serviços da biblioteca. A indexação visa auxiliar a recuperação desses documentos, por isso, precisa ser bem realizada. A política de indexação vai registrar as decisões para este processo, isso pode dar segurança aos profissionais, consistência no trabalho realizado, uniformidade ao catálogo, o que irá facilitar a busca e economizar o tempo do usuário.

Tratando de bibliotecas nacionais, aqui especialmente a Biblioteca Nacional do Brasil, e suas características tão importantes para a memória de seu país, é imprescindível o empenho na atividade de indexação de assuntos, pois esta refletirá diretamente na recuperação do patrimônio bibliográfico nacional.

A seguir, sugerimos os componentes para a construção da política de indexação da Fundação Biblioteca Nacional.

4 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO DA FBN: GUIA PARA ELABORAÇÃO

As sugestões a seguir visam atender uma biblioteca específica, no caso a Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, de acordo com suas particularidades. No entanto, podem servir de base para outras bibliotecas.

O processo de indexação deve ser baseado nas decisões registradas na política de indexação que, por conseguinte, deve estar alinhada com as demais políticas da instituição. Logo, o bibliotecário indexador deve fazer parte de todo processo de sua criação e implantação, pois ele é o “[...] ponto de partida para a geração do conhecimento organizacional sobre política de indexação dentro dos sistemas de informação onde atua e este é o motivo principal pelo qual o indexador deve ser valorizado” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 64).

Segundo Rubi (2008), o processo de elaboração de uma política de indexação possui três fases: Preparação, Desenvolvimento e Avaliação.

Fase 1: Preparação

Antes de iniciar a construção da política em si, é necessária uma preparação e alguns requisitos devem ser considerados. Essa fase é uma atividade de gestão e corresponde ao eixo horizontal da política de indexação. Compreende:

- *Contexto da FBN*: suas características, objetivos, missão e valores devem ser identificados, pois irão guiar os pontos para a construção da política. A cultura organizacional influenciará em todo processo. Um organograma também é recomendado.

- *Infraestrutura*: Identificar quais os recursos financeiros, materiais e humanos necessários: Orçamento, formação de equipe para construção da política que seja representativa de todos os profissionais envolvidos com a indexação, número de pessoal e qualificação dos responsáveis pela indexação, computadores e materiais.

- *Identificação dos usuários*: a biblioteca nacional deve estar preparada para atender a todos os cidadãos, mas a realização do estudo de usuários é recomendada para conhecer seus interesses e necessidades de busca e identificar o conhecimento da linguagem pela comunidade usuária.

Deve-se considerar:

- * Informar para quem a política é direcionada: bibliotecários e usuários.
- * Informar os limites de sua aplicação: Recomenda-se que a política seja seguida por todos os setores da instituição que realizam esta atividade, para que haja uma comunicação clara e coerente e permita o compartilhamento de informações.
- * Recomenda-se fazer um esboço da política com ampla divulgação para que todos os profissionais envolvidos na atividade de indexação possam tomar ciência e fazer sugestões.
- * Deve-se pensar em seu *layout* de apresentação.
- * Recomenda-se que o documento final seja publicado para uso interno e externo, de preferência na *web* e com uma versão em inglês.
- * Deve-se incluir o histórico da política com data de criação e atualização (para novas versões).

Fase 2: Desenvolvimento

O desenvolvimento da política inclui atividades de organização e representação do conhecimento e corresponde ao eixo vertical da política de indexação. Deve conter as decisões e diretrizes a serem seguidas pelos indexadores, de acordo com a cultura organizacional da biblioteca, sempre com objetivo de atender às demandas dos usuários.

Deve ser um documento formal, contendo: capa com identificação da FBN, folha de rosto com indicação da equipe responsável pela elaboração, assinatura do presidente da FBN, sumário, introdução com apresentação, objetivo e explicação breve, além de contextualização da instituição, caracterização do acervo e perfil dos usuários já identificados na fase de preparação.

Os recursos tecnológicos necessários poderão ser listados, como por exemplo: *software* compatível com padrões de metadados internacionais, formato MARC, entre outros.

É importante considerar a adequação dos assuntos de acordo com as características de seus usuários, de modo que seu catálogo represente a identidade de sua nação. E delimitar os níveis de indexação.

A elaboração de um manual de indexação deve ser considerada nesta etapa. Este documento poderá prever diferentes formas de representação por tipologia de documento ou área do conhecimento, por exemplo, registrar padrões de representação, servir de guia para os indexadores atuais e os novos profissionais. Deve ser avaliado e reformulado sempre que

necessário, mantendo-se atualizado. Observação: os documentos “Normas e decisões internas” e “Manual para indexação de documentos fotográficos” devem ser considerados nesta ocasião.

Os elementos da política de indexação vão compor a parte principal do documento. São eles:

- *Cobertura de assuntos*: Refere-se à temática dos documentos coberto pelo sistema. No caso, a FBN é depositária da memória nacional brasileira, logo recebe obras de todas as áreas do conhecimento, mas o documento deve indicar se há alguma área que merece tratamento em maior ou menor profundidade. E deve indicar se houver diferentes níveis de indexação.

- *Seleção e aquisição de documentos*: Refere-se à extensão da cobertura por áreas de interesse, qualidade dos documentos nessas áreas de assunto e idioma. A política deve indicar os documentos elegíveis para indexação, assim como tipologia e áreas de interesse. Indicar os tipos de documentos não indexados, se houver. O Setor de Classificação indexa somente livros, mas a política pode ser usada por outros setores que realizam indexação de outros tipos de obras ou as diretrizes podem ser condensadas em um documento único, por isso as informações devem estar bem esclarecidas.

- *Processo de indexação*: corresponde aos aspectos teóricos e práticos da atividade de indexação e é afetado por diversas variáveis. Deve conter:

* Recomendações sobre as normas, manuais e/ou sistemas a serem seguidos: pode trazer informações sobre o *software* utilizado para a catalogação;

* Orientações sobre as etapas da indexação: quantas e quais são e a que se referem. Normalmente envolvem a análise do documento e descrição dos assuntos e podem variar de duas a quatro etapas;

* Orientações acerca dos procedimentos para a leitura técnica, assim como as partes dos documentos que devem ser consideradas nesta etapa;

* Esclarecimento sobre a opção pela indexação pré ou pós-coordenada e suas vantagens: a FBN adota a indexação pré-coordenada com uso de subdivisões. Esse tipo de indexação faz a combinação dos termos no momento da indexação e segue uma ordem na qual o primeiro termo é mais importante que os demais. Uma das vantagens pode ser a maior precisão nos resultados de busca, uma vez que evita falsas associações;

- * O tempo que será dedicado à tarefa;
- * A quantidade de termos (mínimo e máximo) para a indexação;
- * Os níveis de especificidade e exaustividade: deve ser bem claro quanto à opção da biblioteca, podendo haver um equilíbrio entre os dois. São fatores que irão colaborar para que não haja omissões ou inclusões de termos desnecessários. Essa definição influenciará na revocação e precisão. Lancaster (2004) acredita que quantos mais termos forem empregados em um documento, mais chances terá de ser recuperado, contudo, uma grande exaustividade também pode gerar alta revocação, enquanto uma alta especificidade pode gerar alta precisão;

- * A capacidade de revocação e precisão: A determinação a respeito da revocação ou precisão está ligada com a definição da exaustividade ou especificidade. Quanto mais exaustivo, maior a revocação (número de documentos recuperados), quanto mais específico, maior a precisão (número de documentos realmente úteis). O interesse dos usuários deve ser considerado, podendo haver um meio-termo, com um nível razoável de revocação e um nível aceitável de precisão (CARNEIRO, 1985);

- * A linguagem escolhida, suas características e idioma, e como será utilizada, além de indicação de uso de possíveis linguagens complementares, se for o caso: deve indicar qual é a linguagem, se é pré ou pós-coordenada, se usa linguagem natural, se há flexibilidade para uso de linguagens complementares. Sugere-se conter: Explicações sobre o uso de remissivas (USE e UP) e relações entre os termos (TG, TE, TR) e regras para construção de novos cabeçalhos de assuntos. É importante que estas decisões sejam claras, pois influenciará no processo de indexação e na estratégia de busca;

- * Orientações sobre uso de subdivisões de assunto: subdivisão geral, geográfica, cronológica e de forma (A FBN não adota o uso da subdivisão de forma). Os subcabeçalhos têm a função de unir os cabeçalhos, característico da linguagem pré-coordenada;

- * Instruções de preenchimento dos campos e subcampos do formato Marc 21;

- * Formação dos indexadores: a qualificação dos profissionais envolvidos deve ser esclarecida e oferecer informações sobre treinamentos e educação continuada dos mesmos.

- *Estratégia de busca*: definir se a busca será feita pelo usuário ou pelo bibliotecário e, neste caso, se é o mesmo que realiza a indexação. E ainda informar:

- * As ferramentas utilizadas na indexação;

- * As ferramentas de acesso disponíveis para a busca;

- * Os recursos oferecidos pelo sistema, como busca booleana, por exemplo;

* A linguagem adotada na indexação, além de disponibilizá-la para que o usuário conheça a estrutura hierárquica dos assuntos, a fim de facilitar a busca.

- *Forma de saída*: indicar o formato de apresentação dos resultados de busca, de acordo com os recursos disponibilizados pelo sistema (ficha, referência, formato Marc, etc.). A preferência do usuário deve ser considerada. Sugere-se disponibilizar filtros por tipo de documento, data, autor, título.

- *Avaliação do sistema*: considerar formas de avaliações do sistema de recuperação da informação, para determinar o grau de satisfação dos usuários, de forma a identificar os erros e corrigi-los. Deve-se estabelecer critérios de avaliação e controle de qualidade. Revisões da indexação e atualizações de assuntos adotados na linguagem podem ser ponderadas. O incentivo à educação continuada dos profissionais indexadores e também o treinamento de usuários para uso do sistema de recuperação podem fazer parte deste processo.

Fase 3: Avaliação

A avaliação da política é parte importante do processo e deve ocorrer após a sua aplicação. É importante definir a periodicidade em que vai ocorrer. A equipe deverá discutir meios de avaliação da política, de modo a mantê-la atualizada e consistente com o passar do tempo. Toda mudança e/ou decisão nova deve constar na política e esta informação deve estar explícita e compreensível, com as datas de cada atualização fixadas. O período coberto pela política também deve estar claro para que não ocorram confusões com outras versões. Convém indicar diretrizes para casos omissos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mônica Carneiro; VALÉRIO, Sergio Apelian. **Manual para indexação de documentos fotográficos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1998. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/manual/manual-indexacao-documentos-fotograficos/manualindexacao_docs_fotograficos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- BETTENCOURT, Ângela Maria Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional do Brasil**: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Apresentação**. Rio de Janeiro, [20-?]a. Página *html* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 30 out. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Competências e atividades**. Rio de Janeiro, [20-?]b. Página *html* da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/competencias-atividades>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- BOURDON, Françoise. LANDRY, Patrice. **Best practices for subject access to national bibliographies**: interim report by the Working Group on Guidelines for Subject Access by National Bibliographies Agencies. Durban: IFLA, 2007. Disponível em: http://www.ifla.org/IV/ifla73/papers/089-Bourdon_Landry-en.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRAGA, Gerlaine da Rocha. **Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018. Aprova o Regimento Interno da Fundação Biblioteca Nacional - FBN. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 ago. 2018. p. 35. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35518090/do1-2018-08-06-portaria-n-74-de-3-de-agosto-de-2018-35517964. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CAMPANHÃ, Thaís de Oliveira Sant'Anna. **Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos**: um estudo diagnóstico. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural**: diretrizes para definição de política de indexação em bibliotecas universitárias. 2014. 268 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf. Acesso em: 07 jul. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da biblioteca nacional nas décadas de 60 e 70. 2018. 155 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese93.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2019.

IFLA. **Guidelines for Subject Access in National Bibliographies**. 2011. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/subject-access-by-national-bibliographic-agencies/nba-guidelines-for-approval.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LANDRY, Patrice. **National libraries' functions**: results from the 2016 survey of national libraries' functions. 2017. Disponível em: <http://library.ifla.org/1722/1/223-landry-en.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 168 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WEITZEL, Simone da Rocha. Origem e fundamentos do processo de desenvolvimento de coleções no Brasil: estudo de caso da Biblioteca Nacional, 2009. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, João Pessoa, 2009. **Anais [...]**. João Pessoa: ANCIB, 2009.

**ANEXO A - MODELO DE CARTA DE ANUÊNCIA ENVIADO ÀS BIBLIOTECAS
NACIONAIS**

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, e como representante legal da Biblioteca Nacional _____ (Nome da Biblioteca), tomei conhecimento do projeto de pesquisa: "Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos: um estudo diagnóstico", sob responsabilidade da pesquisadora Thaís de Oliveira Sant'Anna Campanhã, e cumprirei os termos da Resolução Conselho Nacional Saúde 466/12 (Brasil) e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Cidade,/...../.....

ASSINATURA

NOME DO RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL OU SETORIAL

CARGO DO RESPONSÁVEL PELO CONSENTIMENTO

CARIMBO COM IDENTIFICAÇÃO OU CNPJ

ANEXO B - PARECER PLATAFORMA BRASIL

UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Política de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos

Pesquisador: THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 47914021.0.0000.5285

Instituição Proponente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.804.595

Apresentação do Projeto:

O estudo tem o objetivo de evidenciar a importância da política de indexação na tomada de decisão para a representação dos conteúdos dos documentos com base em pesquisa bibliográfica, documental e empírica nas bibliotecas da ABINIA - A Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América.

As bibliotecas nacionais são as guardiãs da memória de um povo e devem se preocupar com a indexação dos itens de seu acervo, considerando que seu catálogo remete ao patrimônio de sua nação. Uma biblioteca nacional é referência para as bibliotecas de seu país, o que amplia sua responsabilidade na função da indexação. Esta atividade faz parte do processamento temático da informação e, os termos atribuídos aos documentos são fundamentais para sua recuperação. Nesse contexto, as políticas de indexação funcionam como guia no processo da indexação.

Diante disso, surgiram alguns questionamentos que norteiam a presente pesquisa: Qual a importância da política de indexação no processo de indexação em bibliotecas nacionais? Existem políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos? Quais as semelhanças/diferenças entre as políticas de indexação em bibliotecas nacionais de países ibero-americanos?

Metodologia: Pesquisa bibliográfica, documental e empírica com objetivo de investigar a importância da implantação de políticas de indexação em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos. Para tanto será aplicado questionário com os responsáveis pela atividade de

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep@unirio.br

UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 4.304.595

Indexação nas bibliotecas nacionais que integram a ABINIA. O questionário será enviado por e-mail via Google forms.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Verificar a existência de políticas de indexação em bibliotecas nacionais dos países ibero-americanos integrantes da ABINIA, suas características e relevância no processo de indexação dessas bibliotecas.

Objetivo Secundário:

1. Identificar as políticas de indexação formalizadas utilizadas em bibliotecas nacionais da ABINIA; 2. Examinar os procedimentos adotados no processo de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA; 3. Delinear o panorama da política de indexação em bibliotecas nacionais da ABINIA; 4. Comparar o cenário das políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA; 5. Propor diretrizes para construção de política de indexação para Biblioteca Nacional do Brasil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

De origem psicológica, intelectual; emocional: a. Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; b. Desconforto; c. Medo; d. Vergonha; e. Estresse; f. Quebra de sigilo; g. Cansaço ao responder às perguntas; h. Quebra de anonimato. É importante lembrar que sempre há o risco de que alguma instituição não responda ao questionário, logo o número da amostra pode ser reduzido.

Benefícios:

Espera-se que após a finalização da pesquisa, seja possível conhecer as políticas de indexação das bibliotecas nacionais da ABINIA e seus reflexos na recuperação da informação. Isso trará um panorama dos países ibero-americanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa é consistente, bem estruturado, bem escrito, tem importância acadêmica, científica e social e sua realização poderá contribuir significativamente para a elaboração de diretrizes de indexação direcionadas às bibliotecas brasileiras. A pesquisa visa o estudo das políticas públicas de indexação biblioteconômica e se insere no âmbito da resolução CNS/CONEP no 510/ 2016, atendendo integralmente aos seus requisitos éticos e não há potenciais riscos específicos.

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7796 E-mail: cep@unirio.br

**UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 4.804.506

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A folha de rosto é assinada pelo Coordenador do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia/Mestrado Profissional em Biblioteconomia, com matrícula e Cadastro de Pessoa Física. O questionário é objetivo e remete exclusivamente aos dados referentes aos métodos de Indexação das bibliotecas em pauta.

Apresenta Cartas de Anuência dirigidas às Bibliotecas Nacionais de Andorra, Bolívia, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela. As cartas de Anuência das Bibliotecas Nacionais dos países em que será realizada a Investigação declaram que estão de acordo com a realização da pesquisa e vem assinadas e chanceladas por seus responsáveis.

O TCLE apresenta a pesquisa de modo explicativo e apropriado ao universo cognitivo do público a que se destina. Estão garantidos o sigilo dos dados e a incolumidade dos participantes, é apresentada a possibilidade de declinar da participação a qualquer tempo e há a garantia a assistência durante a realização da pesquisa.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezade Pesquisader,

Por favor, não esqueça de inserir os relatórios parcial e final da pesquisa na Plataforma Brasil na parte de notificação (Ícone à direita da tela, na linha do título do projeto).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1645846.pdf	09/06/2021 14:50:55		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_ThaisSantAnnaCampanha_Slape.pdf	09/06/2021 14:48:33	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Bolivia_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 20:12:08	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_El_Salvador_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021	THAIS DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
 Bairro: Urca CEP: 22.290-240
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2542-7796 E-mail: cep@unirio.br

**UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 4.804.595

Outros	BN_EI_Salvador_Carta_anuencia.pdf	20:11:26	SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Andorra_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 20:10:42	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Guatemala_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 20:09:51	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Cuba_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 20:08:47	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Venezuela_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 12:19:48	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Mexico_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 12:18:48	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Outros	BN_Nicaragua_Carta_anuencia.pdf	27/05/2021 12:18:10	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ThaisSantAnnaCampanha.pdf	27/05/2021 12:13:29	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comlssaodeetica_ThaisSantAnnaCampanha.pdf	27/05/2021 12:10:04	THAIS DE OLIVEIRA SANT ANNA CAMPANHA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 24 de Junho de 2021

Assinado por:
Renata Flavia Abreu da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7700 E-mail: cep@unirio.br